



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII - Nº 35 - TERÇA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2012 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Cicero Lucena - (PSDB-PB)		1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²		2º - João Durval - (PDT-BA)
		3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
		4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 25	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jacá ⁽⁴⁰⁾ Sérgio Souza ⁽²⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,27) Vice-Líderes Acir Gurgacz Lídice da Mata ^(30,38) Inácio Arruda Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,27) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁸⁾ Lindbergh Farias ⁽²³⁾ Ana Rita ⁽²⁴⁾ Aníbal Diniz ⁽²⁶⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lídice da Mata ^(30,38) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽²⁹⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ⁽³⁷⁾	Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁵⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³³⁾ Flexa Ribeiro ^(6,35) Lúcia Vânia ⁽³⁴⁾ Mário Couto ⁽³²⁾ Paulo Bauer ^(5,31) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁷⁾ Paulo Bauer ^(5,31) Flexa Ribeiro ^(6,35) Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁵⁾
PR - 7 Líder Blairo Maggi - PR ⁽¹⁹⁾ Vice-Líderes Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴²⁾	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾
PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁹⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata ^(30,38) Jorge Viana Vital do Rêgo	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 42330
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 42330
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jacá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Atos Patricia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nºs 8 a 14, de 2012.	08186
2 – ATA DA 45ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE MARÇO DE 2012	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Mensagens da Presidente da República	
Nº 23, de 2012-CN (nº 95/2012, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 2, de 2012-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor global de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), para o fim que especifica. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.	08188
Nº 97, de 2012, na origem, comunicando sua ausência do País, no período de 25 do corrente a 1º de abril, em viagem oficial à Índia; e do Senhor Vice-Presidente da República, no período de 22 a 27 do corrente, em viagem oficial à Coreia do Sul.	08195
2.2.2 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados	
Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2012 (nº 350/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2010.	08195
2.2.3 – Comunicações da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2012, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo a referida Comissão o prazo de quinze dias úteis, prorrogável por igual período, para opinar sobre a proposição.	08200
Arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2011.	08200
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 605, de 2011.	08200
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 42 e 46, de 2011.	08200
2.2.4 – Comunicações	
Do Senador Eduardo Amorim, referente à reassunção de suas atividades parlamentares a partir de 5 de abril próximo. (Ofício S/nº/2012)	08200
Das Lideranças do PMDB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, de indicação e substituição de membros, respectivamente, para integrarem a Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL (Ofícios nºs 119 e 37/2012-PMDB). Designação do Deputado André Zacharow e do Senador Luiz Henrique, como titulares, para comporem a referida Representação.	08200
2.2.5 – Leitura de requerimentos	
Nº 201, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia.	08201
Nº 202, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda.	08202
Nº 203, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Sr. Wilson Alecrim.	08203
Nº 204, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 12 a 14 de abril próximo.	08204
2.2.6 – Discursos do Expediente	
SENADORA ANA AMÉLIA – Cobrança de apuração de recentes denúncias de corrupção veiculadas pela imprensa brasileira; e outros assuntos.	08210
SENADORA IVONETE DANTAS – Homenagem ao PMDB pelo transcurso do seu 46º aniversário.	08213
2.2.7 – Comunicação	
Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de retirada do nome do Senador Benedito de Lira da composição da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 42/2012-PMDB).	08214

2.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ALVARO DIAS – Considerações acerca da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2012; e outros assuntos. 08214

2.2.9 – Comunicações

Da Liderança do Bloco PV/PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 562, de 2012 (**Ofício nº 35/2012-PV/PPS**). *Designação do Deputado Augusto Carvalho, como titular, para compor a referida Comissão.*..... 08217

Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 562, de 2012 (**Ofício nº 331/2012-PSDB**). *Designação dos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, como titular, e Jutahy Junior, como suplente, para comporem a referida Comissão.*..... 08217

2.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Críticas à posição da Receita Federal sobre projeto de lei de autoria de S. Ex^a; e outros assuntos..... 08217

SENADOR CÍCERO LUCENA – Defesa da agilização da tramitação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2007, de autoria de S. Ex^a..... 08224

SENADOR PAULO PAIM – Registro do transcurso dos 90 anos do PCdoB; e outros assuntos.. 08226

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Justificativa pela apresentação, por S. Ex^a, de projeto de lei que criminaliza o uso de arma de eletrochoque. 08234

SENADOR JORGE VIANA – Satisfação com as medidas adotadas pelas autoridades acreanas diante das recentes enchentes no Estado; e outro assunto... 08236

SENADOR PEDRO TAVARES – Cobrança de esclarecimentos, por parte do Senador Demóstenes Torres, quanto às denúncias veiculadas na imprensa. 08239

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Registro da participação de S. Ex^a no I Encontro das Cidades das Regiões Fronteiriças. 08240

2.2.11 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da reportagem intitulada “Por Pimentel, Dilma tira 5 da Comissão de Ética”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 15 de fevereiro último..... 08243

SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da reportagem intitulada “O PT na caixa de Pandora”, publicada pela revista **Veja**, edição de 1º de fevereiro último. 08244

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da reportagem intitulada “Comissão de Ética reage à intervenção de Dilma, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 16 de fevereiro último..... 08246

SENADOR CIRO NOGUEIRA – Considerações acerca de estudo do Banco Mundial que classifica o Brasil como um País lento, no que se refere ao processo de abertura de empresas..... 08248

2.2.12 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 27, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 08249

2.3 – ENCERRAMENTO**3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA****4 – RETIRADA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA****5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 26.3.2012****SENADO FEDERAL****6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional
(Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 8, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN “que dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências”, e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Deputado ANDRÉ ZACHAROW, na condição de membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Michelto em 30 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de março de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 9, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN “que dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências”, e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Senador LUIZ HENRIQUE, na condição de membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em vaga existente em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de março de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 10, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida**

Provisória nº 554, de 23 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2011, que “Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado e autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxa de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de álcool combustível, e altera a Lei nº 10.453, de 13 de maio de 2002”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Senado Federal, 26 de março de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 11, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 555**, de 23 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2011, que “Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea “h” do inciso VI do **caput** art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Senado Federal, 26 de março de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 12, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a

Medida Provisória nº 556, de 23 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2011, que “Altera a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, relativa à contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público, prorroga a vigência do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária, de que trata a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Senado Federal, 26 de março de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 13, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 557**, de 26 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2011, que “Institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna, autoriza a União a conceder benefício financeiro, altera a Lei

nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Senado Federal, 26 de março de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 14, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 558**, de 5 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 6 de janeiro de 2012, e republicada no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2012, que “Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Matinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Senado Federal, 26 de março de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 45ª Sessão, Não Deliberativa em 26 de março de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. João Ribeiro e Lauro Antonio.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 16 horas e 58 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Há número regimental. Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO)
– A Presidência recebeu da Excelentíssima Senho-

ra Presidente da República a **Mensagem nº 23, de 2012-CN** (nº 95, de 2012, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 2, de 2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor global de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), para o fim que especifica”

É o seguinte o projeto:

PROJETO DE LEI Nº 2, DE 2012-CN MENSAGEM Nº 23, DE 2012-CN (nº 95/2012, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 90.000.000,00, para o fim que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012), em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EM nº 00039/2012/MP

Brasília, 14 de Março de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012) crédito especial no valor de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), em favor do Ministério da Integração Nacional.
2. O crédito permitirá à Administração direta a inclusão de nova categoria de programação em seu orçamento vigente, a qual integrará o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com vistas à construção da Barragem Serro Azul, no Estado de Pernambuco, objetivando garantir a segurança das populações das cidades de Palmares, Água Preta e Barreiros, que são frequentemente afetadas pelas cheias da bacia do Rio Una.
3. A construção da Barragem Serro Azul faz parte da estratégia da Defesa Civil de estruturar um complexo de quatro reservatórios de amortecimento de cheias nas bacias dos Rios Una, Sirinhaém e Mundaú, no Estado de Pernambuco, cujo conjunto visa proteger dez municípios daquele Estado que sofrem com inundações recorrentes em épocas de chuvas.
4. O presente pleito será viabilizado mediante Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, com recursos provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.
5. Esclarece-se que o crédito decorre de solicitação formalizada pelo órgão, segundo o qual a programação objeto de cancelamento, também integrante do PAC, não sofrerá prejuízos na sua execução, pois o remanejamento foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.
6. Ressalte-se, a propósito do que determina o art. 53, § 11, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, LDO-2012, que a alteração decorrente da abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se trata de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da nova programação, cuja execução fica condicionada aos limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.
7. Vale destacar, por oportuno, que os ajustes do Plano Plurianual para o período 2012 a 2015 – PPA 2012-2015, de que trata a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, porventura necessários, em decorrência das alterações promovidas pelo presente crédito especial, deverão ser realizados de acordo com o § 4º do art. 21 da referida Lei.
8. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a abertura do citado crédito especial.

Respeitosamente,

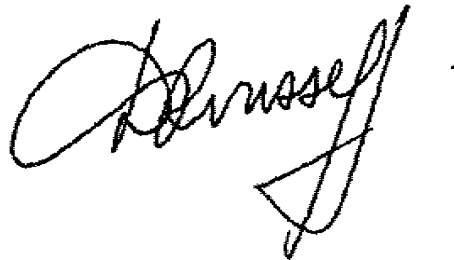
Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior

Mensagem nº 95

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 90.000.000,00, para o fim que especifica”.

Brasília, 22 de março de 2012.



PLN 2 (MTC)
(MSG 95/2012, na origem)

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

.....
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....
Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

.....
I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

.....
III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;
.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**Subseção III****Das Leis**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

LEI Nº 12.465, DE 12 DE AGOSTO DE 2011.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências.

.....

Art. 53. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução no 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

.....

§ 11. As exposições de motivos a que se refere o § 5º deste artigo, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

.....

LEI Nº 12.593, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

.....

Art. 21. Considera-se revisão do PPA-2012-2015 a inclusão, a exclusão ou a alteração de Programas.

.....

§ 4º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, deverá:

- I - alterar o Valor Global do Programa;
 - II - incluir, excluir ou alterar Iniciativas;
 - III - adequar as vinculações entre ações orçamentárias e Iniciativas; e
 - IV - incluir, excluir ou alterar Metas;
-

LEI Nº 12.595, DE 19 DE JANEIRO DE 2012.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

.....

DECRETO Nº 7.680, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2012 e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, observados os limites estabelecidos no Anexo I a este Decreto.

.....

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem com os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º, terão sua execução condicionada aos limites constantes do Anexo I a este Decreto.

.....

ANEXO I

LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Demais (*)		Obrigatórias		Total	
	Lei (a)	Disponível (b)	Lei (c)	Disponível (d)	Lei (e) = (a+c)	Disponível (f) = (b+d)
20000 Presidência da República	2.991.318.747	2.475.009.702	68.990.298	68.990.298	3.060.309.046	2.544.000.000
20102 Vice-Presidência da República	5.023.000	5.023.000	83.994	83.994	5.106.994	5.106.994
20114 Advocacia-Geral da União	251.898.866	242.615.406	39.384.594	39.384.594	291.283.400	282.000.000
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.157.611.176	1.199.162.986	211.837.014	211.837.014	3.369.448.190	1.411.000.000
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	6.631.132.256	5.144.841.964	85.158.036	85.158.036	6.716.290.292	5.230.000.000
25000 Ministério da Fazenda	3.367.242.502	2.640.257.765	303.742.215	303.742.215	3.670.984.717	2.944.000.000
26000 Ministério da Educação	27.273.293.819	25.335.402.669	8.025.177.838	8.025.177.838	35.298.471.657	33.360.580.507
28000 Ministério do Desenv., Indústria e Comércio Exterior	1.264.830.385	702.867.690	20.132.310	20.132.310	1.284.962.695	723.000.000
30000 Ministério da Justiça	5.098.352.187	2.851.064.858	283.935.142	283.935.142	5.382.287.329	3.135.000.000
32000 Ministério de Minas e Energia	991.044.080	772.447.278	46.552.722	46.552.722	1.037.596.802	819.000.000
33000 Ministério da Previdência Social	1.992.350.000	1.499.531.032	319.468.968	319.468.968	2.311.818.968	1.819.000.000
35000 Ministério das Relações Exteriores (**)	967.251.755	1.118.524.710	57.475.290	57.475.290	1.024.727.045	1.176.000.000
36000 Ministério da Saúde	20.346.275.013	14.873.717.283	57.236.011.736	57.236.011.736	77.582.286.749	72.109.729.019
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.179.586.460	900.493.384	64.506.636	64.506.636	1.244.093.096	965.000.000
39000 Ministério dos Transportes	16.825.924.443	15.849.839.451	215.160.549	215.160.549	19.041.084.992	17.065.000.000
41000 Ministério das Comunicações	796.670.461	450.468.717	20.531.283	20.531.283	816.201.744	471.000.000
42000 Ministério da Cultura	1.518.115.279	1.078.030.326	25.969.674	25.969.674	1.544.084.953	1.104.000.000
44000 Ministério do Meio Ambiente	962.293.064	765.172.169	49.827.831	49.827.831	1.012.120.895	815.000.000
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	675.212.251	555.022.320	392.977.680	392.977.680	1.068.189.931	948.000.000
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.460.925.087	2.266.673.660	180.326.320	180.326.320	3.641.251.407	2.447.000.000
51000 Ministério do Esporte	2.471.817.061	689.777.999	47.222.001	47.222.001	2.519.039.062	717.000.000
52000 Ministério da Defesa	13.699.444.621	10.360.397.879	2.825.602.121	2.825.602.121	16.525.046.742	13.205.000.000
53000 Ministério da Integração Nacional	6.806.200.364	4.412.824.327	38.175.673	38.175.673	6.844.376.037	4.451.000.000
54000 Ministério do Turismo	2.609.628.177	596.717.579	3.282.421	3.282.421	2.612.910.598	603.000.000
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	5.888.997.415	4.957.812.777	19.233.187.223	19.233.187.223	25.122.184.638	24.191.000.000
56000 Ministério das Cidades	20.741.307.572	17.419.057.643	41.942.357	41.942.357	20.783.249.929	17.461.000.000
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	290.019.217	213.725.400	2.274.600	2.274.600	292.293.817	216.000.000
71000 Encargos Financeiros da União	1.967.282.360	663.383.719	0	0	1.967.282.360	663.383.719
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	34.497.130	12.500.000	73.872.874	73.872.874	108.370.004	86.372.874
74902 Rec. Superv. Fundo Financ. Est. Ensino Superior/FIES-MEC	138.453.117	137.653.000	0	0	138.453.117	137.653.000
74912 Rec. Superv. Fundo Nacional de Cultura	800.000	800.000	0	0	800.000	800.000
TOTAL	156.203.795.865	121.193.816.710	89.912.809.400	89.912.809.400	246.116.605.266	211.106.626.110

(*) Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

(**) O valor disponível contempla o atendimento de crédito especial reaberto em 2012.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – O projeto vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Leitura: 26-3-2012

Até 31/3 prazo para publicação e distribuição de avulsos;

até 8/4 prazo para apresentação de emendas;

até 13/4 prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas; e

até 28/4 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulsos e no Diário do Senado Federal de 27 de março do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 97, de 2012**, na origem, comunicando a ausência do País da Senhora Presidente da República, no período de 25 de março a 1º de abril, em viagem oficial à Índia; e do Senhor Vice-Presidente da República, no período de 22 a 27

de março, em viagem oficial à Coréia do Sul, para participar da II Cúpula de Segurança Nuclear.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 97, DE 2012, NA ORIGEM

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 25 de março a 1º de abril de 2012, em viagem oficial à Índia.

Informo, ainda, que durante o período de 22 a 27 de março de 2012, o Senhor Vice-Presidente da República estará em viagem oficial à Coréia do Sul, para participar da II Cúpula de Segurança Nuclear.

Brasília, 22 de março de 2012. – **Dilma Rousseff**.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2012** (nº 350/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2010.*

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 81, DE 2012 (nº 350/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau sobre o Exercício da Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU SOBRE O EXERCÍCIO DE
ATIVIDADE REMUNERADA POR PARTE DE DEPENDENTES DO
PESSOAL DIPLOMÁTICO, CONSULAR, MILITAR,
ADMINISTRATIVO E TÉCNICO**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Guiné-Bissau
(doravante denominados "Partes"),

Tendo em vista o estágio particularmente avançado de entendimento entre os dois países; e

No intuito de estabelecer novos mecanismos para o fortalecimento das suas relações diplomáticas;

Acordaram o seguinte:

Artigo 1º

1. Os dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico de uma das Partes, designado para exercer missão oficial na outra como membro de missão diplomática, de repartição consular ou de missão permanente perante organização internacional, sediada no Estado acreditado e por ele reconhecida, poderão ser autorizados a exercer atividade remunerada no território da Parte acreditada, em conformidade com o presente Acordo e com base no princípio da reciprocidade.

2. Para fins deste Acordo, pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico significa qualquer empregado de uma das Partes, com exceção do pessoal de apoio, designado para exercer missão oficial em missão diplomática, repartição consular ou missão junto a organismo internacional.

3. Para fins deste Acordo, são considerados dependentes:

- a) cônjuge ou companheiro permanente;
- b) filhos solteiros menores de 21 anos;
- c) filhos solteiros menores de 25 anos, que estejam estudando em universidade ou centro de ensino superior reconhecido por cada Estado; e
- d) filhos solteiros com deficiências físicas ou mentais.

Artigo 2º

Para qualquer dependente que deseje exercer atividade remunerada, a missão diplomática da Parte acreditante deverá solicitar, por escrito, via canais diplomáticos, autorização do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores da outra Parte. O pedido deverá incluir informação que comprove a condição de dependente da pessoa em questão e uma breve explanação sobre a atividade remunerada pretendida. Após verificar se a pessoa em questão se enquadra nas categorias definidas no presente Acordo e após observar os dispositivos internos aplicáveis, o Cerimonial informará à Embaixada da outra Parte, por escrito e com a brevidade possível, que o dependente está autorizado a exercer atividade remunerada. De modo semelhante, a Embaixada deverá informar o Cerimonial respectivo a respeito do término da atividade remunerada exercida pelo dependente, bem como submeter novo pedido na hipótese de o dependente decidir aceitar qualquer nova atividade remunerada.

Artigo 3º

No caso em que o dependente autorizado a exercer atividade remunerada gozar de imunidade de jurisdição no território do Estado acreditado conforme os Artigos 31 e 37 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, ou qualquer outro tratado internacional aplicável:

- a) fica acordado que tal dependente não gozará de imunidade de jurisdição civil ou administrativa no Estado acreditado, em ações contra ele iniciadas por atos diretamente relacionados com o desempenho da referida atividade remunerada; e
- b) fica acordado que o Estado acreditante considerará seriamente qualquer pedido do Estado acreditado no sentido de renunciar à imunidade de jurisdição penal do dependente acusado de haver cometido delito criminal no decurso do exercício da referida atividade remunerada. Caso não haja a renúncia da imunidade e, na percepção do Estado acreditado, o caso seja considerado grave, o Estado acreditado poderá solicitar a retirada do país do dependente em questão.

Artigo 4º

A autorização para o exercício de atividade remunerada terminará tão logo cesse a condição de dependente do beneficiário da autorização, na data em que as obrigações contratuais tiverem sido cumpridas, ou, em qualquer hipótese, ao término da missão do indivíduo de quem a pessoa em questão é dependente. Contudo, o término da autorização levará em conta o prazo razoável do decurso previsto na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 18 de abril de 1961, sem exceder três meses.

Artigo 5º

A autorização para que um dependente exerça atividade remunerada, em conformidade com o presente Acordo, não concederá à pessoa em questão o direito de continuar no exercício da atividade remunerada ou de residir no território da Parte acreditada, uma vez terminada a missão do indivíduo de quem a pessoa é dependente.

Artigo 6º

Nada neste Acordo conferirá ao dependente o direito a emprego que, de acordo com a legislação da Parte acreditada, somente possa ser ocupado por nacional desse Estado, ou que afete a segurança nacional.

Artigo 7º

Este Acordo não implicará o reconhecimento automático de títulos ou diplomas obtidos no exterior. Tal reconhecimento somente poderá ocorrer em conformidade com as normas em vigor que regulamentam essas questões no território da Parte acreditada. No caso de profissões que requeiram qualificações especiais, o dependente deverá atender às mesmas exigências a que deve atender um nacional da Parte acreditada, candidato ao mesmo emprego.

Artigo 8º

1. Os dependentes que exerçam atividade remunerada estarão sujeitos ao pagamento no território da Parte acreditada de todos os impostos relativos à renda nele auferida em decorrência do desempenho dessa atividade, com fonte no país acreditado e de acordo com as leis tributárias desse país.

2. Os dependentes que exerçam atividade remunerada nos termos deste Acordo estarão sujeitos à legislação de previdência social do Estado acreditado.

Artigo 9º

1. Qualquer controvérsia que surja da interpretação ou execução deste Acordo será dirimida por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

2. Este Acordo poderá ser emendado de comum acordo entre as Partes, por troca de notas diplomáticas. A entrada em vigor das emendas obedecerá ao mesmo processo disposto no Artigo 10.

Artigo 10

Este Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data da segunda notificação, pelas Partes, do cumprimento dos respectivos requisitos legais internos.


Artigo 11

1. Este Acordo permanecerá em vigor por um período de cinco (5) anos, renovável automaticamente por iguais períodos, salvo se uma das Partes informar a outra, com pelo menos seis (6) meses de antecedência, por via diplomática, de sua intenção de não o renovar.

2. Este Acordo poderá ser denunciado caso qualquer uma das Partes notifique à outra, por escrito, via canais diplomáticos, da decisão de denunciar este Acordo. Neste caso, este Acordo deixará de ter efeito 90 (noventa) dias após a data de tal notificação.

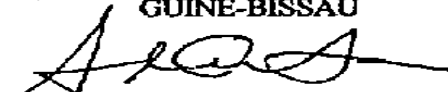
Feito em Brasília, em 25 de agosto de 2010, em dois exemplares originais, no idioma português, todos os textos sendo igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL



Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA
GUINÉ-BISSAU



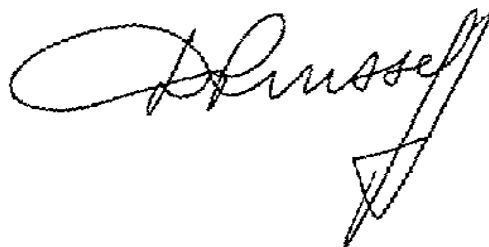
Adelino Mano Queta
Ministro dos Negócios Financeiros, da
Cooperação Internacional e das Comunidades da
República da Guiné-Bissau

Mensagem nº 157, de 2011.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Interino, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Guiné-Bissau sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2010.

Brasília, 25 de maio de 2011.



EM No 00110 MRE

Brasília, 5 de março de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2010, pelo então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e pelo Ministro dos Negócios Financeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades da República da Guiné-Bissau, Adelino Mano Queta.

2. O presente Acordo, semelhante aos assinados com mais de sessenta países ao longo das duas últimas décadas, reflete a tendência atual de estender aos dependentes dos agentes das Missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

3. Com efeito, proporcionar um espaço profissional próprio para dependentes de membros do serviço exterior, cônjuges em especial, que lhes possibilite o exercício de atividades outras que a mera função de acompanhamento de funcionário transferido para outro país torna-se prática generalizada na vida internacional.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2012, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre a matéria, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do **Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2011** (nº 6.868/2002, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *altera o art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências*.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 605, de 2011**, do Senador Rodrigo Rollemberg, que *altera a Lei nº 9.431, de 6 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecções hospitalares pelos hospitais do País, para incluir a prevenção de erros de medicação*.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2011** (nº 2.827/2008, na Casa de origem, do Deputado Vicentinho), que *altera dispositivos da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Escolas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, para estender sua aplicação aos diplomados em cursos de tecnologia nas respectivas áreas*; e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2011** (nº 1.266/2007, na Casa de origem, da Deputada Sueli Vidigal), que *altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo*

a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde, e dá outras providências.

Tendo sido apreciadas terminativamente pelas Comissões competentes, o **Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2011**, rejeitado, vai ao Arquivo; e o **Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2011**, aprovado com Substitutivo, retorna à Câmara dos Deputados.

Com referência ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2011, será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Sobre a mesa, a comunicação que será lida.

É lido o seguinte:

COMUNICAÇÃO , DE 2012

Senhor Presidente:

Comunico, nos termos regimentais, que, em virtude do término de minha licença, reassumo minhas atividades parlamentares a partir do próximo dia 5 de abril.

Sala as Sessões, 26 de março de 2012. – Senador **Eduardo Amorim**.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – A Presidência designa, para integrarem como titulares, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, o Deputado André Zacharow e o Senador Luiz Henrique, nos termos dos Ofícios GAB/I/nº 119/2012 e GLPMDB nº 37/2012, respectivamente, e dos Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nºs 8 e 9, de 2012.

São os seguintes os Ofícios:

OF/GAB/I/Nº 119

Brasília, 13 de março de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado André Zacharow passa a integrar, na qualidade de Titular, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 37/2012

Brasília, 20 de março de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o Senador Luiz Henrique passará a in-

tegrar a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em substituição ao Senador Wilson Santiago.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 201, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Minas e Energia informações sobre blocos exploratórios existentes e novas licitações, visando dar continuidade às intenções do governo federal em dar maior sustentabilidade e possibilitar o crescimento da produção petrolífera no Brasil:

1. Quantos blocos exploratórios, por estado, estão em operação?
2. Quantos blocos de exploração foram licitados desde 2002?
3. Qual o investimento total previsto pela Petrobrás para suas áreas exploradoras de petróleo no quadriênio 2010-2014?
4. Quantos blocos serão licitados até 2014, conforme foi inicialmente previsto? Quais suas localizações e estimativas de produção?
5. Qual foi a modalidade de licitação de blocos de exploração utilizada até 2010?
6. Qual é a previsão desse Ministério para realização da 11ª rodada de licitação de blocos de petróleo?
7. Tendo em vista o recente vazamento de petróleo, que envolve a *Chevron*. Quais medidas de proteção, econômica e ambiental, foram inseridas, ou serão, na 11ª rodada de licitação, para que o Brasil não sofra prejuízos financeiros ou ambientais resultantes de má administração e/ou má fé de empresas?
8. A 11ª rodada de licitação tem blocos localizados em terra firme ou no pré-sal? Quais os estados em que se localizam esses blocos a serem licitados?
9. O leilão da 11ª rodada foi autorizado em abril de 2011 pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e tinha sua realização prevista para dezembro, mas acabou adiado porque faltou a aprovação da presidente Dilma Rousseff. Na época, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, anunciou, após participar de uma audiência pública no Senado, que a rodada provavelmente viria a ocorrer no primeiro trimestre. Após quase

um ano, há algum fator, seja administrativo, seja legal, que esteja impedindo a realização dessa rodada de licitação?

Justificação

A questão energética no Brasil é um tema amplamente discutido em todos os setores da sociedade, pois os investimentos realizados no setor, principalmente no que concerne ao gás natural e petróleo impactam diretamente nos mais diversos setores da economia nacional, determinando o ritmo de crescimento da economia, e, por consequência, do desenvolvimento social da população brasileira.

Nesse sentido, os impactos negativos sobre a economia no que se concerne a oferta e demanda de combustíveis fósseis para alimentar, principalmente, o transporte rodoviário nacional, modal mais utilizado nesse país, causam pressões inflacionárias em diversos setores da economia. Nesse âmbito, as recentes discussões acerca do preço da gasolina praticado nos postos dos diversos estados brasileiros corroboram para a renda da maior parte da população diminuir com os gastos inerentes tanto ao transporte público coletivo como ao transporte particular.

Faz-se mister ressaltar então a importância do crescimento na exploração e conseqüente produção de petróleo e gás no Brasil, no sentido de fomentar o desenvolvimento social e econômico de forma sustentável e equilibrado, elevando a capacidade de investimento de todos os setores da economia nacional.

Uma das formas de concretizar tal desiderato é aumentar a oferta de novas áreas produtoras de petróleo e gás, onde já foram realizados estudos preliminares sobre a existência de viabilidade econômica dessas ditas áreas.

Desta forma, deve-se destacar a prometida 11ª rodada da ANP, que já sofreu consecutivos atrasos durante o ano passado e até hoje não se tem qualquer previsão se ocorrerá ainda este ano.

Não se pode olvidar que apesar do Brasil ser autossuficiente na produção de petróleo com o passar dos anos as reservas hoje exploradas tendem ao seu fim, uma vez que se trata de um recurso natural não renovável e que demanda uma complexidade muito alta em relação tanto à engenharia utilizada para a extração de petróleo quanto aos altos investimentos monetários e temporais para concretizar tal exploração.

O que se tinha de informação, quando foram publicadas nos meios de comunicação locais, sobre essa rodada de licitação era que a ANP ofertaria 174 blocos, sendo 87 no mar e 87 em terra, dentre eles há um bloco localizado na bacia sedimentar da Foz do

Amazonas, todavia, não determinando em quais outros estados teriam blocos a serem licitados nem mesmo a capacidade de produção de cada um.

Portanto, fica evidente, pelos motivos acima expostos, a necessidade da rápida atuação da ANP no sentido de realizar a oferta pública de novos blocos de exploração de petróleo e gás para fomentar o crescimento sustentável da economia nacional e, principalmente, dos municípios do interior do Amazonas que almejam o quanto antes o crescimento de suas economias, além do desenvolvimento social através da exploração petrolífera que gera royalties aos municípios.

Sala das Sessões, em 23 de março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO Nº 202, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda informações do estudo encomendado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID que trata da repartição do Fundo de Participação dos Estados – FPE, ora em análise pelos técnicos desse Ministério, a saber:

1. Quais os motivos que fundamentaram a decisão desse Ministério para encomendar esse estudo? Momento em que se solicita cópia integral do estudo realizado pelo BID.
2. Qual é a estimativa para apresentação de um relatório final sobre as conclusões do estudo encomendado?
3. Há algum relatório parcial sobre o estudo? Em havendo solicita-se a cópia do referido relatório.

Justificação

O Fundo de Participação dos Estados é uma política pública prevista na Constituição Federal de 1988, e que seguindo os princípios presentes na Carta Magna, principalmente, no que se refere aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre eles a redução das desigualdades regionais, instituiu esse mecanismo para contribuir com o desenvolvimento social e econômico dos estados da federação.

Esse fundo advém de parte substancial dos impostos federais recolhidos aos cofres do Tesouro Nacional que se encontram previamente destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por força de dispositivos da Constituição Federal.

Dessa forma, fica a cargo da Secretaria do Tesouro Nacional efetuar as transferências desses re-

ursos aos beneficiários, nos prazos legalmente estabelecidos, atividade que a coloca como intermediária da movimentação financeira que alimenta o funcionamento das administrações públicas federal, estaduais e municipais.

Mais especificamente a Constituição Federal de 1988, de acordo com o artigo 159, I, alínea “a”, determina que 21,5% da receita arrecadada com IR (Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza) e IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados) sejam repassados pela União aos Estados e Distrito Federal.

Como se observa o cálculo para a devida distribuição do fundo entre o entes federados é complexo e demanda o envolvimento de diversos setores da administração público para que possa estar efetivamente disponível aos estados. Assim, a distribuição dos recursos do FPE leva em consideração a proporcionalidade do coeficiente individual de participação resultante do produto do fator representativo da população de cada Estado.

Os índices de repasse desse fundo são calculados pelo Tribunal de Contas da União - (LC 62/89, Art. 5º), utilizando como fatores a população e o universo da renda *per capita*.

Nesses termos, fica evidente a importância desse fundo para a busca da igualdade entre as regiões do país e mesmo o desenvolvimento social e econômico de cada estado da federação, sendo um mecanismo previsto em nossa Constituição a fim de obedecer aos princípios nela previstos, conforme já mencionado e que atualmente é um tema que preocupa em muito as autoridades locais.

O motivo de tal preocupação, principalmente dos governos estaduais, é que a Carta Magna pátria previu o repasse mediante FPE, sendo regulamentado por um Decreto do então Presidente José Sarney, o qual foi considerado inconstitucional pelo STF em decisão recente, podendo desta forma ser extinto em 2013 caso o Congresso Nacional não regule a questão da forma devida.

Tendo em vista essa preocupação foi recentemente noticiado que o Ministério da Fazenda encomendou do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID um estudo relativo a melhor forma de se distribuir o FPE considerando as desigualdades regionais existentes no país e que atualmente está sob análise do corpo técnico do Ministério.

Portanto, qualquer medida que seja capaz de incrementar a economia nacional dando mais dinamicidade para a mesma e, por consequência, acabar por beneficiar a população brasileira deve ser devidamente divulgada e repassada para todas as partes envolvidas

na discussão a fim de subsidiar a elaboração de uma proposta mais adequada à realidade brasileira e, por consequência, mais eficaz.

Sala das Sessões, em 23 de março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 203, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Secretário de Estado da Saúde do Amazonas - Wilson Alecrim, por ter sido eleito o novo presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, no dia 21 de março de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto ao agraciado no seguinte endereço:

SUSAM; Av. André Araújo, 701 – Aleixo Cep: 69.060-000 Manaus/AM.

Justificação

O secretário de Estado da Saúde do Amazonas, Wilson Alecrim, foi eleito o novo presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde - CONASS).

A eleição foi realizada durante assembleia da entidade, realizada em Brasília, na tarde do dia 21 de Março de 2012.

O médico infectologista amazonense substitui a secretária da saúde de Mato Grosso do Sul, Beatriz Dobashi, que esteve à frente do Conselho nos últimos dois anos.

O Conselho Nacional dos Secretários de Saúde - CONASS, existe desde 1982 e tem como finalidade fortalecer as políticas de saúde com produção de conhecimento, assessoramento técnico e desenvolvimento de projetos voltados às necessidades nacionais e regionais de saúde, sendo responsável por promover a articulação e a representação política da gestão estadual do SUS, proporcionando apoio técnico às Secretarias Estaduais de Saúde, coletiva e individualmente, de acordo com as suas necessidades, por meio da disseminação de informações, produção e difusão de conhecimento, inovação e incentivo à troca de experiências e de boas práticas.

O foco das atividades será direcionado para o fortalecimento da atenção primária, o enfrentamento das doenças endêmicas, os recursos humanos e o financiamento, linhas definidas como estratégicas para o incremento da saúde na região. Entre as prioridades da nova diretoria destacam-se a luta contra o sub-financiamento da saúde, o fortalecimento da instância estadual do Sistema Único de Saúde, a redução das desigualdades regionais e a regulamentação do acesso aos medicamentos de alto custo.

Parabéns, ao Secretário Wilson Alecrim pela competência, presteza e capacidade técnica para o enfrentamento desse novo desafio.

Sala das Sessões, em 22 de março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

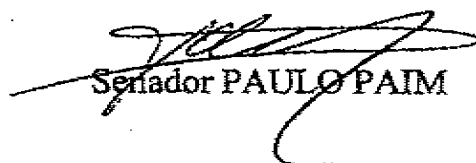
REQUERIMENTO Nº 204, DE 2012

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 13, do RISF, conjugado com o art. 40, parágrafo 1º, inciso I, **requeiro** licença dos trabalhos da Casa para participar como Representante Brasileiro no Parlamento do MERCOSUL, da **Sessão Especial para a posse dos novos parlamentares e de Sessão Preparatória para a votação de mudanças do Regimento Interno do Parlamento do Mercosul**, no próximo dia 13 de abril de 2012, na cidade de Montevideu, Uruguai.

Comunico ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do RISF, que estarei ausente do país nos dias 12, 13 e 14 de abril de 2012.

Sala das Sessões, 26 de março de 2012.



Senador PAULO PAIM

OF. P/010/2012

Brasília, 14 de março de 2012

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, solicito a Vossa Excelência que autorize o deslocamento da delegação de senadores brasileiros que participarão de Sessão Especial para a posse dos novos parlamentares argentinos e de Sessão Preparatória para a votação de mudanças do Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, no próximo dia 13 de abril de 2012, na cidade de Montevideu, Uruguai.

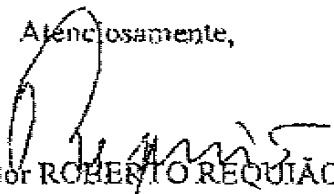
Trata-se, Senhor Presidente, portanto, de dar continuidade aos trabalhos do Parlamento do Mercosul, previstos para acontecer uma vez por mês, conforme determina o Protocolo de Constituição do Parlamento do Mercosul.

Assim, solicito a Vossa Excelência as providências necessárias ao deslocamento da delegação de senadores brasileiros relacionados em quadro anexo, entre os dias 12 e 14 de abril de 2012 bem como a liberação de passagens aéreas, cobrindo os trechos indicados no referido quadro, e diárias para cobertura de despesas com hospedagem e alimentação na capital uruguaia, onde acontecerão as referidas Sessões do Parlamento do Mercosul.

Por oportuno, encareço a Vossa Excelência que autorize a cobertura jornalística de tão importante evento por equipe de profissionais da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal.

Na oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Senador ROBERTO REQUIÃO
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

TABELA DE VÔOS PARA O DESLOCAMENTO DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA A MONTEVIDÉU – ABRIL DE 2012

PARLAMENTARES	DATA / TRECHO DE IDA	DATA/TRECHO DE VOLTA
Senador Roberto Requião	12/04 – Brasília – Montevidéu	16/04 – Montevidéu – Brasília
Senador Antônio Carlos Valadares	12/04 – Brasília – Montevidéu	14/04 – Montevidéu – Brasília
Senador Morazildo Cavalcanti	12/04 – Brasília – Montevidéu	16/04 – Montevidéu – Brasília
Senador Paulo Paim	12/04 – Brasília – Montevidéu	14/04 – Montevidéu – Brasília
Senador Paulo Bauer	11/04 – Brasília – Florianópolis	13/04 – Montevidéu – Florianópolis
	12/04 – Florianópolis – Montevidéu	
Senador Cassildo Maldaner	12/04 – Brasília – Montevidéu	14/04 – Montevidéu – Florianópolis
Senador Cristovam Buarque	12/04 – Brasília – Montevidéu	14/04 – Montevidéu – Brasília
Senador Magno Malta	12/04 – Brasília – Montevidéu	14/04 – Montevidéu – Brasília
Senador Pedro Simon	12/04 – Brasília – Montevidéu	14/04 – Montevidéu – Brasília

Subsecretaria de Informações

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

Nº 1, DE 2011-CN

*Dispõe sobre a
Representação Brasileira
no Parlamento do
Mercosul, sua
composição, organização
e competências.*

O Congresso Nacional resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em conformidade com o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, adicional ao Tratado de Assunção, e com a Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 28, de 2010, e sobre a tramitação das matérias de interesse do Mercosul no Congresso Nacional.

Art. 2º É criada a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Compete à Representação Brasileira, entre outras atribuições:

I - apreciar e emitir parecer a todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional, inclusive as emanadas dos órgãos decisórios do Mercosul, nos termos do artigo 4, Inciso 12, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul;

II - emitir relatório circunstanciado sobre as informações encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, refratando a evolução do processo de integração do Mercosul;

Mercosul, nos termos do artigo 4, inciso 14, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul;

IV - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - participar de projetos resultantes de acordos de cooperação com organismos internacionais celebrados pelo Parlamento do Mercosul;

VII - receber e encaminhar ao Parlamento do Mercosul a correspondência que lhe for dirigida;

VIII - apreciar e emitir parecer a todas as matérias sobre a organização da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL que sejam submetidas ao Congresso Nacional.

Art. 4º No exame das matérias emanadas dos órgãos decisórios do Mercosul, a Representação Brasileira apreciará, em caráter preliminar, se a norma do Mercosul foi adotada de acordo com os termos do parecer do Parlamento do Mercosul, caso em que esta obedecerá a procedimento preferencial, nos termos do artigo 4, inciso 12, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

§ 1º As normas sujeitas a procedimento preferencial serão apreciadas apenas pela Representação Brasileira e pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 2º Nessa hipótese, compete à Representação Brasileira opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e adequação financeira e orçamentária, bem como manifestar-se quanto ao mérito da matéria.

§ 3º Caso julgue necessário, ante a complexidade e especificidade da matéria em exame, a Representação Brasileira poderá solicitar o pronunciamento de outras comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que se manifestarão exclusivamente sobre o objeto da consulta.

§ 4º Concluída a apreciação da matéria pela Representação Brasileira, o parecer e o respectivo projeto de decreto legislativo serão devolvidos à Mesa da Câmara dos Deputados para numeração e inclusão na Ordem do Dia daquela Casa.

§ 5º A apreciação da matéria no plenário de cada uma das Casas obedecerá às respectivas disposições regimentais.

Art. 5º Em se tratando de normas que não estejam sujeitas ao procedimento preferencial de que trata o art. 4º desta Resolução, conforme o exame preliminar feito pela Representação Brasileira, observar-se-á o seguinte procedimento:

I - a Representação Brasileira examinará a matéria quanto ao mérito e oferecerá o respectivo projeto de decreto legislativo;

II - a Representação Brasileira devolverá a matéria à Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, que, a numerála, fará a distribuição, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados;

III - concluída sua apreciação pelas comissões permanentes, a matéria irá à Mesa, para inclusão na Ordem do Dia;

IV - após a votação pela Câmara dos Deputados, o projeto será encaminhado ao Senado Federal, para apreciação das comissões permanentes e do Plenário, nos termos do respectivo Regimento Interno.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º A Representação Brasileira compõe-se de 37 (trinta e sete) membros titulares, sendo 27 (vinte e sete) Deputados Federais e 10 (dez) Senadores, com igual número de suplentes, mantida a mesma divisão numérica entre as Casas, designados por ato assinado pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos da Decisão nº 28, de 2010, do Conselho do Mercado Comum, aprovada em complementação ao Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

Art. 7º A Mesa do Congresso Nacional fixará as representações dos partidos ou blocos parlamentares na Representação Brasileira, observado, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade partidária.

Parágrafo único. A proporcionalidade partidária estabelecida na forma deste artigo será fixada de acordo com o resultado final das eleições proclamado pela Justiça Eleitoral.

Art. 8º Estabelecidas as representações previstas no art. 7º desta Resolução, os líderes indicarão aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, até o décimo dia após a publicação desta Resolução, os nomes que integrarão a Representação Brasileira, como titulares e suplentes.

Parágrafo único. Esgotado o prazo referido neste artigo, não havendo eventualmente a indicação das lideranças, o Presidente de cada Casa fará as respectivas designações.

Art. 9º Em caso de falecimento, renúncia, afastamento ou impedimento permanente, o Deputado ou Senador, membro da Representação Brasileira, será substituído no Parlamento do Mercosul.

§ 1º Em caso de perda de mandato no Parlamento do Mercosul, nos termos das normas regimentais do Parlamento, o Deputado ou Senador perde sua vaga na Representação Brasileira.

§ 2º Na impossibilidade de comparecimento às reuniões do Parlamento do Mercosul, o membro da Representação Brasileira será substituído, preferencialmente, pelos suplentes da mesma Casa.

Art. 10. O mandato dos membros designados para a parlamentares eleitos diretamente em 7 de outubro de 2012; nos termos do artigo 6º do Protocolo Constituinte do Parlamento do Mercosul.

Parágrafo único. Não sendo realizadas as eleições previstas no caput, as lideranças dos partidos indicarão, dentre os membros de suas bancadas no Congresso Nacional, os parlamentares que comporão a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul até o final da 54ª Legislatura.

CAPÍTULO IV

DOS TRABALHOS

Art. 11. A Representação Brasileira observará, no que couber, as disposições do Regimento Comum relativas ao funcionamento das comissões mistas do Congresso Nacional, inclusive no que diz respeito à eleição de seu Presidente e de 2 (dois) Vice-Presidentes.

Parágrafo único. O Presidente e os Vice-Presidentes serão eleitos na primeira e na terceira sessão legislativa, alternando-se a presidência entre Deputados e Senadores, sendo sempre Vice-Presidentes um Senador e um Deputado.

Art. 12. As reuniões da Representação Brasileira serão públicas, e a discussão e votação das matérias que lhe forem submetidas serão abertas, salvo deliberação em contrário da maioria dos presentes, a requerimento de qualquer de seus membros.

Art. 13. Cabe à Representação Brasileira criar, no âmbito das respectivas competências, turmas permanentes ou temporárias, mediante proposta de qualquer de seus integrantes, aprovada pela maioria dos membros presentes.

Art. 14. A Representação Brasileira participará das sessões, reuniões e demais atividades do Parlamento do Mercosul realizadas na sede, em Montevideu, República Oriental do Uruguai, com registro obrigatório de presença dos membros participantes.

§ 1º É autorizada a participação dos membros da Representação Brasileira em sessões, reuniões e demais atividades do Parlamento do Mercosul, quando convocadas para outras localidades fora da sede, em Montevideu, com registro obrigatório de presença dos membros participantes.

§ 2º O registro de presença dos membros da Representação Brasileira nas sessões, reuniões e demais atividades no Parlamento do Mercosul terá efeito equivalente ao comparecimento às sessões deliberativas da respectiva Casa e do Congresso Nacional.

§ 3º A Secretaria da Representação Brasileira comunicará previamente às respectivas Mesas a realização de sessão, reunião ou outra atividade do Parlamento do Mercosul, bem como a frequência dos parlamentares, para os fins de registro a que se refere o § 2º.

§ 4º Cada Casa do Congresso Nacional fixará as despesas dos parlamentares que participem das sessões, reuniões e demais atividades do Parlamento do Mercosul e do corpo técnico necessário aos trabalhos do Parlamento do Mercosul.

Art. 15. Os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal instituirão, nos moldes dos órgãos de apoio às comissões técnicas, uma única secretaria para prestar apoio à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, fornecendo, para tanto, pessoal recrutado dentre os servidores das duas Casas e material necessário ao desenvolvimento de suas atividades.

Art. 16. A instalação da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul ocorrerá até o décimo dia após a publicação desta Resolução.

Art. 17. Revoga-se a Resolução nº 1, de 2007 - CN.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 6 de junho de 2011

**Senador JOSÉ
SARNEY**

**Presidente do
Senado Federal**

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Concedo a palavra, como oradora inscrita, à Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

Tem V. Exª o prazo regimental de vinte minutos para fazer o pronunciamento de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, faço uma saudação especial ao meu querido e dileto correligionário Deputado Estadual do PP do Rio Grande do Sul Frederico Antunes, que bem representa toda a região da fronteira do Brasil com a Argentina

e a fronteira com o Uruguai também. É um exemplar Deputado, que vem acompanhando o debate no Congresso Nacional que trata dos interesses das regiões de fronteira, matéria muito relevante para a sua Uruguaiana e também para toda a região fronteira do nosso Estado, que faz divisa com vários Municípios gaúchos e uruguaios e com algumas províncias argentinas do lado que fazemos fronteira com esse país – os dois são nossos irmãos e vizinhos do Mercosul.

Eu queria também aproveitar esta oportunidade porque, hoje, segunda-feira, 26 de março, é uma data especial para a capital do meu Estado, Porto Alegre, que está completando, Senador Alvaro Dias, 240 anos. Deste plenário, distante exatos 2.027 quilômetros, quero enviar um abraço, virtual que seja, aos porto-

-alegrenses. Tenho orgulho de ser cidadã honorária da capital, tendo nascido na distante Lagoa Vermelha, na região de Campos de Cima da Serra.

A capital gaúcha, Sr. Presidente, foi Porto dos Casais em meados do século XVIII, quando 500 portugueses enviados pelo rei de Portugal chegaram ao Porto de Viamão. Um século depois, acolheu alemães, italianos e espanhóis que deixavam a Europa em busca de nova vida. Depois, vieram também africanos, poloneses, libaneses, judeus, japoneses e muitos outros.

Porto Alegre é, hoje, uma das mais vibrantes capitais brasileiras. Enfrenta muitos desafios com o crescimento desordenado, mas é palco das galerias de arte da Usina do Gasômetro; do Fórum Social Temático de 2012; do Fórum Social Mundial do início dos anos 2000; da Feira do Livro da Praça da Alfândega; das bancas de frutas e verduras do mercado público; do lago que chamamos, com carinho, de Guaíba; do clássico e mais apaixonante futebol do País, o Grenal; da Casa de Cultura Mário Quintana; de um pôr do sol encantador; da Fundação Iberê Camargo, que encanta todos pela sua arquitetura ousada. Lembro, assim, algumas das cenas e personagens da aniversariante, Porto Alegre, a cidade sorriso, que será também uma das cidades-sede da Copa 2014.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, mais uma vez, o Brasil foi sacudido, no domingo, à noite, por denúncias de corrupção envolvendo dinheiro público. Na semana passada, o escândalo da cobrança de propina em contratos de serviços no Hospital Pediátrico da Universidade do Rio de Janeiro expôs um mal antigo, que envergonha nosso País.

Ontem, novamente, o programa Fantástico, da Rede Globo, exibiu com detalhes uma denúncia de dinheiro público mal utilizado, dessa vez na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. Em 2010, um projeto da Prefeitura de João Pessoa pretendia transformar a capital paraibana em uma cidade digital, oferecendo Internet de graça e sem fio para toda a comunidade. Uma licitação para a compra de produtos de informática e de computadores teria consumido milhões de reais. A reportagem fala de superfaturamento na compra de equipamentos e de pagamento de propinas de 5% a 10% e informa também que o serviço prometido pela Prefeitura nunca funcionou. Na época, o responsável pelo projeto era o então Secretário de Ciência e Tecnologia do Município de João Pessoa, Aguinaldo Ribeiro, hoje Ministro das Cidades, e Deputado do meu Partido, o Partido Progressista.

Defendo aqui, Senador e nosso Presidente, a apuração imediata de todos os fatos, para buscar os reais responsáveis pelas irregularidades, ouvidas todas as partes, para que a defesa seja confirmada no

Estado de direito que existe hoje. Não é o fato de se tratar de denúncias com o envolvimento de um Ministro do meu Partido que irá diminuir minha cobrança e meu empenho contra a corrupção em nosso País.

Muitas vezes, perguntam-me se vou levantar a voz e me cobram pelo Twitter ou pelo Facebook essas atitudes. Não precisam cobrar isso, que sei do meu compromisso e da minha responsabilidade. Não tenho compromisso com o erro. Também nesse caso, como sempre tenho feito, defendo a investigação exemplar e que todos os envolvidos sejam punidos.

Isso vale também para esta Casa no caso das denúncias que envolvem o Senador Demóstenes Torres.

Considero muito importante o trabalho que a Polícia Federal vêm realizando na investigação das denúncias de corrupção que aparecem a todo o momento.

Espero que esse caráter republicano permaneça e oriente o trabalho de apuração não só dos delegados e investigadores da Polícia Federal, mas de todos os servidores e agentes dos órgãos responsáveis pelas investigações, como o Conselho de Controle das Atividades Financeiras, o Coaf, e também a Controladoria-Geral da União (CGU).

Não podemos, de forma alguma, deixar escorrer pelo ralo da corrupção o dinheiro público que deveria garantir melhor qualidade do nosso ensino público, o pagamento do piso dos professores, a qualidade do atendimento na saúde e a segurança pública.

A violência é um mal da nossa sociedade, e os índices que envolvem todo o setor de segurança no Brasil são alarmantes. O número de presos no Estado de São Paulo, por exemplo, cresceu, nos últimos 16 anos, 223%. Isso revela que a falta de investimentos na segurança nos traz dois problemas: aumento do número de crimes e a superpopulação das cadeias, mostrando presídios em condições desumanas.

Na educação, um dado negativo vem exatamente do meu Estado, o Rio Grande do Sul, Sr. Presidente. O meu Estado é o campeão nacional em repetência nos ensinos fundamental e médio. Trezentos mil alunos repetem o ano escolar todo ano. Esse fenômeno não só causa problemas no calendário escolar, mas também tira a motivação dos alunos. Financeiramente, o custo dessa reprovação, Deputado Frederico Antunes, é altíssimo, pois representa um desperdício, só na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, de R\$790 milhões por ano.

A discussão e a aprovação, portanto, do Plano Nacional de Educação, que está na Câmara dos Deputados, precisa assumir caráter de urgência e estabelecer uma nova política educacional em nosso País.

Todos os dias, assistimos à divulgação de estatísticas negativas como essas da educação e da

segurança e nos perguntamos: mas aonde vai essa dinheirama toda de tantos impostos que pagamos? A conclusão é simples, mas muito triste: parte é desviada pela corrupção, parte esbarra na burocracia tributária vivida há anos por nosso País.

Uma carga confusa e exagerada é um dos motivos da perda de competitividade também da indústria brasileira. E não é só isso: indústria que não produz não cria novos empregos. Segundo o IBGE, em janeiro, a taxa de emprego na indústria nacional recuou 0,5%. Foram criadas menos vagas para os trabalhadores em oito das quatorze capitais brasileiras pesquisadas. A manutenção dos empregos também depende de uma desoneração tributária das empresas.

O Governo Federal vem apresentando soluções pontuais. Já anunciou que continuará atuando no câmbio para evitar que o real continue tendo forte valorização sobre o dólar. Setores industriais como o têxtil e o calçadista sofrem com a entrada de produtos importados, principalmente chineses, que são ajudados pelo câmbio baixo. Felizmente, o Governo começa a concordar, e até a acordar, que esse não é o único fator que causa a nossa falta de competitividade no mercado mundial.

Creio que a reunião da Presidenta Dilma Rousseff com 28 dos principais líderes empresariais do País, realizada na semana passada, representa um bom passo para as discussões da crise da indústria brasileira.

Aliás, em entrevista à revista *Veja* desta semana, a Presidenta Dilma Rousseff concordou, finalmente, que os impostos cobrados hoje no Brasil inviabilizam as melhores iniciativas empresariais e impedem a competitividade da indústria brasileira. Cito aqui as palavras da Presidente: “Temos de baixar nossa carga de impostos. E vamos baixá-los. Vamos nos defender atacando, ou seja, exportando e ganhando mercados. Para isso, temos de aumentar nossa taxa de investimento real pelo menos 24%”. A Presidente Dilma garantiu que o Governo vai investir e gerar melhor ambiente para a realização de negócios. Oxalá isso se torne realidade!

A insegurança jurídica no País é outra barreira inibidora do empreendedorismo. É saudável a convocação feita pela Presidente ao setor privado, para participar do desafio de, junto com o Governo, em parcerias transparentes, superar os gargalos da logística que desestimulam nossos investimentos no setor produtivo. Então, vamos defender mais produção e menos especulação. As palavras da Presidenta Dilma Rousseff representam um alento, principalmente porque o Governo mostra, finalmente, disposição de mudar esse cenário hostil aos empreendedores, que está levando a indústria para o fundo do poço, onde a desindustrialização mostra seu lado mais perverso: o desemprego.

Carga tributária pesada e um sistema de cobrança de impostos complexo e burocrático tornam onerosa a administração de qualquer empresa no Brasil, pequena, média ou grande. Hoje, em nosso País, uma grande empresa precisa, em média, de 250 pessoas para cumprir todas as etapas de pagamento de impostos. O mesmo serviço nos Estados Unidos pode ser feito por, no máximo, três funcionários. A simplificação dessa cadeia de impostos é essencial para uma cobrança de tributos mais justa, ampliando a base de arrecadação e eliminando um dos males deste País, que é a sonegação. Com a cobrança de impostos, Sr. Presidente, em cascata, como ocorre em nosso País, a centralização é inevitável, e o encarecimento final dos produtos é uma consequência direta. Quem sofre são os consumidores.

O ICMS, o grande estopim da guerra fiscal, é, hoje, uma arma dos governadores, que dispõem do imposto para arrecadar mais e manter a máquina pública funcionando. Ao oferecerem vantagens, disputam projetos e aumentam a guerra fiscal entre Estados.

O ex- Ministro Máílson da Nóbrega, que já discutiu muito esse assunto, defende a adoção do Imposto sobre Valor Agregado, conhecido mundialmente como VAT. É um imposto que agrega todos os outros, facilitando a descentralização e melhorando a atividade produtora da indústria. Máílson da Nóbrega vai ao ponto crucial: a simplificação dos tributos aumenta a competitividade. Também isso reconheceu a Presidenta Dilma Rousseff na entrevista concedida à revista *Veja*.

Nossa precária infraestrutura também influencia os custos de produção e o preço final dos produtos brasileiros. O preço da energia elétrica pesa na produção. As indústrias brasileiras pagam três vezes mais pelo serviço de energia em relação ao preço médio mundial. A logística é obsoleta e complicada. Sessenta por cento do nosso transporte de cargas são feitos pelas rodovias, cheias de buracos e muito inseguras. Quem não se lembra das imagens de estradas e pontes levadas pelas chuvas todos os anos e de caminhões esperando eternamente pelo trabalho de recuperação dessas vias para atingir o destino de entrega?

Que o digam os nossos amigos da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI), que sabem comparar, inclusive, a qualidade das estradas dos países do Mercosul com as estradas brasileiras! As nossas são incomparavelmente mais caras e muito piores.

Pouco mais de 10%, Deputado Frederico Antunes, das nossas estradas são pavimentadas. Se compararmos a situação das rodovias brasileiras com as estradas dos países que compõem o BRICS – Brasil,

Rússia, Índia, China e África do Sul –, o Brasil está no quinto lugar, na rabeira.

Os serviços portuários são caros: o custo de movimentação por tonelada é, em média, de US\$13 no Brasil; a média mundial fica em US\$7, quase a metade do que cobramos aqui. Isso encarece, é claro, o preço dos nossos produtos.

Os transportes mais baratos e eficientes, como ferrovias e hidrovias, são praticamente esquecidos. O Brasil, País de dimensões continentais, usa muito pouco o sistema hidroviário. Somente 7% do transporte são feitos pelos rios, e as ferrovias escrevem um velho capítulo da nossa infraestrutura: também passam por obras superfaturadas sem continuidade.

O aumento da competitividade ou até o retorno do crescimento saudável da nossa indústria precisa vir com uma política séria e consolidada de médio e longo prazos e segura, sobretudo.

A adoção de salvaguardas e de medidas pontuais é bem-vinda como ajuda para estancar as perdas, mas não soluciona o problema. Precisamos da vontade política do Governo para adotar uma política de industrialização que tenha começo meio e fim.

É preciso sair do discurso retórico e avançar com políticas concretas, amplas e, sobretudo, seguras.

A identificação do problema, o diagnóstico foi feito: precisamos cortar os custos, acabando com impostos sobre faturamento e sobre insumos de produção. Não é possível aceitar que a indústria brasileira pague pela energia elétrica três vezes mais do que paga a indústria dos Estados Unidos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui, uso as palavras do empresário Jorge Gerdau Johannpeter, Conselheiro do Instituto Aço Brasil: “Temos uma oportunidade fantástica para iniciar mudanças que garantam um País mais forte e competitivo”.

O Brasil não pode, Sr. Presidente, perder mais essa chance.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Com a palavra a Senadora Ivonete Dantas.

Tem V. Ex^a o tempo regimental de 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

A SR^a IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente João Ribeiro, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, no último sábado, dia 24 de março, comemoramos os 46 anos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, do qual me orgulho não só como Senadora do PMDB, mas como Vice-Presidente na minha cidade, Caicó, no Estado do Rio Grande do Norte.

Aqui, elenquei algumas figuras importantes e ilustres que marcaram a constituição da história do PMDB

e alguns movimentos que abrilhantaram a constituição desse partido.

Não se pode falar de um partido de tal magnitude sem fazer uma breve memória de que o PMDB, formalmente, teve a sua origem no antigo MDB, quando, em 1980, com a implantação do pluripartidarismo, as agremiações partidárias Arena e MDB foram obrigadas a adotar a designação de partido no início do nome. Entretanto, isso foi meramente uma formalidade legal.

O PMDB teve papel decisivo e marcante na história do Brasil, tendo participado dos momentos mais significativos e fortes na luta contra a ditadura militar e do processo de redemocratização.

Pertenceu e compõe, hoje, os quadros do PMDB uma legião enorme de brasileiros e patriotas, dos mais ilustres: Ulisses Guimarães, o senhor das “Diretas Já”; Tancredo Neves, José Sarney, Michel Temer, Aluizio Alves, Paulo Brossard, Teotônio Vilela, Franco Montoro, Marcos Freire, Garibaldi Alves Filho e tantos outros que merecem nosso mais profundo respeito e admiração.

Reafirmo que o PMDB esteve à frente, contribuindo, de forma decisiva, em todos os grandes acontecimentos políticos e sociais dos últimos 50 anos: na luta contra a ditadura durante os anos 60 e 70; no movimento pró-eleições diretas, o famoso Diretas Já; na eleição da Assembleia Nacional Constituinte e na promulgação da Carta de 1988 e no processo de redemocratização do País, instaurado durante o Governo Sarney, entre tantos outros eventos.

O PMDB, não se pode contestar, é o partido da democracia, das causas sociais, da educação, do emprego; é o partido da governabilidade; é o partido que tem os olhos voltados para o futuro. E, no meu Rio Grande do Norte, não poderia ser diferente: o nosso PMDB fez e ainda faz história. É o partido fundado pelo saudoso Deputado Federal Odilon Ribeiro Coutinho e Dr. Roberto Furtado. É o Partido do inesquecível Ministro Aluizio Alves, de Henrique Alves e do Senador Garibaldi Alves, a quem tenho a grata satisfação de estar aqui representando nesta Casa. Lembro também, com saudade, de Manoel Torres, expoente da vida política da região do Seridó, da minha cidade de Caicó.

Nesse sentido, gostaria de homenagear todos os membros do meu partido, desde o meu PMDB, em Caicó, até o PMDB nacional pela luta incessante de todos esses anos em prol de um Brasil mais justo, mais desenvolvido, fruto da luta de todas essas gerações de grandes brasileiros.

Rogo a Deus que os grandes homens e mulheres deste partido nunca se esqueçam da luta e da nossa origem: o velho MDB. Lembrem-se também de tudo o que ele significava e significa ainda hoje. Foi o partido que primou pela constante luta por um País melhor e

justo. Recordem-se ainda de que o nosso MDB sempre foi e é o eterno combatente contra a corrupção e a qualquer tipo de ditadura.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

Tem V. Ex^a o prazo regimental de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

Antes, porém, Senador Alvaro Dias, peço que V. Ex^a aguarde um minuto.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 42, de 2012**, da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no Senado Federal, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira (PP/AL) da composição da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

É o seguinte o Ofício:

OF. GLPMDB nº 042/2012

Brasília, 23 de março de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a retirada do nome do Senador Benedito de Lira como membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização (CMO).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – O ofício vai à publicação.

Tem V. Ex^a o prazo de vinte minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devo aproveitar o vazio desta segunda-feira para focalizar da tribuna alguns temas e especialmente transmitir informações em razão dos questionamentos que recebemos diariamente, em especial através das redes sociais, que alteraram profundamente o comportamento daqueles que representam a população no Parlamento,

exigindo respostas mais rápidas a questões da maior importância.

Primeiramente, a PEC 5 foi votada na semana passada e aprovada por unanimidade nesta Casa. Diz respeito a direitos, benefícios, vantagens a aposentados por invalidez permanente no serviço público do País. Diz respeito àqueles que ingressaram no serviço público antes de 23 de dezembro de 2003. Portanto, essa PEC, respondendo já a questões que são suscitadas, não define quem deve se aposentar, mas ela trata de aposentadoria por invalidez.

Eu digo isso porque indagam: “Mas aqueles que foram acometidos de doenças que não constam da legislação podem ou não se aposentar?” Essa emenda constitucional não trata dessa matéria. Trata apenas de definir quais são os direitos, os benefícios, as vantagens conferidas àqueles que, ingressados no serviço público antes de 23 de dezembro de 2003, se aposentaram por invalidez. Ponto final.

Tratamos hoje com a Secretária Claudia Lyra da convocação de uma sessão especial do Congresso Nacional para a promulgação da Emenda Constitucional nº 5. É possível que ainda esta semana possamos realizar essa sessão para a promulgação dessa emenda, a fim de que, no máximo em 180 dias, os executivos da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, as autarquias, as fundações possam, respeitando a nova emenda constitucional, a nova lei, o Texto Constitucional, adaptar as aposentadorias que estão sendo pagas a menor a milhares de servidores públicos aposentados por invalidez.

Quero apenas registrar que talvez tenha sido a proposta de emenda constitucional aprovada mais rapidamente na história do Parlamento moderno: em apenas duas semanas. Essa proposta chegou às minhas mãos no dia 7 de março. Preparamos o parecer, encaminhamos o relatório à Comissão de Constituição e Justiça e o Presidente Eunício Oliveira foi eficiente e, extrapauta, colocou em deliberação. Aprovamos, por unanimidade, na Comissão de Constituição e Justiça. As lideranças entenderam o apelo dos servidores públicos, assinaram o requerimento, estabelecendo um rito especial para a votação da emenda constitucional. E, em oito sessões, realizadas numa mesma tarde, aprovamos essa emenda constitucional, portanto, num prazo, entre a sua chegada ao Senado até a deliberação final, de apenas duas semanas.

Não creio, Sr. Presidente, que tenha ocorrido outro fato semelhante em outra oportunidade nesta Casa do Congresso Nacional. Isso tudo porque a causa justificava. E justifica esse objetivo da Mesa do Senado Federal em marcar já para esta semana, pro-

vavelmente, uma sessão para a promulgação dessa emenda constitucional.

O segundo assunto, Sr. Presidente, neste final de semana, em Curitiba, houve reunião da Federação das Santas Casas de Misericórdia do Paraná e dos Hospitais Filantrópicos do Paraná. Agradeço a homenagem que a mim foi oferecida pelo trabalho que empreendemos aqui na tentativa de aprovarmos a Emenda 29, com dispositivo que fixava 10% como responsabilidade da União para os serviços de saúde pública no País. Mas o mais importante é a disposição daqueles que são responsáveis pelas santas casas, pelos hospitais filantrópicos, juntamente com a CNBB, realizarem, neste ano, um trabalho de mobilização popular a favor da saúde pública no País. O objetivo é a coleta de 1,3 milhão de assinaturas ou mais para um projeto de origem popular, que determine a obrigação da União de repassar 10% da receita para a saúde pública no Brasil.

O Congresso Nacional teve essa oportunidade; o Senado Federal teve essa grande chance, e a desperdiçou. Certamente, uma proposta de origem popular, que tem o apoio da população do País, a qual deve mobilizar-se para isso, se tornará irresistível, e o Congresso Nacional haverá de aprovar essa responsabilidade da União, que tem sido ignorada pelo Governo, em que pesem as promessas da campanha eleitoral. Portanto, nosso estímulo às entidades que ora se mobilizam, para iniciar esse movimento e propor ao Congresso Nacional um projeto com mais de 1,3 milhão de brasileiros assinando, para que a saúde pública no País possa ser considerada, realmente, a suprema lei.

Dito isso, Sr. Presidente, gostaria também de rapidamente destacar a realização das prévias em São Paulo para a escolha do candidato à prefeitura daquela cidade. Os cumprimentos a José Serra, que, disputando a Presidência da República, alcançou magistral votação, praticamente dividindo o País eleitoralmente, e que, com humildade, mas com coragem, aceitou participar das prévias em São Paulo, valorizando o Partido e o fortalecendo. Esse exemplo de democracia tem de ser seguido.

Os cumprimentos a José Aníbal e ao Deputado que concorreu. Os dois concorrentes de Serra deram a sua contribuição para o debate e valorizaram esse evento democrático. Uma decisão partidária democrática que valoriza os militantes, que se tornam artífices do projeto de poder em disputa, é o que ocorrerá em São Paulo.

Esperamos que esse exemplo de democracia partidária possa prosperar. E o nosso Partido, e quem sabe outros, mas sobretudo o nosso Partido, possa

adotar as eleições primárias para a escolha do seu candidato à Presidência da República em 2014.

Há um projeto de nossa autoria tramitando nesta Casa – encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para ser debatido e votado, com parecer favorável do Senador Pedro Taques –, que não impõe a realização das eleições primárias pelos partidos políticos, porque eles possuem autonomia, mas estimula os partidos que adotarem esse modelo para a escolha de seus candidatos a se modernizarem, a se revitalizarem. Afinal, nós imaginamos que teremos campanhas de filiações partidárias politizando e, durante o debate das eleições primárias, encontraremos o melhor discurso, aquele que se aproxima mais das aspirações da sociedade.

Provavelmente, nesse debate das eleições primárias, teremos a oportunidade de recolher subsídios essenciais para oferecer ao País a proposta alternativa de poder que imaginamos seja adequada neste momento e nestas circunstâncias para o Brasil.

O nosso projeto estabelece um calendário que começaria no dia 1º de abril de 2014, com a campanha aberta, com a possibilidade de a imprensa veicular o noticiário sobre a disputa e promover debates para que a população possa estar ligada nesse acontecimento cívico e democrático, como ocorre nos Estados Unidos da América do Norte. Estaríamos até antecipando, de forma legal, a campanha eleitoral. O Tribunal Superior Eleitoral ou a Justiça Eleitoral seria convocada a administrar o pleito. A campanha das primárias ocorreria de 1º de abril até o primeiro domingo de junho, quando teríamos as eleições. Depois, até o final de junho, as convenções partidárias para a homologação dos candidatos escolhidos nas disputas das primárias. Isso se vários partidos adotarem esse modelo.

Mas esperamos que especialmente o nosso Partido dê esse salto de qualidade, avance modernizando-se, revitalize-se valorizando seus militantes, ampliando seus quadros com campanhas de filiação partidária em todo o País, oferecendo a cada um dos seus militantes a condição de artífices essencial em um projeto de Nação, já que não basta o projeto eleitoral.

Finalizo esse item do pronunciamento, porque tenho ainda outro, cumprimentando, mais uma vez, José Serra. Certamente, ganha com isso nosso Partido, ganha a cidade de São Paulo. Quando Serra foi prefeito, teve performance extraordinária no período em que governou a cidade, obtendo os maiores índices de aprovação entre todos aqueles que já ocuparam a função, pela competência, pela notável experiência administrativa adquirida em várias funções exercidas.

Certamente, é um ganho não só para a disputa eleitoral, mas para a cidade de São Paulo. Sem dúvi-

da, haverá a nacionalização do pleito, mas Serra está imbuído da responsabilidade de discutir os temas da cidade, os problemas do paulistano, e buscar soluções, que são as mais complexas possíveis, em razão da grandeza dessa metrópole, uma das maiores cidades do mundo, mas que pode ter a felicidade de ter, entre os candidatos, alguém com a competência, com o preparo, com o talento e com a experiência política e administrativa de José Serra, um dos melhores quadros da política brasileira.

Sr. Presidente, para concluir essa série de temas, não poderia deixar de focalizar as últimas denúncias veiculadas pelo Fantástico na noite de ontem. Antes, já que indagam demais a respeito, afirmo que, relativamente ao Senador Demóstenes Torres, nosso colega desta Casa, os procedimentos foram adotados com coerência.

Quando nós reivindicamos a presença de um Ministro, quando nós encaminhamos à Procuradoria-Geral da República representações, nós o fazemos porque autoridades públicas denunciadas não estão sendo investigadas. Não é o caso do Senador. Segundo a imprensa veiculou, esse inquérito já tem três anos. A investigação se dá, portanto, há cerca de três anos, e o próprio Senador, no dia 6 de março, daquela tribuna, pediu que fosse investigado.

Os partidos políticos, da base sobretudo, encaminharam ao Procurador-Geral da República, protocolaram representação com o objetivo da investigação, postulando a investigação. Portanto, nesta hora, com a elegância necessária em relação a um colega que sempre foi respeitado nesta Casa, não nos cabe o prejulgamento. Mas a prudência recomenda que aguardemos a conclusão do inquérito para qualquer manifestação posterior.

Repetindo, a própria CPI se justifica quando não há investigação em curso. É da Constituição da França que, quando se instala CPI e o Ministério Público instaura os procedimentos para a investigação judiciária, a CPI se esgota e se encerra. Portanto, se nós aqui postulamos uma CPI como a da saúde, é porque há necessidade de investigação, porque as denúncias são colocadas, e são muitas. Em 8 de abril do ano passado, nós propusemos a CPI da Saúde, porque denúncias davam conta de que mais de R\$ 600 milhões desapareceram em apenas 2,5% do total de repasses de fundo a fundo do Governo Federal para governos estaduais e municipais em dois anos, justificando plenamente a instalação de uma CPI no Congresso Nacional.

Hoje não estamos pedindo uma outra CPI em razão das denúncias de ontem; estamos pedindo esclarecimentos. Creio que se trata de oferecer oportunidade de defesa a um ministro que está sendo acusado

de irregularidades praticadas. A Senadora Ana Amélia, que me antecedeu e é do Partido Progressista, já relatou a denúncia e explicitou fatos. Nós estamos apenas anunciando o encaminhamento de um requerimento à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, convidando o Sr. Aguinaldo Ribeiro, Ministro das Cidades, para, em audiência pública, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de irregularidades no Programa Jampa Digital, que previa oferecer Internet gratuita e sem fio a todos os moradores de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

Da mesma forma, estamos encaminhando um requerimento, já que há envolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, convidando o Sr. Marco Antonio Raupp, Ministro da Ciência e Tecnologia, para dar esclarecimentos também à mesma Comissão sobre esse assunto. O Sr. Marco Antonio Raupp não está sendo denunciado de coisa alguma, mas, como é o Ministro da Ciência e Tecnologia, trata, portanto, desse tema, e nós queremos ouvi-lo a respeito das denúncias que foram ontem veiculadas pelo Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão.

E, ao final, os nossos cumprimentos a jornalistas que, com muita competência, revelam fatos que estarcem a opinião pública do País: fraudes em licitações, peculato, pagamento de propinas, irregularidades que são comprovadas por meio de imagem e som; provas que são colocadas diante da Nação como verdadeiro achincalhe, já que ladrões do dinheiro público roubam com uma desfaçatez inusitada e debocham da população do País, sobretudo, quando apresentam justificativas de ingenuidade inaceitável, justificativas tão singelas que qualquer cidadão percebe a insinceridade, a hipocrisia, a falsidade que ressalta diante de fatos que são tão perversos para a população brasileira.

Esse dinheiro que se esvai pelo ralo da corrupção é o que falta nos hospitais, nos prontos-socorros, nas UTIs, nas santas casas, nas escolas, nas estradas, para a segurança pública nesse País, para programas sociais. É o dinheiro que falta para maiores oportunidades de trabalho, de salário e de vida digna para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Antes de convidar o próximo orador, a Presidência designa o Deputado Augusto Carvalho, como membro titular, em substituição ao Deputado Rubens Bueno, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 562, de 2012**, que *dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira*

do Programa Dinheiro Direto na Escola; altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do Fundeb as instituições comunitárias que atuam na educação do campo; altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos; e dá outras providências, conforme Ofício nº 35, de 2012, da Liderança do Bloco PV/PPS, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

OF/LID/Nº 35/2012

Brasília, 25 de março de 2012

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Augusto Carvalho – PPS/DF como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 562/12, que “Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da união no âmbito do Plano de Ações Articuladas, altera as Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os pólos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, e dá outras providências.

Atenciosamente, – Deputado **Rubens Bueno**, PPS/PR, Líder do Bloco PV, PPS.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Também, no mesmo sentido, a Presidência designa o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro titular, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, e o Deputado Jutahy Júnior, como membro suplente, em substituição ao Deputado Bruno Araújo, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 562, de 2012**, que dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os pólos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola; altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do Fundeb as instituições comunitárias que atuam na educação do

campo; altera a Lei nº 10.880, de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos; e dá outras providências, conforme o Ofício nº 331, de 2012, da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 331/2012/PSDB

Brasília, 26 de março de 2012

Assunto: Indicação de Membro de Comissão.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, como membro titular, e o Deputado Jutahy Junior, em substituição ao Deputado Bruno Araújo, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 562/12, que dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas, altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os pólos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, e dá outras providências.

Respeitosamente, – Deputado **Bruno Araújo**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, como orador inscrito, pelo tempo regimental de 20 minutos para proferir o seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Pedro Ribeiro, levando em conta que no plenário hoje estamos eu, V. Ex^a na Presidência da Mesa e o Senador Alvaro Dias, Líder do PSDB, ao invés dos 20 minutos regimentais eu reivindico 60, embora não pretenda usá-los.

Eu quero conversar hoje...

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Só que é João Ribeiro, e não Pedro Ribeiro.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – João Ribeiro, claro!

Eu quero conversar hoje, Senador, sobre economia brasileira e sobre um projeto que apresentei, eliminando a tributação de Imposto de Renda sobre o salário de empregados domésticos de uma forma geral. É um modo de garantir aos empregados domésticos acesso aos benefícios da Previdência e da Saúde e que está sofrendo oposição forte e decidida por parte do nosso Governo, o Governo da Presidente Dilma, mulher, fazendo uma oposição a meu ver absolutamente irracional.

O ex-Líder do Governo, Senador Romero Jucá, pediu para que saísse da pauta. E, posteriormente, a Receita pediu à Senadora Vanessa Grazziotin que também retirasse de pauta, porque queriam discutir. Hoje pela manhã, eu tive um encontro com a Receita e os argumentos colocados me soaram como um absurdo. Para ser franco, Senador João Ribeiro, soaram-me como uma indignidade. Mas vou explicar isso ao fim do meu pronunciamento.

Quero falar um pouco, Senador Alvaro Dias, sobre a nossa política de estímulo à industrialização no Paraná. Eu, logo no começo do Governo, instaurei uma política de apoio às pequenas empresas, eu reduzi o ICMS da microempresa a zero e o da pequena empresa a uma média de 2%. Paralelamente a isso, instituí o maior salário-mínimo regional do País.

O pessoal da minha própria Receita dizia: “O Governador quer quebrar o Estado: vai reduzir brutalmente a arrecadação”. O efeito, Senador João Ribeiro, foi exatamente o contrário disso. A arrecadação do Paraná aumentou, porque o pequeno e o microempresário, que viam reduzida ou aniquilada sua carga de impostos, gastavam no mercado formal; capitalizavam-se e iam ao mercado formal, o que estimulou a economia de uma forma extraordinária. Essa minha medida inspirou, posteriormente, o Simples do Governo nacional, menos ambicioso do que o do Paraná, mas, de qualquer forma, extraordinariamente produtivo em relação à geração de empregos.

Nós dois sabemos, Senador João Ribeiro – e falo nós dois porque parece que agora só nós dois estamos no plenário, uma vez que o Senador Alvaro Dias se afastou para dar uma entrevista à imprensa que trabalha no Senado da República –, que o estímulo dado à economia, juntamente com outras medidas do nosso ex-Presidente Lula – o companheiro Lula – e também do Governo do Paraná, notadamente o preço zero da energia elétrica para os consumidores até 100kW, a tarifa social da água e do esgoto, que deram a possibilidade de esses recursos irem para o mercado, tiveram um efeito extraordinário, no Paraná, contra, eu insisto, a posição dura dos arrecadadores, dos membros da estrutura fiscal do Estado, que se opunham a qualquer

medida que privilegiasse o povo mais pobre, dizendo que eu acabaria com a Receita.

Muito bem. Nós crescemos, no meu período de governo, industrialmente, 55,7%, com a soma da política social, da microempresa, do salário-mínimo regional, que incorporou, além da inflação, a produtividade do sistema econômico do Estado. E foi a falta da incorporação da produtividade que fez os Estados Unidos quebrarem. A valorização e a financeirização da economia e o congelamento dos salários fizeram com que, em determinado momento, aqueles empréstimos que foram engenhados pela estrutura financeira para impedir a paralisação do país, não pudessem mais ser pagos. Eram o *subprime* e o derivativo tão conhecidos de todos nós, que levaram à falência a economia americana, que, de um momento para outro, caiu como um castelo de cartas.

Pois muito bem, o Paraná cresceu industrialmente 55,7% durante o meu governo, até 2010 – as estatísticas não são minhas, são oficiais –, o dobro do crescimento do Brasil, que foi 27%. Crescimento industrial. Em segundo lugar, ficou São Paulo, o motor da nossa economia, com 34% – Paraná, 55,7% –; e em terceiro lugar ficou Minas Gerais com 32%.

Então, essa política, que teve a oposição dos fiscalistas, foi uma política efetiva, que surtiu resultados impressionantes, mesmo não tendo o Paraná, através do seu governo, as possibilidades que tem o Governo Federal de intervir na economia em defesa do desenvolvimento.

Eu tenho deixado claro que nós precisamos estimular o mercado interno, e esse também é o discurso da nossa Presidenta Dilma Rousseff, do nosso Ministro Mantega. No entanto, não é a prática. Eu tenho dito que apoio o dito, mas discordo do feito, porque as medidas até agora são extraordinariamente tíbias.

Lendo uma matéria do Ipea, na companhia de Rafael Greca, que hoje é o nosso candidato a prefeito de Curitiba, candidato do velho MDB de guerra, eu tive a notícia, a informação de que 75% das empregadas domésticas do Brasil não têm registro em Carteira, não têm acesso à Previdência Social, não têm aposentadoria, não têm plano de saúde consequente. Setenta e cinco por cento.

Então, nós dois urdimos um projeto que apresentei e que foi aprovado à unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais. O projeto é o seguinte: até três salários-mínimos por empregado, por unidade familiar, terão o valor pago pelo salário, mais o décimo terceiro e a antecipação de férias deduzidos do Imposto de Renda a ser tributado. Ou seja, estamos estimulando, de forma impressionante, a formalização.

Qual seria o efeito disso? É evidente que podemos até ter uma pequena redução no Imposto de Renda a ser arrecadado, mas vamos ganhar, de forma extraordinária, numa visão holística, numa visão econômica do Brasil, vamos ganhar na arrecadação da Previdência Social. E, evidente, como aconteceu no Paraná, com a isenção da microempresa, com o aumento do salário-mínimo regional, de forma significativa, vamos ganhar no efeito multiplicador que o salário e a formalização efetuam na nossa economia. Um empregado doméstico não vai aplicar no mercado financeiro; o empregado doméstico vai gastar seu dinheiro nas suas necessidades objetivas e efetivas. É uma injeção direta na economia, com efeito multiplicador na arrecadação de ICMS, no aumento do lucro das empresas formalizadas no País inteiro, e isso vai significar um aumento da arrecadação do Imposto de Renda, ao invés de uma diminuição da arrecadação do Imposto de Renda.

É evidente que, do ponto de vista social, não podemos apostar na escravização como forma de aumentar a arrecadação do País, senão a proposta verdadeira seria abolirmos a abolição da escravidão.

Mas veja aqui, Senador João Ribeiro, a preciosidade que me apresenta a Receita Federal a respeito do meu projeto, já aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais. No seu item nº10, eles fulminam a proposta. E fulminam como? Vou ler:

Caso a medida em análise incentive de maneira inequívoca a formalização do mercado de empregados domésticos, estima-se que, no limite, todos os empregados domésticos seriam formalizados.

É exatamente o objetivo. Não sei se todos, mas o objetivo é levar a 90%, 99% a formalização dos empregados domésticos, das empregadas domésticas, garantindo leis sociais e planos de saúde, garantindo aposentadoria, garantindo tranquilidade, com salário decente.

Estima-se que, no limite, todos os empregados domésticos sejam formalizados, o que [percebam o tamanho da estultice!] levaria a um impacto financeiro potencial ainda maior aos cofres públicos.

Nesse cenário, baseando-se nos estudos de grau de formalização do mercado de empregados domésticos pelo Ipea, estima-se que a renúncia fiscal envolvida poderia atingir os valores de aproximadamente R\$15,3 bilhões, em 2012, R\$16,9 bilhões, em 2013, e 18,6 bilhões em 2014, ao envolver todo o mercado de empregados domésticos.

Pelo exposto, diante dos montantes envolvidos, sugere-se o posicionamento contrário da Secretaria da Receita Federal do Brasil à aprovação do PLS analisado.

E pedem isso à base do Governo, a mim, que sou autor, mas sou da base do Governo. Eles estão propondo o quê? Primeiro, esses números são absolutamente aleatórios, não têm uma demonstração clara de que nós possamos perder essa arrecadação em função de um salário decente para uma empregada doméstica e da garantia dos seus direitos sociais, da aposentadoria, da saúde. Mas não têm a visão econômica; eles ignoram que o salário da empregada doméstica não vai para a aplicação financeira nos bancos, não vai para a especulação, não é o capital vadio dos 21 mil rentistas que faturaram R\$226 bilhões este ano, no País. Esse dinheiro é injetado imediatamente na economia, é uma *prise* direta na veia da economia, do consumo brasileiro. Esse pessoal, então, propõe, ao invés da regularização das empregadas domésticas – falando pelo Governo, o Governo da primeira Presidenta da história do Brasil, a Presidenta Dilma –, à base do Governo, a rejeição da medida. Isso vem assinado por quatro gênios da Receita Federal: o Auditor Fiscal da Receita Federal, Fabrício Bacelar Liparizi; o Coordenador-Geral Roberto Name Ribeiro; o Coordenador-Geral da Coget, Othoniel Lucas de Sousa Júnior. Fossem funcionários do meu governo, seriam removidos da Receita Federal. E como não gosto de por ninguém na rua, porque ia prejudicar também o futuro da família deles, eu os mandaria para um curso de formação econômica, para entenderem mais a globalidade da economia, os princípios e a multiplicação que importa um salário decente para uma empregada doméstica, que tem garantidos seus direitos sociais, sua aposentadoria e seu plano de saúde.

Essa barbaridade está segurando, já há mais de trinta dias, a tramitação do projeto que apresentei a favor da formalização, da decência e da dignidade da vida das empregadas domésticas do País.

Fiquei estupefato. E não posso esconder aqui, no plenário, a minha indignação. É um verdadeiro absurdo, no nosso Governo, no Governo da Presidenta Dilma, essa falta absoluta de visão holística do efeito multiplicador que significa o salário. Mas, mais do que isso, neste Governo, que a Presidenta Dilma disse que é o governo das mulheres, da participação definitiva das mulheres na vida pública do Brasil, funcionários falando pelo Governo Federal propõem a manutenção da escravização da empregada doméstica no País como forma de arrecadação de renda. Um absurdo total.

Então, fica aqui o meu protesto. E eu lamento que esteja falando para um plenário vazio, que esteja

conversando com nosso Presidente João Ribeiro, mas esses argumentos serão repetidos na Comissão de Economia. E eu espero que a Comissão de Economia dê uma resposta, como deu a Comissão de Assuntos Sociais, contra a mesma, irracional e não justificada oposição da Receita Federal, falando pelo Governo da Presidenta Dilma, à aprovação, por unanimidade, do projeto. E que seja feita rapidamente, porque nós estamos precisando de emprego neste momento de crise econômica que o País passa.

Nos últimos dias, Presidente João Ribeiro, uma série de pronunciamentos sobre a desindustrialização do País ocupou as manchetes dos jornais, os espaços das televisões. Pronunciamentos no Senado, matérias na imprensa escrita, na radiofonia e na imprensa televisiva. Na verdade, não se trata de um fenômeno recente. Eu mesmo, desde o primeiro dia que assumi esta tribuna, tenho falado no processo de desindustrialização, que vem de longe: vem da década de 80.

Na década de 80, quando o Brasil participou, pelas mãos do Fernando Henrique Cardoso, do consenso... Nos primeiros ensaios de adesão, não tinha Fernando Henrique Cardoso ainda; avancei um pouco, numa acusação indevida, e me desculpo dela. Na década de 80, quando ensaiávamos a adesão ao Consenso de Washington, à valorização do capital financeiro, que quebrou os Estados Unidos com a financeirização da economia. Mas nesses anos 80, ainda no período anterior, não havia essa submissão do nosso País aos cânones do neoliberalismo. Verificando os dados do nosso crescimento industrial e do crescimento industrial do mundo, vemos o estrago que essa visão neoliberal do Consenso de Washington fez na nossa industrialização.

Em 80, Presidente, a Tailândia, a Malásia, a Coreia do Sul e a China, juntas, representavam 15% da produção industrial do nosso Brasil. Hoje, pelo Censo de 2010, não chegamos a 15% da produção somada desses países. Então, alguém diria: “Mas, Senador Requião, nós estamos melhor que em 80”. É claro que estamos melhor que em 80. A política social do Lula foi interessante, aproveitamos o crescimento da China exportando nossas *commodities*.

Hoje, porém, 50% da exportação brasileira é: ferro, petróleo, carne, café e soja. Estamos primarizando a economia do País, e a indústria não tem subido na mesma velocidade. E essa exportação de *commodities* pode acabar de uma hora para outra, e teremos o fim de um ciclo, como tivemos o fim do ciclo do café, da madeira, ou, lá atrás até, do pau-brasil. É uma política de pouca responsabilidade que tem que ser enfrentada.

Esse processo – aí sim eu volto ao Fernando Henrique – de desindustrialização se acelerou nos

anos 90. Daí se acelerou com o PSDB no governo. Foi o início. Mas o PT, que era a nossa esperança, não mudou nada desse processo. Nós vemos um discurso bom, mas vemos uma prática ruim, inclusive agora no Governo da Presidenta Dilma. A abertura sem restrições, a desregulamentação de todas as barreiras, a fixação de tarifas generosas para importações levam à destruição de um dos setores mais avançados da indústria brasileira: o setor de autopeças. Foi na época do Fernando Henrique, lembram? A abertura absoluta para a compra de autopeças no estrangeiro levou ao desemprego 250 mil trabalhadores só em São Paulo, no setor metal mecânico, mas isso continua até agora.

De lá para cá, não foram tomadas medidas efetivas de produção industrial para o Brasil, a não ser medidas quebra-galho. O processo de desaparecimento da indústria brasileira continua em franco desenvolvimento, e a reação contra isso é tão epidérmica quanto são epidérmicas as medidas governamentais.

Vamos agindo em relação aos espasmos pontualmente aqui e ali, sem uma política verdadeira de crescimento industrial.

Hoje, calcula-se que os industriais brasileiros, por medo de investir nas indústrias e até na Bolsa, tenham cerca de R\$250 bilhões em letras do Tesouro. Eles têm medo de investir na produção e têm medo de investir no mercado.

Não vejo, nos discursos da base do Governo, ou mesmo nos discursos da oposição, a radicalidade necessária para um freio ao desaparecimento da nossa indústria. Por quê? Porque os problemas estruturais não estão sendo enfrentados. A oposição e alguns da base criticam o Governo, criticam mas são tão conservadores quanto o Governo, quando apontam caminhos.

É preciso pôr um fim à tibieza! O Brasil precisa ter uma estratégia de desenvolvimento industrial, uma estratégia de política comercial; e não vejo isso no Governo da nossa Presidenta Dilma, com a radicalidade necessária para a retomada do desenvolvimento econômico no Brasil.

Mas aqui eu falo de forma crítica sobre o que está acontecendo, mas aqui vamos sinalizar o que, a meu ver, precisávamos estar fazendo.

O processo de desaparecimento das nossas indústrias não cessará enquanto não houver mudança no câmbio. Não é possível que continuemos com o real apreciado, com o dólar desapreciado, vendo as importações de bens de consumo entrarem no Brasil, sem restrição, ainda com benefícios fiscais, por parte de muitos portos brasileiros.

Mudança de câmbio necessária. Corte de juros. É claro! Está a 9.75% a taxa Selic, mas essa é a taxa Selic para grandes empresas. Os juros da caderneta de

poupança são baixos, mas os juros do cheque especial e do cartão de crédito são astronômicos! Passam dos 150%! Vão a 227%! São esses juros que estão ferrando a economia população.

Então, sob o pretexto de diminuir a capacidade de consumo da população, aumenta-se o lucro dos banqueiros e dos especuladores.

Corte de impostos. Eu cortei impostos no Paraná de 100 itens de bens de consumos comprados pelos salários dos trabalhadores, o que chamamos de bens de consumo salário. Qual foi o resultado? “Ah, Requião! Vai quebrar o Estado!” Em vez de quebrar o Estado, tivemos um crescimento industrial que foi o dobro do crescimento industrial brasileiro. Reitero os números: Paraná, 55,7%, de 2003 a 2010; a média brasileira, 27%. Segundo lugar, São Paulo, com 34%; terceiro, Minas Gerais, com 32%. E foi com redução de impostos que dinamizamos o movimento comercial e industrial do Estado.

Controle do capital financeiro, com maior taxaço sobre a especulação dos bancos e grandes fortunas. É IOF mesmo, vamos acabar com essa história cantada em prosa e verso pela mídia, que não devemos tributar o capital. Devemos tributar, sim, o capital vadio, o capital que não produz nada, o capital que não produz a peça de uma máquina, uma porca, um parafuso, uma peça de vestuário; o capital que não gera emprego, mas que está rendendo R\$226 bilhões para 21 mil especuladores num País de 200 milhões de habitantes. Dados do Ipea dos 12 meses de 2011.

Nacionalização do crédito da produção. Tem que haver um crédito especial, com juros baixos associados ao imposto baixo para a verdadeira produção e inovação.

Prioridade absoluta ao mercado interno e ao mercado latino. Nós estamos exportando *commodities* para a China. Tudo bem, mas 90% do produto industrial brasileiro, manufaturado, é exportado para a América do Sul. Portanto, vamos deixar de discussões ideológicas e, de uma vez por todas, incorporar ao Mercosul, a Venezuela, que tem 350 bilhões de PIB por ano e tem um mercado sedento de compra de manufaturas dos brasileiros.

Prioridade absoluta ao mercado interno e ao mercado sul-americano. Aumento de salários. Aos salários temos que ver incorporada a produtividade da nossa indústria. Sem salário, não há consumo e não adianta haver produção. E vamos acabar com aquela bobagem do Fernando Henrique Cardoso: exportar ou morrer; exportar e exportar. Exportar para quem, com os Estados Unidos e a Europa quebrados, desesperadamente procurando mercado para os seus manufaturados, seus produtos industrializados?

Inovação tecnológica. Eu me lembro dos Estados Unidos com o seu tratado das manufaturas, de Alexander Hamilton, no governo de George Washington, enfrentando o liberalismo do Adam Smith e propondo a modernização, propondo a inovação, propondo a abertura do mercado interno e se recusando ao que queria dele a Inglaterra e a Companhia das Índias, que era um produtor de mão de obra barata e de matéria-prima a baixo preço.

Inovação tecnológica e integração latino-americana. A desindustrialização não é episódica, não é resultado de uma crise passageira, segue os cânones mais caros do neoliberalismo. Enquanto não for combatido, a destruição industrial vai continuar.

Mas, de repente, nossa Presidente Dilma altera seu discurso, em uma reunião com empresários, e declara que não vai tomar medidas protecionistas e que elas são medidas desavisadas. Desavisado, Presidente Dilma, é o liberalismo econômico de Adam Smith, derrotado no planeta Terra há décadas e nunca praticado pelos países que se desenvolveram no mundo! Avisado é o governo que cuida de seu povo, de sua indústria e de seu processo de desenvolvimento.

Dar uma aliviada na linha branca? Dar uma aliviada no IPI dos automóveis? Depois de amanhã, nos brinquedos que estão desaparecendo no Brasil? As fábricas de brinquedos desapareceram, e alguns industriais se transformam hoje em representantes comerciais da China, ganhando fortunas, mas prejudicando o País na geração de empregos e no desenvolvimento.

A indústria brasileira de verdade não quer alívios, quer e precisa, definitivamente, de uma política industrial de longo prazo, uma política de governo, uma política que foi abandonada desde os anos 80 e que nos levou a esta tragédia de produzirmos apenas 15%, industrialmente, do que produzem a Tailândia, a Malásia, a Coreia do Sul e a China, em uma regressão absurda à primarização de nossa economia.

Sustentarmo-nos sobre exportação de *commodities* é um risco brutal. Não é um risco brutal; é risco certo! Um dia a casa cai... Sem indústrias e com a queda da demanda de grãos e minérios, para aonde nós iremos? E, de repente, o que vemos? A Receita Federal se opor à formalização do trabalho das empregadas domésticas com um argumento que pode ser traduzido, cruamente, desta forma: “a escravidão aumenta a arrecadação”. Então, vamos regredir, aumentar a jornada dos trabalhadores, eliminar as garantias sociais. O Brasil, no discurso da Presidente, está em uma linha correta. Agora, a prática é muito ruim.

E eu repito aqui: apoio o que tem dito a Presidente e o nosso Ministro da Fazenda. Apoio o dito, mas não apoio o feito. O feito é tíbio, o feito é fraco, o feito não

traduz uma política consequente de industrialização, política de comércio, política trabalhista, política social. O Brasil não pode ser administrado com a visão do Banco Central.

Senadora Vanessa, eu estava falando aqui – V. Ex^a chegou agora – sobre essa pérola que a Receita Federal levou ao meu gabinete esta manhã, sobre o meu projeto de isenção do imposto de renda sobre o valor pago às empregadas domésticas. Eles dizem, nada mais nada menos, que a escravização da empregada doméstica é boa para a Receita. Eu vou ler, uma vez que V. Ex^a não estava no plenário quando me referi a isso no início da minha intervenção. A pérola do Sr. Fabrício Bacelar Liparizi, Roberto Name Ribeiro e Othoniel Lucas de Sousa Júnior. Nenhuma demonstração consequente de prejuízos, absoluta visão holística do País e da economia. Senadora, escute com atenção o que eles dizem: “Caso a medida em análise incentive de maneira inequívoca a formalização do mercado de empregados domésticos, estima-se que, no limite, todos os empregados...

(Interrupção do som.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – ...cofres públicos. Nesse cenário, baseando-se nos estudos de grau de formalização do mercado de empregados domésticos do Ipea, estima-se que a renúncia fiscal envolvida poderia atingir os valores de aproximadamente 15,3 bilhões, em 2012; 16,9 bilhões, em 2013; e 18,6 bilhões, em 2014; ao envolver todo o mercado de empregados domésticos.

Isso significa que eles estão defendendo a escravização da empregada doméstica e têm uma visão estreita, limitada, porque não são capazes de perceber que o salário da empregada doméstica, as suas garantias sociais, o seu seguro de saúde, mas principalmente o salário, são uma injeção direta na economia; vão transformar-se em compra de bens duráveis, em compra da casa própria, material de construção, gerando lucro nas empresas formalizadas e, portanto, aumentando de forma significativa a arrecadação da Receita Federal no País. Têm uma visão cega, uma visão tecnocrática pobre, uma visão depreciável de tudo isso. Eles ainda assinam isso e falam em nome do Governo, da nossa Presidenta Dilma, do nosso Governo.

A Presidenta Dilma, que fala do período em que as mulheres ocupam espaço, tem pessoas no seu Governo, falando em seu nome, que querem a manutenção da escravização da empregada doméstica no País.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – V. Ex^a me concede...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Seu chefe de gabinete já me assegurou que V. Ex^a

mantém o seu relatório e nós vamos aprová-lo, espero eu, pela unanimidade da comissão de economia, porque é bom para o fim da escravidão das mulheres que trabalham em serviços domésticos no Brasil. Sem a menor sombra de dúvida, vai multiplicar, pelo menos pelo dobro desses tolos números colocados aqui, a arrecadação da União.

V. Ex^a com a palavra.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço V. Ex^a e cumprimento-o, Senador Requião, pelo pronunciamento que não abordou somente a questão das empregadas domésticas, mas a política econômica e a política social no Brasil. Eu penso que, no Brasil, temos muita responsabilidade fiscal, mas precisamos caminhar no sentido de entendermos que a responsabilidade social é muito importante. Penso que esse é o desejo da própria Presidenta Dilma, que disse que o importante numa nação não é apenas que ela se desenvolva, mas que ela se desenvolva melhorando a qualidade de vida das pessoas. V. Ex^a tem razão quando fala que o salário das empregadas domésticas vai ajudar no processo de desenvolvimento nacional.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Efeito multiplicador.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – O exemplo está aí. O Brasil vem diminuindo a pobreza, não há dúvida. Nós criticamos, porque achamos que o processo de crescimento econômico tem de ser mais célere do que é hoje. Precisamos crescer para além dos 2,7%. Precisamos de um investimento de, no mínimo, 25% do valor do nosso Produto Interno Bruto – PIB. Nós queremos isso e continuamos a lutar por isso. Entretanto, essa política, mesmo que tímida ainda, tem tirado milhares de brasileiros da linha de pobreza, levando-os à classe média. Tudo indica, Senador Requião...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Por quanto tempo, Senadora, se medidas concretas não forem tomadas?

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Os dados mostram – e ninguém contesta – que não foram apenas os programas sociais, como Bolsa Família, mas o aumento do salário mínimo. Quando conseguirmos formalizar... E a formalização tem cumprido um grande papel. Então, sinceramente, Senador Requião, o Governo não é de um ministério; o Governo é de vários ministérios. Pérolas, dependendo do assunto, os ministérios provocam. Agora, enquanto o ministério diz que vai provocar essa formalização que eles acham exagerada, o Ministério do Trabalho e o Ministério da Previdência Social lutam para que isso aconteça, como nós, Senador Requião. Então, quero dizer que é com muita dedicação que eu trabalho em

cima do seu projeto. Eu já apresentei meu parecer favorável. Eu apenas gostaria de discutir com V. Ex^a algumas questões, porque o nosso objetivo, o seu objetivo, o meu objetivo, o objetivo das trabalhadoras e da própria Presidenta Dilma, não tenho dúvida nenhuma, é a formalização. E nós precisamos mostrar, provar ao Ministério da Fazenda, à Receita Federal do Brasil que é possível fazer isso, sim, Senador Requião. É possível! O projeto de minha autoria que diminui a contribuição da Previdência Social nós já aprovamos – diminui de 11% para 5%. Vamos aprovar o projeto em que V. Ex^a sugere ampliar a base de dedução do Imposto de Renda para aquelas famílias que registram as suas empregadas domésticas e/ou empregados. Então, eu quero parabenizar V. Ex^a, Senador, e dizer que nós não só queremos aprovar um projeto aqui; nós queremos aprovar um projeto aqui, queremos que o seu projeto seja aprovado pela Câmara dos Deputados e queremos que a Presidente Dilma...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sancione.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – ... o sancione. Por isso, Senador Requião, vamos dialogar, vamos chamar a Previdência Social para cá, vamos chamar a Secretaria Especial de Mulheres, vamos chamar...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senadora...

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – ...o Ministério do Trabalho, e vamos ver como eles nos dão razão, dão razão a V. Ex^a, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senadora, perdoe-me a franqueza, mas acho que tudo isso é um retardamento do processo.

O representante da Receita Federal esteve no meu gabinete hoje e começou com uma conversa dura; e duro fui eu com ele. A conversa terminou com ele dizendo que não tinham levado em conta a visão holística da economia globalmente, a visão econômica do projeto e cumprimentando-me pelo projeto. Ou seja, os argumentos não eram consistentes a ponto de me demover, mas mudaram a opinião, a meu ver, do assessor.

Eu acho que nós temos de votar o projeto de uma vez por todas, porque esse retardamento não vai levar a lugar algum. Convoca-se uma audiência pública, e ela não acontece; a audiência pública susta a tramitação, ela causa sobrestamento a qualquer encaminhamento possível no Senado. E não há razão!

A Receita não apresentou nenhuma razão para rejeitar o projeto, e eu apresentei todas as razões, demonstrando o efeito multiplicador na economia. Dei o exemplo do Paraná. V. Ex^a não estava aqui, mas po-

líticas de valorização do salário no Paraná nos levaram ao crescimento de 55,7% no período em que fui Governador, o dobro do crescimento médio do Brasil. Em segundo lugar, ficou São Paulo, com 34%; e, em terceiro, Minas Gerais, com 32%.

Não é possível que a visão caolha de três funcionários da Receita Federal impeça o avanço, a legalização e a formalização do trabalho dos empregados domésticos no Brasil! O resto é escravização!

Eles têm a petulância de dizer, nesse parágrafo que eu acabei de ler para o seu conhecimento, que a escravização das empregadas domésticas aumenta a arrecadação da receita.

É uma visão caolha; não é a visão do nosso Governo. Não foi por isso que estivemos com o Lula por quatro vezes e entramos pesadamente na campanha da nossa Presidenta Dilma.

Eu solicitaria a V. Ex^a que não fizesse tantos pedidos de audiência, porque, se nós aprovamos o...

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Nenhum.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Mas anunciou.

Nós aprovamos, na Comissão de Assuntos Sociais, contra a posição da Receita, que era a mesma de agora, por unanimidade, e que a Dilma decida se o Governo dela é o do fim da escravização das domésticas ou não é. Mas eu fico indignado com o tipo de oposição que a Receita faz a um projeto como esse.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Senador, nenhum pedido de audiência pública. Eu quero ouvir a opinião, também, do Ministério do Trabalho, da Secretaria Especial dos Direitos da Mulher. Para isso, nós não precisamos ter nenhuma audiência pública. Podemos fazer o diálogo informalmente, V. Ex^a, eu e os representantes desses Ministérios, até amanhã, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Amanhã cedo; está marcado, então.

Presidente, obrigado pela tolerância do tempo. Mas, veja, é de causar indignação, e eu vivi isso como Governador do Paraná.

Os meus fiscalistas se opunham a qualquer medida de redução de imposto dos pequenos, a qualquer aumento dos trabalhadores, também por influência do capital produtivo, mas desinformado.

São capitalistas e industriais que ainda não perceberam que, se não houver salário, eles não vão poder produzir nada, porque não terão compradores; que a economia tem de ser vista holisticamente, como um todo, e que só assim o Brasil pode avançar, e não com tibieza e muito menos com uma bancada de base do Governo, e insisto, à qual eu pertenço, atendendo à

irracionalidade de três tecnocratas de terceira categoria da Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Muito bem, Senador Roberto Requião.

Quero convidar para fazer uso da palavra, como oradora inscrita, a Senadora Vanessa Grazziotin, pelo tempo regimental de 20 minutos. Depois, retornaremos à lista de oradores que não estavam presentes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Pode chamar o Cícero primeiro.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Mas, pela relação, é V. Exª, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Quer falar primeiro? Eu deixo.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. PR – TO) – Então, em permuta com a Senadora Vanessa, concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena; depois, ao Senador Paulo Paim e à Senadora Vanessa.

Então, V. Exª, Senador Cícero, tem o tempo regimental de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Não os usarei, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, agradecendo a gentileza da Senadora Vanessa ao fazer a permuta de horário comigo, início falando sobre algo que, em 22 de março de 2007, encaminhei às instâncias superiores desta Casa o Projeto de Lei nº 145, visando fazer alterações na Lei nº 9.394, de 20 de junho de 1996, com o objetivo de instituir a obrigatoriedade do uso de uniforme estudantil padronizado nas escolas públicas do nosso País.

O referido projeto busca reforçar o compromisso da União com a educação básica de crianças e adolescentes, no sentido de que todos os que estão na escola pública devem ser plenamente beneficiados com programas suplementares de material didático, transporte, alimentação, fardamento, ensino de boa qualidade e assistência à saúde.

Em nosso País, a maioria dos estudantes que está matriculada no ensino básico garantido pelo Governo não dispõe de recursos para prover, de maneira adequada, às necessidades escolares. Em face dessa realidade – e com o esforço que está sendo feito para melhorar as condições de nossas escolas públicas, os níveis de aproveitamento do nosso ensino fundamental e a vida do estudante no ambiente escolar –, deve ser obrigação de todos, que devemos nos preocupar e agir mais, para que possa melhorar a qualidade do material didático que é distribuído, bem como com a merenda que é servida todos os dias, com a eficiência do transporte escolar, com a segurança dos estudantes nas instituições de ensino e com o conforto, a sa-

tisfação e o vestuário dos alunos em seus ambientes formais de estudos.

Hoje, diversas escolas públicas exigem o uso do uniforme pelos seus alunos. Todavia, para que essa medida possa ser adotada por outras unidades de ensino, seria necessário promover mais mudanças positivas para melhorar a educação básica do nosso País. Só assim, com um trabalho de mobilização e conscientização, que deve ser feito, sobretudo, por educadores, agentes do Governo, administradores e homens públicos, poderemos contribuir, efetivamente, para dignificar o nosso ensino básico, valorizar a nossa escola e principalmente os nossos estudantes.

Gostaria de assinalar, nobres colegas, que, quando fui prefeito da minha querida João Pessoa, capital do meu maravilhoso Estado da Paraíba, coloquei em prática um Programa Municipal de Distribuição de Fardamento Escolar. Quero dizer que, naquela oportunidade, o gasto com o fardamento escolar tinha que ficar fora, Senador Paulo Paim, do índice de gasto de 25% na educação. O prefeito que assim desejasse fazer não poderia incluir esses gastos com educação. E relembro que foi um dos maiores sucessos de minha administração, no campo da educação infantil. Dessa maneira, durante minha gestão à frente daquela prefeitura, consegui que milhares de alunos carentes do Município pudessem ir à escola com fardamento e com calçados.

Antes do início do programa, em quase todas as escolas municipais, vi crianças descalças e vestidas pobremente. Confesso que fiquei chocado e foi a partir dessa triste realidade que tomei a iniciativa, como prefeito, de iniciar a distribuição de uniformes escolares. Por outro lado, considero igualmente importante dizer que o meu projeto, que está em tramitação na Câmara dos Deputados, surgiu dessa experiência, que foi muito bem-sucedida.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sem dúvida alguma, a distribuição do vestuário escolar padronizado em todas as escolas públicas, em todos os níveis, é uma forma de inclusão social. Acredito que uma criança que se apresenta bem vestida à escola e que não é percebida como diferente das outras pela qualidade dos seus trajes não sofre discriminação, convive com os seus colegas de classe sem vergonha alguma, sempre está com a autoestima elevada, demonstra mais interesse em se socializar e frequentar a sala de aula com prazer.

Infelizmente, o nosso País ainda precisa fazer muito pela maioria das nossas crianças que são vítimas das injustiças sociais gritantes, da discriminação, dos maus-tratos e do abandono. Lamentavelmente, essa realidade, que é inaceitável nos dias de hoje, faz par-

te do nosso cotidiano, principalmente no Norte e no Nordeste do Brasil. Convivemos mais diretamente com esse drama das diferenças sociais nessas duas regiões.

Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer a esta Casa e à sua Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que acompanharam com grande interesse todo o processo de tramitação do meu projeto. Assim, durante nove meses, a matéria foi analisada exaustivamente por inúmeros colegas e recebeu emendas importantes dos ilustres Senadores Cristovam Buarque e Augusto Botelho e da ex-Senadora Ideli Salvatti, que contribuíram decisivamente para a melhoria e o aperfeiçoamento do projeto.

Na qualidade de relator da matéria, tive a honra de poder contar com a competência e lucidez do Senador Romeu Tuma, cujo relatório foi aprovado na Comissão de Educação, por unanimidade. Dessa maneira, em 19 de dezembro de 2007, com o esgotamento do prazo para interposição de recurso perante a Mesa, como está previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria foi considerada aprovada após apreciação terminativa pela Comissão de Educação e, em 26 de dezembro de 2007, chegou à Câmara dos Deputados – repito: em 26 de dezembro de 2007, chegou à Câmara dos Deputados –, onde passou a tramitar como Projeto de Lei nº 2.728, de 2007.

Sr^{as} e Srs. Senadores, após todos os argumentos que acabei de apresentar em favor do meu projeto, estou seguro de que não me faltará motivação para dedicar o tempo que for necessário à defesa e à agilização da tramitação na Câmara dos Deputados. Desde 12 de abril de 2011, o projeto está na Comissão de Finanças e Tributação daquela Casa do Congresso Nacional e, desde aquela data, já estava encerrado o prazo para emendas. O relator designado é o ilustre Deputado Audifax Barcelos, representante do Estado do Espírito Santo e membro efetivo da referida Comissão.

Eu só queria alertar aos Deputados quando fiz referência anterior à experiência vivida por mim na Prefeitura de João Pessoa, Senadora Vanessa. Ao visitar uma escola da minha cidade, no Alto do Mateus, uma jovem mãe me pediu dinheiro. Eu lhe perguntei por que, em vez de me pedir dinheiro, não me pediu emprego. Ela me disse que não podia trabalhar. Eu perguntei por que ela não podia trabalhar. Ela me respondeu que era porque tinha que levar um filho de manhã à escola e outro, à tarde. Então, eu disse que matricularia os dois no mesmo expediente, Senador João Ribeiro. Ela disse que não podia. Perguntei, então, por que ela não podia, porque eu entendia que ela não sabia o que era o expediente. Aí eu disse: matriculo seus dois filhos ou de manhã ou de tarde, e você trabalha nesse expediente ou em outro expediente. Ela me disse que não podia.

Eu insisti, mais uma vez, no porquê, na razão de ela não poder trabalhar. Poderia ser saúde ou outro motivo qualquer. Mas ela me respondeu que não podia, porque na casa dela só havia um par de chinelo. E, com esse par de chinelo, ela tinha de levar um filho de manhã para estudar e tinha de levar o outro filho com o mesmo par de chinelo à tarde. Por isso, criamos o Programa de Fardamento Escolar fora do limite, da obrigação dos 25% da educação.

Eu acredito, nobres Colegas, que não seria demais voltar a pedir o empenho de todos, para que possamos ter essa proposição colocada na Ordem do Dia na Câmara federal. Creio que, independentemente de filiação partidária ou de posicionamento político, todos os eminentes Senadores e Senadoras não se omitirão e prestarão seu apoio integral a esse pleito.

Aliás, tem sido tradição desta Casa que assuntos dessa natureza recebam total atenção, pois sempre despertam a sensibilidade dos ilustres Senadores, ainda mais quando se trata de trazer benefícios para parte importante da nossa sociedade, ou seja, de melhorar a vida dos menos favorecidos.

Por fim, como disse no final da justificativa ao meu projeto, diante da relevância da medida e do compromisso histórico desta Casa com a melhoria das condições sociais do nosso povo e da educação básica do País, tenho certeza de que conto com o apoio de todos para a aprovação do Projeto de Lei nº 2.728, na Câmara dos Deputados.

Aproveito para também pedir aos Deputados, representantes do povo, que o botem na pauta com urgência, para que, pelo menos no próximo ano, tenhamos atendido essa demanda, essa necessidade das nossas crianças, principalmente dos Estados e Municípios com menos recursos.

Aproveito a oportunidade para também jogar luz sobre a importância da implantação da escola em tempo integral, uma iniciativa importante para que possamos dizer que a nossa escola não é apenas um depósito de jovens, mas um local de formação dos nossos futuros cidadãos.

Peço aos nobres colegas o empenho no sentido de incluímos, principalmente os Líderes, na pauta de votações a Proposta de Emenda à Constituição, a PEC nº 94, de 2003, do Senador Demóstenes Torres, que trata sobre a garantia da escola em tempo integral, em todo Brasil, que será implementada até o ano de 2022, de forma gradual e competente.

O turno complementar pode representar, por exemplo, o efetivo estudo de línguas estrangeiras no currículo da educação básica. Apesar da legislação já determinar o acesso – acesso – à língua estrangeira,

no Brasil, a realidade é cruel, principalmente com os alunos da rede pública.

Precisamos de uma política que incentive e ofereça a língua estrangeira na comunidade escolar, tendo como objetivo, entre outros, o de assegurar fluência na oralidade. O mundo competitivo e o mercado de trabalho impõem a formação dos profissionais inclusive com esse perfil, e nós estamos nos preparando com a responsabilidade de garantir para as futuras gerações uma melhor capacidade de competir.

O que ocorre hoje no Brasil, nos quatro anos finais do ensino fundamental e nos três do ensino médio? Em geral, tanto nas escolas públicas como nas escolas particulares – estas últimas frequentadas por somente 10% do total de estudantes de 11 a 18 anos; os alunos das escolas particulares que não têm uma boa formação de línguas, por suas condições financeiras, ainda têm oportunidade de pagar os cursinhos especializados, as escolas especializadas em línguas –, os alunos têm uma, ou duas, ou, raríssimas vezes, três aulas semanais da língua estrangeira – quase sempre o inglês –, sendo que, no ensino médio, vão aos poucos implantando também o espanhol.

A língua estrangeira poderá ser oferecida no turno complementar da escola em tempo integral. Nesse sentido, estou apresentado projeto de lei que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB), para assegurar o efetivo estudo da língua estrangeira no currículo da educação básica.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente.

Meu muito obrigado e que Deus proteja a todos.

Durante o discurso do Sr. Cícero Luceña, o Sr. João Ribeiro, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lauro Antonio.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE)

– Quero aproveitar a oportunidade e agradecer a presença dos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade, de São Paulo, que estão aqui na galeria do Senado.

Convido agora o Senador Paulo Paim, conforme o Regimento, pelo tempo de 20 minutos.

Em seguida, a Senadora Vanessa Grazziotin e, depois, o Senador Jorge Viana.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia deixar de, no dia de hoje, falar sobre a capital de todos os gaúchos, que é a nossa querida Porto Alegre, que completa, nesta segunda-feira, 240 anos.

No dia 26 de março de 1772 nascia São Francisco do Porto dos Casais. Logo, depois alterada para Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre.

Sr. Presidente, no início da década de 1820, véspera da Independência do Brasil, ela ganha o *status* de cidade e desponta para o cenário nacional como uma das mais importantes.

Já como Porto Alegre começa a receber imigrantes de todo o mundo: portugueses, alemães, italianos, espanhóis, africanos, poloneses, judeus e libaneses, enfim de todas as partes do mundo.

A capital dos pampas é um mosaico de faces, origens étnicas, religiosas e linguísticas. Hoje possui 1,5 milhão de habitantes, uma cidade cosmopolita e multicultural, onde a troca de experiências contribui para o fortalecimento do reconhecimento político das diferenças.

Porto Alegre sempre foi assim: uma cidade de espírito democrático, de esquinas democráticas, onde os seus habitantes constroem a sua história e fazem os seus debates políticos.

Porto Alegre, do pôr-do-sol do Guaíba, da Usina do Gasômetro, do Brique da Redenção, dos domingos de Grenal, do Cruzeiro, do São José, da Feira do Livro, do Mercado Público.

Porto Alegre do poeta Mário Quintana:

Olho o mapa da cidade
Como quem examinasse
A anatomia de um corpo...
(E nem que fosse o meu corpo!)
Sinto uma dor infinita
Das ruas de Porto Alegre
Onde jamais passarei...
Há tanta esquina esquisita,
Tanta nuance de paredes,
Há tanta moça bonita
Nas ruas que não andei
(E há uma rua encantada
Que nem em sonhos sonhei...)
Quando eu for, um dia desses,
Poeira ou folha levada
No vento da madrugada,
Serei um pouco do nada
Invisível, delicioso
Que faz com que o teu ar
Pareça mais um olhar,
Suave mistério amoroso,
Cidade de meu andar
(Deste já tão longo andar!)
E talvez de meu repouso...

Enfim, Porto Alegre de todos nós, de gaúchos, de brasileiros, de estrangeiros.

Confesso, Sr. Presidente, que um jornal da capital pediu-me para dizer uma referência de Porto Alegre, e eu falei, simplesmente, do mercado público, que é perto do cais do porto. Por quê? Porque, ali naquele mercado público, se encontra de tudo e todos: quem vem do interior, quem está na capital, quem vem conhecer Porto Alegre. Ao mesmo tempo, naquela capital, em frente ao mercado público, foi onde fiz meus primeiros discursos, ainda como sindicalista.

Lembro, aqui, de Brizola e por que não lembrar Mário Covas, de Ulysses Guimarães, de Lula, de Olívio Dutra? E eu falava ali em nome do movimento sindical gaúcho, porque eu presidia a Central Sindical Unitária, naquele tempo, porque não havia divisão das centrais. Só havia uma central, e eu era o presidente. E estavam todos ali do movimento sindical, e eu falava, nesses eventos, em nome do movimento. Ao lado de Simon, não tem como não lembrar Simon.

Enfim, tenho uma grande lembrança, muito gostosa, de minha adolescência, vinculada ao mercado público, onde todos se encontram, como eu dizia, independente da classe social. Ali se encontram os mais ricos, os mais pobres, os negros, os brancos, os índios. Enfim, ali, para mim, Porto Alegre se encontra de forma universal.

Vida longa a Porto Alegre: 240 anos!

Sr. Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, hoje, um outro companheiro do PT foi indicado para falar em nome de nosso Partido e sei que o fará com enorme competência, mas vou falar agora dos 90 anos do PCdoB, algo que escrevi, não falando apenas de onde surgiu, de onde veio, mas falando daquela forma como conheci o PCdoB.

Registro, aqui, os 90 anos do PCdoB.

Ouve-se o grito do nosso povo, dos mais longínquos rincões de nossa Pátria. Os seus soluços, os seus gemidos e os seus clamores, com certeza, ecoavam por todas as partes, por todos os ares, por todos os céus.

Vinham com as nuvens, com os ventos, no bico dos pássaros, o clamor da liberdade, da justiça e de uma política de igualdade.

Vinham do bater das árvores nas florestas, das montanhas, dos rios e mares, dos desertos, dos arados parados, das mãos ásperas, da terra parindo um povo pisado, acorrentado, calado, ignorado, desprezado, vilipendiado na sua existência.

Nos olhos arrancados em Palmares, no gosto amargo das lágrimas dos guaranis, nas cascatas de sangue em Canudos.

Lembro-me aqui de João Amazonas. Eu, Senadora Vanessa Grazziotin, tive a alegria de me encontrar diversas vezes com João Amazonas lá no Rio Grande. Também conversei inúmeras vezes com Prestes.

Encontrei-me com ambos no Rio Grande, eu tive essa alegria – já que eu presidia a única central, era natural que, quando iam ao Rio Grande, solicitassem também uma conversa com aquele peão metalúrgico que presidia a central. Encontrei ambos, ambos encantadores, e faço aqui uma homenagem a ambos.

Ao lembrar deles, lembro de Zumbi, lembro de Sepé Tiarajú, lembro de Tiradentes e de tantos outros heróis anônimos que lutaram, pelearam, tombaram e morreram, como é natural, mas sempre com o mesmo ideal: liberdade, igualdade e justiça.

Lima Barreto, o negro e sua pena inquieta, o romancista que ousou o que a vida lhe deu. Louco, louco, louco de sobriedade, de realidade, de sede de liberdade, de justiça, de humanidade, de igualdade.

Os donos do poder não aceitavam que este povo tivesse dignidade, que fosse feliz, que também tivesse um teto, um prato de comida, um trabalho, que tivesse o ar para respirar. E há a memória de tantas caminhadas, de tantas peleias, umas derrotadas, outras vitoriosas.

Somos alvos de além-mar, de outras terras, da cobiça estrangeira. Lembro aqui Londres, Berlim, Paris, Nova York, Wall Street, Ford, Amazônia, Madeira Mamoré, seringais, borracha.

E o grito do nosso povo era gritado, era falado, era cantado, no pampa, no sertão, no cerrado, na caatinga.

O grito que vem do povo é sinal de revolução, vai até o coração, alcança a alma e navega nas veias de quem acredita em algo melhor.

Jorge Amado – Senadora Vanessa Grazziotin, vou conceder o aparte a V. Exª depois de concluir essa parte – em 1943, quando estava no exílio, por ser comunista, em Buenos Aires, escreveu *O Cavaleiro da Esperança – Vida de Luís Carlos Prestes*.

Para uns, essa obra era ingênua, mas, para o autor, a ingenuidade, não representava um mal maior e, sim, a verdade e o sonho da liberdade.

Perigoso é o cinismo que vem se transformando em hábito no País. Esse livro nasceu, no meu entendimento, da obstinada crença no futuro desse grande homem, que jamais iremos esquecer: Jorge Amado. Ele escreveu que a falta de patriotismo, de caráter, de moralidade administrativa, o desprezo ao povo, a crapulice política e literária atingia o seu máximo, como o máximo atingia o clamor popular, o seu grito de liberdade e o seu grito de revolta.

Nesse mesmo momento, como uma resposta a tudo isso, ao desprezo e ao clamor, em 1922, é fundado, no Rio de Janeiro, o Partido Comunista do Brasil.

Minhas sinceras homenagens ao Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, que está completando 90 anos de luta e glória, sempre em defesa da nossa Pátria, da nossa gente, daquilo que considero ser o nosso hori-

zonte: igualdade de oportunidade para todos, independentemente de cor, credo, gênero e orientação sexual.

Vida longa ao PCdoB!

Ouçõ com alegria a Senadora Vanessa Grazziotin.

A Srª Vanessa Grazziotin (PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Paim. Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e, ao mesmo tempo, agradecer a V. Exª, não em meu nome, mas em nome de uma história toda. Tenho certeza, Senador Paim de que, se Luís Carlos Prestes, com quem infelizmente não tive a oportunidade de conviver ...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Exª é bem mais jovem do que eu. Por ser mais velho, tenho essas vantagens.

A Srª Vanessa Grazziotin (PCdoB – AM) – Com João Amazonas eu convivi muito. Ele ia muito ao Amazonas orientar o Partido, a direção, os militantes, na luta correta, na boa luta. Tenho certeza de que, se estivessem vivos, ambos, estariam orgulhosos de ver aquele peão, presidente de central sindical, operário, como Senador da República. Não apenas como um Senador, mas como um Senador vigilante, na defesa dos interesses e dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros. Tenho certeza absoluta de que eles teriam um imenso orgulho disso. E quero dizer também que, como V. Exª, reconheço que o papel não apenas que o Partido Comunista cumpriu, mas que cumpre até hoje. Teremos uma sessão logo mais e, como V. Exª, devo falar lá pelo final. É o Partido mais antigo em atividade ininterrupta no Brasil e que viveu a maior parte do seu período de existência sem o direito a um registro legal. Enfim, não houve luta neste País, nos últimos 90 anos, em que o Partido lá não estivesse, por várias gerações. Então, quero dizer que as palavras de V. Exª orgulham muito todos os filiados, todos os militantes deste Partido, que procura ao lado de tantos outros, como o seu Partido dos Trabalhadores, a construção de um novo País, mas não só um País grande rico, mas de uma gente muito rica. É isto que a gente quer, que as pessoas vivam bem e possam ter para si a divisão da riqueza toda que é produzida. Muito obrigada, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço, Senadora Vanessa Grazziotin. Que o olhar seja efetivamente para as pessoas.

Sr. Presidente, quero ainda aproveitar o meu tempo para falar um pouco da Comissão da Verdade. Com alegria, esta Casa, o Congresso, recebeu o Projeto nº 7.376, encaminhado pelo Executivo em 20 de maio de 2010, que cria a Comissão da Verdade.

O objetivo é esclarecer as violações dos direitos humanos praticadas durante a ditadura “a fim de efetivar

o direito à memória e à verdade histórica e promover a verdadeira reconciliação nacional”.

É importante salientar aqui o trabalho belíssimo da Ministra Maria do Rosário, como também do nosso ex-Deputado Federal e assessor do Governo Dilma, o José Genuíno, que se empenharam muito na construção desse projeto. O José Genuíno, inclusive, falou comigo diversas vezes, como também falou o Ministro da Justiça.

Tivemos vários debates sobre o assunto, inclusive em conjunto – e aqui falo mais uma vez do PCdoB – com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que, na época, era presidida pela Deputada Manoela D’Ávila.

A criação da Comissão da Verdade recebeu apoio incondicional do Congresso Nacional e naturalmente das duas Comissões de Direitos Humanos.

O relator do projeto, na Câmara, foi o Deputado Edinho Araújo, que muito trabalhou para que o projeto fosse aprovado. Aqui no Senado, o relator foi o Senador Aloysio Nunes, que foi perseguido, foi preso político e, hoje, é Senador pelo PSDB, um brilhante Senador sem sombra de dúvida, e que relatou com muita competência.

Sr. Presidente, no dia 18 de novembro de 2011, a lei que cria a Comissão da Verdade foi sancionada pela Presidenta Dilma, que também foi perseguida, torturada durante a ditadura.

É, sem dúvida, um momento histórico que ficará registrado na memória do nosso País.

Sr. Presidente, eu não sei se o tempo vai permitir, mas vou trazer aqui uma entrevista bem recente que concedi à revista alemã *Tópicos da Sociedade Brasil-Alemanha*, em Bonn/Berlim. A entrevista tratou desse tema e eu acabei respondendo, de forma muito tranquila, e resolvi compartilhar com o povo brasileiro o que eu disse que penso em relação à Comissão da Verdade. Primeiro, resolvi compartilhar essa entrevista, porque muitas das perguntas que me foram feitas por esse jornalista alemão, na verdade, me são dirigidas ao gabinete quase que todos os meses e eu creio que esclarece a minha visão sobre a Comissão da Verdade.

A primeira pergunta que me foi feita é por que a Comissão da Verdade, lei sancionada em novembro de 2011, e até agora não foi constituída: “Quais seriam os motivos da demora, ou seja, a não instalação ainda da Comissão da Verdade?” Respondi: “Vários motivos podem ser especulados para justificar a demora na instituição da Comissão da Verdade:

Primeiro, como em tese ela terá prazo de dois anos após sua instituição para apresentar o relatório, controla-se a data de divulgação das conclusões no

ano eleitoral (2014). Abril, por exemplo, seria o mês provável da instalação dos trabalhos.

Segundo, esse tempo pode estar servindo de articulação para organizar as regras de como vai funcionar efetivamente a Comissão. A Lei é uma coisa, o dia a dia é outra coisa.

Terceiro, eu tenho minha visão que esclareci à revista e respondo agora. A escolha dos sete membros da Comissão não foi submetida a procedimento público, o que, para mim, não é bom porque não torna o processo claro e transparente, além de dificultar o processo decisório. Isso contraria o espírito da comissão e pode ser refém de crises, como a gerada recentemente pelos clubes militares.”

Eles pontuaram que, a partir de março, será criada a Subcomissão Verdade e Justiça na Comissão de Direitos da Câmara, cuja função será assessorar no Legislativo a Comissão de Verdade do Executivo. E a pergunta foi: “O que a Subcomissão vai fazer se a Comissão da Verdade do Executivo não iniciar seus trabalhos até lá?”

Nesse primeiro momento, a Subcomissão pode atuar no processo de seleção de membros da Comissão, controlar os termos da regulamentação da Comissão, sugerir acordos institucionais que otimizem os trabalhos da Comissão e utilizar sua estrutura para gerar ela mesma o resgate da memória, que não é exclusivo da Comissão aprovada por nós.

A próxima pergunta veio com uma observação, dizendo que os críticos apontam como uma deficiência da Comissão da Verdade o fato de ela não poder levar a tribunal os violadores de direitos humanos do período em questão.

E eles me perguntaram como eu vejo essa crítica. Eu expliquei que a função da Comissão não é de julgar nem de indenizar – aí é outro espaço. O papel de julgar é do Judiciário e ele está apto a fazê-lo. Imaginar uma instância administrativa com poder de punir seria contra nossa tradição jurídica e democrática.

O Judiciário possui o dever de assim atuar pelas regras de Direito Internacional e pelo disposto na sentença da Guerrilha do Araguaia, da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A Lei de Anistia não deveria ser impedimento para isso. Basta interpretá-la de acordo com o Direito Internacional, como muitos outros países já fizeram. Ou, em outros casos, a Lei de Anistia nem deveria ser considerada relevante, como é a situação dos crimes de desaparecimento forçado de pessoas, que são crimes permanentes.

Portanto, eles são cometidos no dia de hoje se não houve a descoberta da verdade sobre o desaparecimento ou dos restos mortais do desaparecido.

Quanto à Comissão da Verdade, ela pode auxiliar na função punitiva do Judiciário, com dados, testemunhos e provas, documentos.

Aliás, o art. 3º, V, da lei que a institui, determina que ela deve “colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos”. Mais claro impossível.

A próxima pergunta foi por que o Brasil não seguiu os exemplos da Argentina, do Chile, Peru ou da África do Sul, que deram poderes mais amplos às suas comissões da verdade?

Argentina, Peru, Chile e África do Sul são exemplos distintos de Comissão de Verdade. A África do Sul versou sobre passado recente de segregação racial e criou sistema de troca da verdade pela anistia, em uma situação social de busca de reconciliação. Nós já temos a anistia, muitos desejam a punição dos autores de tortura e desaparecimento e o negacionismo militar demanda o resgate público da memória. Portanto, a necessidade é por outro modelo.

O Peru não estava circunscrito por uma lei de anistia. Ao contrário, desejava a punição de suas autoridades recentes, como Fujimori. Esse não é nosso caso, que trabalha com fatos de décadas atrás e que passou por um processo de democratização simbiótico e não de rompimento.

Já o Chile e a Argentina tiveram suas Comissões da Verdade com poderes mais limitados e, posteriormente, construíram outra realidade, pela posição do Legislativo e do próprio Judiciário. Entretanto, a nossa Comissão da Verdade tem alguns poderes herdados dessas comissões, sim, que são interessantes e destacamos que devem ser explorados ao máximo, como o de nomear autores, fazer audiências públicas, determinar perícias e diligências e colaborar com órgãos públicos para apuração dos crimes.

Ao me perguntarem o que a Comissão da Verdade brasileira vai fazer então concretamente, e o que acontecerá com os resultados, eu respondi que a comissão tem o papel crucial de construir uma memória coletiva, para todos. Existem casos emblemáticos que precisam ser desvendados. Precisamos apurar o destino dos desaparecidos com afinco, dar voz pública às vítimas e a seus familiares, apurar a participação não só de militares, mas também de civis na manutenção do aparelho repressivo. Sobre os resultados, vale acrescentar que o material irá para o projeto Memórias Reveladas e, igualmente, deve ser remetido ao Ministério Público.

Sr. Presidente, eles também quiseram saber se há algo que o Brasil poderia aprender da forma como a Alemanha revisou seu passado depois da Segunda Guerra e depois da reunificação em 1989. Eu disse

que não há dúvida de que podemos aprender muito com toda a história da humanidade e com a Alemanha, começando por destruir a negação: lá, a do holocausto e, aqui, a da ditadura. Para isso, memoriais, monumentos, material didático, datas comemorativas, nomes de ruas, de praças, de pontes, deveriam ser repensados. A construção da memória na Alemanha é um exemplo a ser discutido.

Outra questão foi se a Comissão terá os recursos necessários para avaliação. Eu entendo que sim. E vou sintetizar, devido ao meu tempo. Tenho certeza de que a Presidenta Dilma vai assegurar os recursos necessários para que a Comissão da Verdade cumpra o seu papel como manda a própria lei.

Muito já foi apurado pela Comissão da Anistia e pela de mortos e desaparecidos. Dificilmente, o número de violações conhecido será ampliado de modo significativo.

Esse dado é importante: até dezembro de 2010, a Comissão de Anistia apreciou 59.163 pedidos, sendo 65% (38.025) deles aprovados. Ainda restam aproximadamente 15 mil pedidos a serem apreciados. A comissão de mortos e desaparecidos concluiu 475 casos.

A Comissão não deve ser medida pela descoberta de novos casos nem pela quantidade, mas por sua capacidade de desvendar casos emblemáticos; aclarar sistemas de repressão; apontar vínculos com outros países (como a Operação Condor); denunciar a participação de empresas e civis; nomear os autores. Eles ponderam que organizações de defesa dos direitos humanos e parentes e sobreviventes da ditadura queriam que fosse considerado só o período de 1964 a 1988, que teria deixado um saldo de 475 desaparecidos, 50 mil presos, 20 mil vítimas de tortura.

E por que isso não foi feito? É claro que não há dúvida de que o ideal seria esse período. Mas eu entendo que a Comissão da Verdade vai acabar, de forma natural, se dedicando mais ao período de 1964 a 1988, no meu entendimento. Outros tempos previstos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... na nossa legislação não são simbólicos, a fim de identificar a ditadura militar civil. A Lei da Anistia dispõe sobre o período de 1961 a 1979.

Enfim, Sr. Presidente, eu termino dizendo que a última questão que me foi feita – eu abreviei algumas aqui –, é o que os brasileiros podem esperar do resultado do trabalho dessa comissão. Respondi que achei a pergunta muito apropriada, porque acredito que a Comissão da Verdade não deve ser feita pensando somente nas vítimas, mas, sim, em todo o povo brasileiro. Como eu disse antes, a comissão tem um

papel fundamental: o de construir uma memória coletiva para todos.

É preciso acabar com esse negacionismo sobre os crimes da ditadura. Devemos repensar os livros, inclusive da história, nesse aspecto. Temos que gerar a cultura da prática democrática e da paz, que não convive com a impunidade e com o esquecimento simplesmente de violações de crimes, seja de guerra ou de golpes militares, como foi o caso do Brasil e o atentado aos direitos humanos.

Além disso, a comissão deve trabalhar para desvendar casos emblemáticos, como o de Rubens Paiva; apurar o destino dos desaparecidos com afinco; dar voz pública às vítimas e aos seus familiares; apurar a participação não só de militares, mas também de civis e de todos aqueles que, de uma forma ou outra, torturaram a nossa gente. Por exemplo, a participação de empresas durante a ditadura militar, o que todos nós sabemos que também aconteceu.

Enfim, Sr. Presidente, fico feliz em saber que a Comissão da Verdade, aqui no Brasil, cumprirá o seu papel perante a história.

Como eu só comentei, Sr. Presidente, queria que V. Ex^a considerasse na íntegra os meus pronunciamentos.

Obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a capital de todos os gaúchos, capital do Estado do Rio Grande do Sul - Porto Alegre -, está completando nesta segunda-feira, 240 anos de fundação.

No dia 26 de março de 1772 nascia São Francisco do Porto dos Casais. Logo depois alterada para Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre.

Com a chegada de 60 casais açorianos o aspecto do povoado começa a mudar e ter formas com o surgimento de praças, ruas, sobrados, igrejas.

No início da década de 1820, véspera da independência do Brasil, ela ganha o status de cidade e desponta para o cenário nacional como uma das mais importantes.

Já como Porto alegre começa a receber imigrantes de todo o mundo: portugueses, alemães, italianos, espanhóis, africanos, poloneses, judeus e libaneses.

A capital dos pampas é um mosaico de faces, origens étnicas, religiosas e linguísticas. Hoje possui 1,5 milhão de habitantes uma cidade cosmopolita e multicultural, onde a troca de experiências contribui para o fortalecimento do reconhecimento político das diferenças.

Porto Alegre sempre foi assim: uma cidade de espírito democrático, de esquinas democráticas, onde os seus habitantes constroem a sua história.

Porto Alegre do pôr do sol do Guaíba, da Usina do Gasômetro, do Brique da Redenção, dos domingos de Grenal, da Feira do Livro, do Mercado Público, Porto Alegre do poeta alegrentense Mário Quintana: Olho o mapa da cidade, como quem examinasse a anatomia de um corpo, e nem que fosse o meu corpo. Sinto uma dor infinita, das ruas de Porto Alegre, onde jamais passarei. Há tanta esquina esquisita, tanta nuance de paredes, Há tanta moça bonita, Nas ruas que não andei, e há uma rua encantada, que nem em olhos sonhei. Quando eu for, um dia desses, Poeira ou folha levada, o vento da madrugada, Serei um pouco do nada, invisível, delicioso, que faz com que o teu ar, pareça mais um olhar, suave mistério amoroso, Cidade de meu andar. Deste já tão longo andar! E talvez de meu repouso...

Sr. Presidente, quando a imprensa gaúcha me perguntou sobre um ponto de referência, falei do mercado público, onde fiz meus primeiros comícios.

Parabéns Porto Alegre, parabéns cidadãos de Porto Alegre, pelos 240 anos de fundação desta maravilhosa cidade, orgulho de todos nós.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvia-se o grito do nosso povo dos mais longínquos rincões da nossa pátria. Os seus soluços, os seus gemidos, os seus clamores ecoavam por todas as partes, por todos os ares, por todos os céus. Vinham com as nuvens, com os ventos, no bico dos pássaros.

Vinham do bater das árvores nas florestas, das montanhas, dos rios e mares, dos desertos, dos arados parados, das mãos ásperas, da terra parindo um povo pisado, acorrentado, calado, ignorado, desprezado, vilipendiado na sua existência.

Nos olhos arrancados em Palmares, no gosto amargo das lágrimas dos guaranis, nas cascatas de sangue em Canudos.

Povo heroico o nosso.

Teimoso nos seus sonhos e esperanças. Zumbi, Sepé Tiarajú, Tiradentes, anônimos, sem eira nem beira no rastro dos séculos.

Lima Barreto, o negro e sua pena inquieta, o romancista, que ousou o que a vida lhe deu. Louco, louco. Louco de sobriedade, de realidade, de sede de liberdade, de justiça, de humanidade, de igualdade.

Os donos do poder não aceitavam que este povo tivesse dignidade, que fossem felizes, que tivessem um teto, um prato de comida, um trabalho, que tenham ar para respirar, que tenham memória.

Somos alvos de além-mar, de outras terras, da cobiça estrangeira: Londres, Berlim, Paris, Nova Iorque... Wall Street, Ford, Amazônia, Madeira Mamoré, seringais, borracha.

E o grito do nosso povo era gritado, era falado, era cantado, no pampa, no sertão, no serrado, na caatinga. O grito que vem do povo é sinal de revolução, vai até o coração, alcança a alma e navega nas veias de quem acredita em algo melhor.

Jorge Amado, em 1943, quando estava no exílio, em Buenos Aires, escreveu “Vida de Luiz Carlos Prestes – O cavalheiro da esperança”.

Para uns essa obra era ingênua. Mas para o autor a ingenuidade não representava um mal maior. Perigoso é o cinismo que vem se transformando em hábito no país. Este livro nasce de minha obstinada crença no futuro.

E ele escreveu que a falta de patriotismo, de caráter, de moralidade administrativa, o desprezo ao povo, a crapulice política e literária atingia o seu máximo, como o máximo atingia o clamor popular, o seu grito de revolta, e nesse mesmo momento, como uma resposta a tudo isso, ao desprezo e ao clamor, em 1922, é fundado, no Rio de Janeiro, o Partido Comunista do Brasil.

Sr. Presidente, minhas sinceras homenagens ao Partido Comunista do Brasil, que está completando 90 anos de luta e glória sempre em defesa da nossa pátria, da nossa gente e por aquilo que eu acho que é o nosso horizonte: igualdade de oportunidade para todos, independentemente de cor, credo, gênero e orientação sexual.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos sabem que a Comissão de Direitos Humanos, da qual sou presidente, levou o tema Comissão da Verdade para ser debatido lá.

Na ocasião tivemos a presença da Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário.

Ela falou sobre o Projeto de Lei nº 7376/10, apresentado pelo Executivo em 20 de maio de 2010, que criava a “Comissão da Verdade”, cujo objetivo era examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura, abre aspas “a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”.

É importante salientar que a ministra Maria do Rosário tem se empenhado muito para que a verdade seja apurada e a justiça seja feita. Tivemos vários debates sobre o assunto, inclusive em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara

ra dos Deputados, presidida, à época, pela Deputada Manoela D'Ávila.

A criação da Comissão da Verdade recebeu apoio incondicional da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

O relator do projeto na Câmara foi o Deputado Edinho Araujo que também empenhou-se muito na questão, tal como o relator no Senado, Senador Aluisio Nunes Ferreira.

Pois bem, no dia 18 de novembro de 2011, a Lei que cria a Comissão da Verdade foi sancionada pela Presidenta Dilma.

É, sem dúvida, um momento histórico que ficará registrado na memória do Brasil.

Eu gostaria de entrar um pouco mais no tema Comissão da Verdade e, para isso, vou trazer aqui uma entrevista bem recente que concedi à revista Tópicos da Sociedade Brasil-Alemanha, em Bonn/Berlin.

Eu acho importante compartilhar essa entrevista, porque muitas das perguntas que me foram feitas, podem estar sendo feitas pela população e, deste modo, os esclarecimentos colaboram.

Bem, a primeira pergunta que me foi feita é porque a Comissão da Verdade, Lei sancionada em novembro de 2011, até agora não foi constituída? Quais seriam os motivos da demora?

Vários motivos podem ser especulados para justificar a demora na instituição da Comissão da Verdade. Primeiro, como em tese ela terá prazo de dois anos após sua instituição para apresentar o relatório, controla-se a data de divulgação das conclusões no ano eleitoral (2014). Abril, por exemplo, seria um mês provável para iniciar os trabalhos.

Segundo, esse tempo pode estar servindo de articulação para tecer regras de regulamentação da Comissão.

Terceiro, a escolha dos 7 membros da Comissão não foi submetida a procedimento público, o que não torna o processo claro e democrático, além de dificultar o processo decisório. Isso contraria o espírito da Comissão e pode ser refém de crises, como a gerada recentemente pelos clubes militares.

Então eles pontuaram que a partir de março será criada a Subcomissão Verdade e Justiça, um desmembramento da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara, cuja função será assessorar no Legislativo a Comissão da Verdade do Executivo.

E a pergunta foi: O que a Subcomissão vai fazer se a CV do Executivo não iniciar seus trabalhos até lá?

Nesse primeiro momento, a Subcomissão pode atuar no processo de seleção de membros da Comissão, controlar os termos da regulamentação da Comissão, sugerir acordos institucionais que otimizem

os trabalhos da Comissão e utilizar sua estrutura para gerar ela mesma o resgate da memória, que não é exclusivo da Comissão.

A próxima pergunta veio com uma observação, dizendo que os críticos apontam como uma deficiência da Comissão da Verdade o fato de ela não poder levar a tribunal os violadores de direitos humanos do período em questão. E eles me perguntaram como eu vejo essa crítica?

Eu expliquei que a função da Comissão não é de julgar nem de indenizar. O papel de julgar é do Judiciário e ele está apto a fazê-lo. Imaginar uma instância administrativa com poder de punir seria contra nossa tradição jurídica democrática. O Judiciário possui o dever de assim atuar pelas regras de direito internacional e pelo disposto na sentença da Guerrilha do Araguaia, da Corte Interamericana de Direitos Humanos. A lei de anistia não deveria ser um impedimento para isso, basta interpretá-la de acordo com o direito internacional, como muitos outros países já fizeram. Ou, em outros casos, a lei de anistia nem deveria ser considerada relevante, como é a situação dos crimes de desaparecimento forçado de pessoas, que são crimes permanentes. Portanto, eles são cometidos no dia de hoje, se não houve a descoberta da verdade sobre o desaparecimento ou dos restos mortais do desaparecido.

Quanto à Comissão da Verdade, ela pode auxiliar na função punitiva do Judiciário, com dados, testemunhos e provas. Aliás, o art. 3º, V, da lei que a institui, determina que ela deve "colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos". Mais claro impossível.

A próxima pergunta foi porque o Brasil não seguiu os exemplos da Argentina, do Chile, Peru ou da África do Sul, que deram poderes mais amplos às duas comissões da verdade?

Argentina, Peru, Chile e África do Sul são exemplos distintos de Comissão de Verdade. A África do Sul versou sobre passado recente de segregação racial e criou sistema de troca da verdade pela anistia, em uma situação social de busca de reconciliação. Nós já temos a anistia, muitos desejam a punição dos autores de tortura e desaparecimento e o negacionismo militar demanda o resgate público da memória. Portanto, a necessidade é por outro modelo.

O Peru não estava circunscrito por uma lei de anistia; ao contrário, desejava a punição de suas autoridades recentes, como Fujimori. Esse não é nosso caso, que trabalha com fatos de décadas atrás e que passou por um processo de democratização simbiótico e não de rompimento.

Já o Chile e a Argentina tiveram suas Comissões de Verdade com poderes mais limitados e, posteriormente, construíram outra realidade pela posição do legislativo e do judiciário.

Entretanto, a nossa Comissão da Verdade tem alguns poderes herdados dessas comissões sim, que são interessantes e devem ser explorados ao máximo, como o de nomear autores, fazer audiências públicas, determinar perícias e diligências e colaborar com órgãos públicos para apuração dos crimes.

Ao me perguntarem o que a Comissão da Verdade brasileira vai fazer então, concretamente, e o que acontecerá com os resultados, eu disse que:

A Comissão tem o papel crucial de construir uma memória coletiva, para todos. Existem casos emblemáticos que precisam ser desvendados, precisamos apurar o destino dos desaparecidos com afinco, dar voz pública às vítimas e a seus familiares, apurar a participação não só de militares, mas também de civis na manutenção do aparelho repressivo.

Sobre os resultados, vale acrescentar que o material irá para o projeto Memórias Reveladas e, igualmente, deve ser remetido ao Ministério Público.

Eles também quiseram saber se há algo que o Brasil poderia aprender da forma como a Alemanha revisou seu passado depois da Segunda Guerra e depois da Reunificação em 1989?

Eu disse que não há dúvida que podemos aprender muito com a Alemanha, a começar por destruir a negação: lá, a do holocausto e aqui a da ditadura.

Para isso, memoriais, monumentos, material didático, datas comemorativas, nomes de ruas, de praças, de pontes, deveriam ser repensados. A construção da memória na Alemanha é um exemplo a ser seguido.

Outra questão foi se a Comissão terá os recursos necessários para avaliar todos os casos de violação de direitos humanos de 1946 a 1988 e quantos casos se supõe que sejam?

Muito já foi apurado pela Comissão da Anistia e pela de mortos e desaparecidos. Dificilmente, o número de violações conhecido será ampliado de modo significativo.

Até dezembro de 2010, a Comissão de Anistia apreciou 59.163 pedidos, sendo 65% (38.025) deles aprovados. Ainda restam aproximadamente 15 mil pedidos a serem apreciados. A Comissão de mortos e desaparecidos concluiu 475 casos.

A Comissão não deve ser medida pela descoberta de novos casos, mas por sua capacidade de desvendar casos emblemáticos, aclarar sistemas de repressão, apontar vínculos com outros países (como a operação condor), denunciar participação de empresas e civis, nomear autores, etc.

Eles ponderaram que Organizações de defesa dos direitos humanos e parentes de/e sobreviventes da ditadura militar queriam que fosse considerado só o período de 1964 a 1988, que teria deixado um saldo de 475 desaparecidos, 50 mil presos e 20 mil vítimas de tortura e perguntaram por que não foi feita esta restrição?

É claro que não há dúvida que o ideal seria que a Comissão estivesse reduzida formalmente aos anos de 1964 a 1988, o que na realidade esperamos que isso ocorra na prática.

Outros tempos previstos na nossa legislação não são simbólicos, a fim de identificar a ditadura militar/civil. A lei de anistia dispõe sobre período de 1961 a 1979, a Comissão de mortos e desaparecidos de 1961 a 1988 e o regime de anistiado político de 1946 a 1988.

Justamente esse último período foi o retido, a nosso ver impropriamente, pois o objetivo é outro.

A dificuldade de assumirmos claramente o período da ditadura militar como um espaço específico de violação institucional e de direitos humanos é evidente.

Esperamos, contudo, que a Comissão da Verdade não titubeie quanto a isso e se concentre no período de 1964 a 1988 durante seus trabalhos.

Sr. Presidente, a última questão que me foi feita é o que as vítimas - e o que os brasileiros - podem esperar como resultado dos trabalhos da Comissão?

Achei a pergunta muito apropriada porque acredito que a Comissão da Verdade não deve ser feita pensando somente nas vítimas, mas em todos brasileiros. Como eu disse antes, a Comissão tem o papel crucial de construir uma memória coletiva, para todos.

É preciso acabar com esse negacionismo militar sobre os crimes da ditadura. Devemos repensar os livros de história nesse aspecto.

E gerar a cultura da prática democrática e da paz, que não convive com a impunidade e com o esquecimento de violações graves de direitos humanos cometidas.

Além disso, a Comissão deve trabalhar para desvendar casos emblemáticos, como o de Rubens Paiva e, repito, apurar o destino dos desaparecidos com afinco, dar voz pública às vítimas e a seus familiares, apurar a participação não só de militares, mas também de civis na manutenção do aparelho repressivo. Por exemplo, a participação de empresas durante a ditadura deve ser revelada.

Por fim, precisamos produzir documentos que sirvam para a reparação às vítimas, à justiça em sentido amplo e à consciência coletiva.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu fiquei muito feliz com a oportunidade de responder questões que, como eu

disse antes, devem passar também pela mente dos brasileiros.

Essa foi sempre a intenção da CDH também, manter suas portas sempre abertas para debater questões que possam contribuir para a construção de um País mais justo, mais transparente e mais amadurecido.

Um país cuja memória não teme o enfrentamento de suas dores, de seus momentos mais obscuros; pelo contrário, sua memória fortalece a convicção de que, ao abrimos nossos corações para a verdade, estamos prontos para construir um novo caminho.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE) – Senador Paim, seus pronunciamentos serão publicados na íntegra. Quero aproveitar o momento para parabenizar V. Ex^a por se lembrar, hoje, dia 26 de março, dos 240 anos de Porto Alegre, uma cidade maravilhosa, que adoro, e também dos 90 anos do PSDB.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE) – Do PCdoB.

Então, parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Parabéns à Senadora Vanessa Grazziotin!

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE) – Está certo. Mas V. Ex^a se lembrou dessa data.

Quero convidar a Senadora Vanessa a fazer seu pronunciamento, por 20 minutos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Lauro Antonio.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, companheiros e companheiras, infelizmente, acabo de receber uma notícia que está em vários *blogs*, que já está na Internet: a Folha.com dá conta de que um homem de 33 anos de idade teria morrido na madrugada desse domingo, dia 25, em Florianópolis, após ter sido imobilizado por um choque elétrico que teria partido de uma pistola modelo Taser utilizada por um policial militar. A matéria diz que o caso teria acontecido no bairro Ingleses, região norte da capital catarinense.

Segundo a Polícia Militar, policiais de uma guarnição próxima foram até o apartamento do homem, por volta de 2h30 da madrugada, para atender a uma ocorrência de violência doméstica. O homem foi identificado como Carlos Barbosa Meldola, gerente de uma empresa de transportes. Ainda segundo a matéria, a Polícia Militar afirma que foi chamada pela mulher de Meldola, uma administradora de empresas de 31 anos. Na ocorrência, a Polícia Militar registrou que a mulher relatou que o marido estava descontrolado, destruindo o apartamento e sofrendo de alucinações,

após ter consumido grande quantidade de cocaína no último sábado.

A Polícia afirma que o Taser foi disparado por um policial militar, quando o homem ameaçou se jogar pela janela do apartamento, que fica no terceiro andar. “A arma foi disparada numa tentativa de salvar a vida dele”, disse o Tenente-Coronel Fernando da Silva Cajuero, responsável pela comunicação social da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Após o disparo de carga, que pode ter chegado a 50 mil volts, Meldola se escorou na parede, e os policiais perceberam que ele aparentava não apresentar sinais vitais. Segundo a Polícia Militar, os policiais tentaram reanimar o homem, mas, logo, perceberam que ele estava morto. Ainda segundo a Polícia Militar, o inquérito policial vai ser aberto para investigar o caso.

Ora, Sr. Presidente, o Brasil inteiro e, acredito, boa parte do mundo tomaram conhecimento da notícia da morte de um jovem brasileiro que morava na Austrália. O jovem estava temporariamente na Austrália, com visto, de forma legal, visitando parentes, familiares. Era um jovem de 21 anos de idade chamado Roberto Laudísio Curti. Esse garoto foi morto, no último dia 18 deste mês, também em decorrência de um disparo de um aparelho que promove choques elétricos para paralisar as pessoas. Esse aparelho é mais conhecido, no Brasil e no mundo inteiro, como Taser. Taser é o nome da fabricante desse aparelho que promove descargas elétricas, choques, e que paralisa pessoas.

A primeira versão que chegou ao Brasil foi a de que Roberto, um garoto de 21 anos de idade, teria sido perseguido pela polícia australiana, que disparou vários – não apenas um ou dois – tiros com descargas elétricas porque ele teria, minutos antes, roubado um pacote de biscoitos de um pequeno mercado. Essa notícia veio a ser desmentida posteriormente, já que disseram que não era a mesma pessoa, que não foi Roberto que teria promovido essa ação. Esse fato, repito, ocorreu no dia 28, e, agora, chegou-nos a notícia de que um senhor de 33 anos de idade também teria falecido, em Santa Catarina, pelas mãos de um policial militar, também em decorrência de um disparo de choque elétrico.

A empresa que fabrica o Taser – o Taser utilizado no Brasil é o M26 – disse que o modelo utilizado no Brasil e em várias partes do mundo não é um modelo cujos choques, cujos disparos, sejam letais. Entretanto, Sr. Presidente, a notícia é a de que, somente nos Estados Unidos, entre os anos de 2001 a 2008, houve mais de 330 mortes em decorrência desses disparos.

Por conta do avanço da utilização do Taser por parte das Polícias em nosso País, principalmente a Polícia Civil e parte da Polícia Militar, e dos agentes

de trânsito, apresentei um projeto de lei que foi lido pela Mesa no dia 14.

Veja V. Ex^a que tristeza, porque, no dia 18, veio a notícia da morte, ocorreu a morte do Roberto, um brasileiro de 21 anos, na Austrália. E, no dia 14, quatro dias antes, eu havia apresentado o projeto de lei número... Estou sem o número aqui, mas é cento e cinquenta e pouco, Sr. Presidente. O projeto de lei foi apresentado e protocolado na Casa no dia 14.

É um projeto de lei muito simples, que modifica o art. 15, ou seja, introduz o art. 15-A à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Acrescento que esse art. 15-A, de acordo com o projeto que apresentei ao Senado no dia 14, antes da morte ocorrida do brasileiro na Austrália, criminaliza o uso da arma de eletrochoque.

Criminaliza, Sr. Presidente, porque, por mais que a empresa, que também tem o nome *Taser* – e por isso esse aparelho é denominado *Taser* – diga que se trata de um aparelho inofensivo, que não provoca morte, já relatei que foram mais de 330 mil mortes em sete anos somente nos Estados Unidos, e, no Brasil, tem sido preocupante o avanço do uso desse produto. Nós temos notícia de que esse produto é vendido pela Internet, por *sites*. Não há nenhuma previsão de criminalização por conta da utilização dessa arma.

Então, é por conta disso que apresentei o projeto e espero que as comissões da Casa possam dar caráter de urgência a ele. O projeto se encontra na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu recebo aqui o socorro: nº 51. Muito obrigada. Projeto de Lei nº 51, de 2012, de minha autoria, protocolado no dia 14 deste mês de março.

Espero, Sr. Presidente, que, da Comissão de Constituição e Justiça, sendo aprovado, ele vá para a Câmara, e que nós possamos aprová-lo imediatamente, porque o Brasil precisa dar mais atenção à utilização dessa que nós podemos considerar arma, porque é efetivamente uma arma. Diz o fabricante que não é letal, mas os dados mostram que é, sim, letal.

Veja, Sr. Presidente, que coincidências que considero até tristes: primeiro, apresentei um projeto no dia 14, e, no dia 18, morre alguém. Estava preparada para subir à tribuna para falar exatamente do meu projeto de lei, quando fui alertada pelo meu gabinete, pela minha assessoria sobre essa notícia, que havia saído há poucos instantes na Internet. Essa notícia dava conta da morte de um homem chamado Carlos Barbosa Meldola, na madrugada do domingo, na cidade de Florianópolis, no bairro Ingleses.

O assunto é extremamente delicado, e é bom que a sociedade brasileira saiba que, mesmo antes dessas notícias, nós estávamos preocupados com a questão. O Senado tem um servidor que estuda muito esse as-

sunto, e foi a pessoa que me sugeriu a apresentação desse projeto de lei, mostrando dados, estatísticas, números, e nós os apresentamos no último dia 14.

Então, quero, daqui, fazer um apelo ao Senador Eunício Oliveira, que preside a Comissão de Constituição e Justiça, para que possa contribuir no sentido de dar agilidade à tramitação do projeto no Senado, para que ele possa chegar à Câmara e lá ser votado rapidamente, a fim de que a Presidência da República analise e promova um controle maior sobre a utilização desses aparelhos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE) – Senadora, pode contar com o nosso apoio e o dos nossos colegas. Vamos trabalhar firme nesse Projeto de nº 51 da Comissão de Constituição e Justiça, porque, realmente, é um absurdo o que aconteceu. Está aí, aberto. Podem surgir outros casos como esse, e não sabemos nem o volume disso. Vamos, no menor tempo, procurar agilizar a matéria. E pode contar com a minha pessoa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Lauro, primeiro, agradeço a V. Ex^a.

O mais grave, Senador Lauro, é que tudo indica que não apenas essas duas mortes, tanto a do Roberto Laudisio, de 21 anos, na Austrália, como a do outro senhor morto em Florianópolis, na última madrugada, o Sr. Carlos Barbosa Meldola, ocorreram por uma ação policial. Quantas outras ações que não são ações policiais devem ocorrer com esse aparelho, e nós não temos o devido conhecimento, porque a estatística não as registra devidamente?

Então, é preciso, sim, urgentemente, que possamos regulamentar e criminalizar o uso incorreto dessa arma, desse aparelho, que dizem os fabricantes não ser letal, mas a história tem mostrado números, uma estatística que aponta exatamente o contrário.

Mas gostaria, antes de finalizar, lembrar que, logo mais, às 17 horas, iniciaremos a Sessão Solene, neste Plenário, em homenagem aos 90 anos do Partido Comunista do Brasil, e o Presidente do nosso Partido, Renato Rabelo, já se encontra na Casa. Eu me juntarei a ele e ao Presidente José Sarney, para que possamos, em seguida, dar início à sessão.

Antes de concluir, Sr. Presidente, gostaria de registrar que, no último final de semana, entre os dias 22 e 24 do mês de março, aconteceu a terceira edição do Fórum Mundial de Sustentabilidade, na cidade de Manaus, reunindo líderes ambientais do mundo inteiro.

É um fórum mundial organizado pela Lide, organização dirigida pelo Sr. João Dória, que também conta com a participação, na organização, da Rede Caldeirão de Comunicação, importante empresa de comunicação do nosso Estado, que tem à frente Dona Rita

Calderaro e a Sr^a Cristina Calderaro. É um fórum que já marcou presença no calendário mundial de debates acerca do meio ambiente, um debate importante, que contou com líderes nacionais e estrangeiros que lá estiveram e com o apoio fundamental do Governo do Estado do Amazonas.

O Governador Omar tem sido muito sensível e apoiado muito esses debates, porque, mais do que ninguém, sabe ele, como sabemos nós, os Parlamentares, da importância não só do debates, mas de fazer com que esses debates sejam traduzidos em ações reais, vivas e concretas, em benefício da população, porque, quando falamos em desenvolvimento sustentável, estamos falando em preservação ambiental e em melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A Amazônia é um bioma fundamental e imprescindível para o Planeta. Somos responsáveis pelo equilíbrio e pelo regime de chuvas em boa parte do Planeta. Para que a proteção do meio ambiente seja efetiva em nossa região, ela tem que vir casada com a possibilidade do desenvolvimento dos quase aproximadamente 25 milhões de brasileiras e brasileiros, amazônidas que lá vivem.

Então, mais do que ninguém, queremos que medidas sejam cada vez mais adotadas no sentido de permitir que usemos a floresta de forma inteligente, sem que a mata seja devastada, sem que as árvores sejam derrubadas. Isso é possível? É. Entretanto, exige um grau de investimento pesado em ciência, tecnologia, desenvolvimento, inovação e infraestrutura inteligente, para que possamos promover todo esse desenvolvimento.

Então, quero fazer esse registro e, ao mesmo tempo, cumprimentar Cristina Calderaro e João Dória pela realização de mais um evento tão importante para o nosso Estado, para a nossa região e para o mundo inteiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE)

– Quero convidar...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE)

– Pela ordem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Peço a palavra a V. Ex^a pela ordem para registrar que estou encaminhando à Mesa requerimento de pesar pelo falecimento desse que é um dos maiores humoristas de todos os tempos em nosso Brasil, criou inúmeros personagens, demonstrando a sua sensibilidade com a vida do povo e o seu cotidiano. São figuras

extraordinárias que vão ficar para sempre marcadas na história do Brasil.

Então, em sua homenagem, nós que somos ali da sua terra, do Ceará, queríamos encaminhar um requerimento de pesar, encaminhado também à sua família, à sua esposa, a seus filhos, que, com certeza, eles têm aqui, no Senado da República, entre os Senadores de todos os Estados, o maior carinho, a maior admiração. Então, este requerimento estamos encaminhando à Mesa para que possamos deliberar sobre ele em homenagem a esse genial brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE) – Sou solidário e quero parabenizar também e agradecer. Muito boa lembrança: Chico Anysio realmente foi um homem que deixou saudade.

Quero convidar o Senador Jorge Viana para proferir suas palavras.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Senadoras e Senadores, venho à tribuna desta Casa para relatar uma viagem que fiz a meu Estado do Acre, neste final de semana, onde tive a oportunidade de estar com o Prefeito Raimundo Angelim, Prefeito de Rio Branco, com o Governador Tião Viana e também com representantes dos movimentos de bairro, movimentos sociais de Rio Branco, especificamente tendo em vista o desafio que temos todos de trabalhar a reconstrução da cidade de Rio Branco na parte que foi atingida pela grande cheia.

Queria dizer que, neste momento em que o rio Acre voltou a seu leito normal, em que as águas já baixaram, em que o risco de uma nova inundação já passou e em que todas as famílias desabrigadas já voltaram para suas casas, quero parabenizar o governo do Estado, a Prefeitura de Rio Branco e a Prefeitura de Brasiléia. Estou-me referindo a dois Municípios que foram fortemente atingidos por essa grande cheia. Eles desenvolveram um plano de acolhimento das famílias e de limpeza dos bairros que merece o registro e o elogio. É claro que nós temos uma experiência acumulada. O Prefeito Raimundo Angelim está no seu oitavo ano à frente da Prefeitura de Rio Branco, sempre foi uma pessoa muito cuidadosa, sempre deu muita atenção às populações mais necessitadas e também é muito organizado.

Mas o nível de organização e de atenção não faz desaparecer os gravíssimos problemas que as famílias viveram. Quando elas voltaram para casa, elas encontraram uma realidade triste, a de terem visto seus bens destruídos, uma vida afetada na sua parte material. E, nesse momento, ao invés de nos distanciarmos dessas famílias, temos de nos aproximarmos delas.

Fiz três reuniões, depois de ter conversado com o Raimundo Angelim e com o Governador Tião Viana. Uma reunião no bairro Taquari, que é um dos bairros mais afetados quando há transbordamento do rio Acre. Fui lá à casa do presidente da Associação dos Moradores do Taquari, o Salim, com sua esposa, sua filha, ele nos acolheu. Fizemos uma reunião com outras lideranças importantes, como o Justino, que é diretor da Escola Elias Mansur, no bairro Taquari; também com o Sr. Amarílio, que é um bom e velho amigo que tenho; o Pastor Elias, que falou palavras tão importantes; e o Chico Monitor, que foi o primeiro presidente da Associação dos Moradores do Taquari. Outras pessoas estavam envolvidas na reunião.

E lá eu propunha uma discussão com minha equipe que atua no meu escritório de Rio Branco para encontrarmos um meio de fazermos uma mediação entre as necessidades da comunidade e as possibilidades e o desejo de ajuda que o Governador Tião Viana e o Prefeito Raimundo Angelim têm demonstrado.

Depois, fiz uma reunião no Bairro Seis de Agosto, um bairro que é símbolo dessa luta nossa por um equilíbrio maior entre a ocupação urbana e a força da natureza, que tem que ser respeitada, com as cheias do rio, por exemplo. E lá, no Bairro Seis de Agosto, tive a honra de estar na casa da Dona Maria da Luz, filha da Dona Madalena, que tem relação com minha família há muito tempo. Lá tivemos a presença de figuras emblemáticas, como a professora Guajarina Margarido, que não vai a qualquer reunião, mas estava presente na minha reunião. Lá, tomando um café, tomando um suco de cajá, tivemos a presença do Oliveira, do Jamil, que é comerciante. O Sérgio Roberto, presidente da Associação de Moradores do Bairro Seis de Agosto, foi um dos que organizou, com a minha equipe de Rio Branco, essa reunião.

Tivemos também os diretores da Escola Roberto Sanches Mubarak. Tratou-se de uma reunião muito promissora, todos voltados ao propósito de tomarmos algumas atitudes para que o sofrimento, numa eventual nova cheia, não seja igual ao dessa cheia, que atingiu tantas famílias. É claro que não dá para querer mudar a cidade de lugar. Nem é necessário. Cheias eventuais, sazonais há em toda parte do mundo, mas nós não podemos aceitar que uma situação que leve as pessoas a viverem em áreas de risco se perpetue. Daí o propósito do meu mandato de querer ajudar, como ex-prefeito, como ex-governador, a diminuir eventuais sofrimentos futuros.

Vale registrar o apoio que nós tivemos do Governo da Presidente Dilma, a eficiente ação do Governador Tião Viana e do Prefeito Angelim, que, de maneira or-

ganizada, com a solidariedade da população, minimizou, no que pôde, o sofrimento das famílias.

Por fim, fizemos uma reunião no terminal da Cadeia Velha, no bairro da Cadeia Velha, na casa do Gibinha, presidente da Associação da Cadeia Velha. Lá também estava presente o presidente da Associação da Baixada da Habitasa, o João Paulo. Tivemos o Pedro Serato, que é um antigo militante do movimento social de Rio Branco; a professora Nilva Souza é uma pessoa muito interessante e dedicada, que está sempre junto. Lideranças religiosas estavam presentes, e o Vereador Elias Campos. Lá também tratamos de como nós podemos fazer para que haja uma realocação de famílias que estão em áreas de risco, que possam morar próximo ao bairro onde tenham uma história de vida, uma tradição toda de amizade. E que possamos ter um legado, depois dessa cheia, diferente do legado das outras.

Nós tivemos duas grandes cheias em Rio Branco: uma em 1997, a outra em 1988. O legado que ficou dessas duas cheias foi: desvio de donativos, má condução do drama das famílias e políticos que se aproveitaram do sofrimento de milhares de famílias.

Nesse caso agora no Acre, não. Foi tratado com muita responsabilidade. E eu penso que o legado que vai ficar é bastante diferente. Nós vamos ter mais saneamento básico, nós vamos ter melhor urbanização, vamos iniciar um processo de transferência das unidades de saúde e das escolas das áreas que são mais suscetíveis às cheias.

Ao mesmo tempo, devemos ter um processo de monitoramento climático ao longo da bacia do rio Acre, com que meu mandato está envolvido diretamente. Eu estive na ANA (Agência Nacional de Águas), junto com o Governo do Estado, através do Secretário do Meio Ambiente, Edgar. Os equipamentos já estão em Rio Branco. Ao longo de toda a bacia do rio Acre, vamos usar os recursos de que o conhecimento e a tecnologia dispõem, para termos um monitoramento permanente no rio Acre, com várias estações, desde Assis Brasil até Boca do Acre, no Amazonas, para que a população possa ser avisada com antecedência e as medidas preventivas possam ser adotadas e não tenhamos que contabilizar os danos materiais. Assim, poderemos evitar a perda de vidas humanas.

Então, eu queria fazer esse relato e, por fim, dizer que está aqui, em minhas mãos, o projeto apresentado pelo Prefeito Raimundo Angelim. Eu fiz questão de receber o projeto na prefeitura. É um projeto que soma R\$18.617.197,00, que prevê um programa de reconstrução da estrutura física necessária nos bairros. É um programa que está baseado na reconstrução das escadarias ao longo do rio Acre, assim como das pontes

e passarelas. Isso abrange o bairro da Cidade Nova, o bairro do Quinze, o bairro da Base, o Aeroporto Velho, o Taquari, o bairro Santa Inês, o bairro Belo Jardim, o bairro Ayrton Sena, o bairro Jardim Tropical, o beco da José Thomás, o bairro da Cadeia Velha, vizinho do bairro onde minha família vive e que foi afetado fortemente, um bairro tropical, como já disse antes, e também um programa de habitação.

Com isso, o Prefeito Angelim, de maneira muito honesta, correta, decente, apresentou um plano que visa reconstruir o que foi danificado pela grande cheia. O meu mandato se soma a essa proposta, que é da cidade de Rio Branco. Foi decretada calamidade pública, e é muito importante que o Ministério da Integração, de maneira prioritária, possa apreciar e ajudar o Prefeito Raimundo Angelim. Foi feito um socorro para assistência tanto ao Governo do Estado como à Prefeitura de Rio Branco, e agora às Prefeituras de Brasília e de Sena, mas é muito importante que comecemos agora a reconstrução daquilo que foi danificado por essa grande cheia.

Dessa maneira, tiramos as lições necessárias de que quem vive às margens de um rio tem que respeitar a força da natureza, tem que buscar o equilíbrio entre ocupação urbana e, ao mesmo tempo, as intempéries que vêm da natureza.

Então, Sr. Presidente, eram essas as observações que eu queria fazer da tribuna do Senado.

Por fim, aproveitando, inclusive, a presença de um querido companheiro, Pedro Taques, com que pude falar por telefone hoje cedo, venho à tribuna do Senado dizer que lamento que a situação que envolve o Senador Demóstenes Torres esteja se agravando pelo noticiário, por enquanto, obviamente, porque isso decorre de investigações e processo, e eu sou um dos 44 Senadores que o apartearam aqui. Desde o primeiro momento em que surgiram notícias envolvendo o Senador Demóstenes, eu falei, na minha bancada, comentei com meus colegas que nós não deveríamos dar um tratamento ao Senador Demóstenes como o que nós – de certa maneira, eu me sinto assim –, do PT, da base do Governo, recebíamos ao longo de anos, até quando eu não estava aqui, independentemente de serem situações absolutamente diferentes.

Não acho que seja adequado para o País nós seguirmos nesse clima onde há um questionamento sobre uma atitude, sobre uma pessoa, e imediatamente esse questionamento vira julgamento e vira condenação. Nós estamos misturando muito as coisas no nosso País. Em vez de deixarmos o Ministério Público atuar, a Justiça se posicionar, não: já há um pré-julgamento a partir de uma notícia que sai no noticiário. Assim defendi no caso que envolve o Senador Demóstenes, uma

pessoa respeitada, uma pessoa que tem a admiração de parcelas importantes do nosso País e desta Casa. Fiz o mesmo posicionamento que sempre tenho tido na minha vida, de cautela, de respeito.

Fui um dos que apartearam o Senador Demóstenes e falei a ele que achava importante a manifestação dele de que, por conta das atitudes que ele tem tomado nesta Casa, ele era merecedor do nosso respeito. Mas, de lá para cá, do dia 6 de março para cá, a situação tem se agravado fortemente. É lamentável, porque o Senador Demóstenes é uma pessoa que conquistou o respeito de uma parcela muito grande do nosso País, por sua atuação parlamentar, pela maneira contundente como se posiciona nesta Casa e na sua vida pública. Mas agora ele está sendo questionado, o noticiário da imprensa agrava a situação do Senador Demóstenes a cada dia... Eu vi o próprio Presidente do seu Partido se posicionando, o Senador José Agripino, e eu, como um dos que o apartearam aqui – ele não está aqui na Casa, pelo que eu saiba –, queria aqui, da tribuna do Senado, sem nenhum prejulgamento, com toda a tranquilidade que acho que o Senado tem que ter, porque é um colega nosso que está sendo questionado...

Particularmente, não estou arrependido pela minha posição, porque eu pratico algo que falo aqui da tribuna: eu prefiro sofrer uma injustiça a cometer uma injustiça.

Daqui da tribuna deste plenário, posicionei-me dando um voto de confiança ao Senador Demóstenes e venho solicitar que ele volte à tribuna em respeito não à minha pessoa, mas em respeito aos brasileiros que o admiram, em respeito à opinião pública nacional e em respeito a este Plenário. Que ele possa, o quanto antes, quem sabe amanhã ou depois, voltar à tribuna e posicionar-se sobre os novos fatos. Acho isso importante, porque, se ele tomar essa atitude, nós vamos aqui, publicamente, como ele sempre propôs, debater esse problema que ele enfrenta e que é de interesse nacional, porque nós que ocupamos mandatos temos que dar satisfação sobre nossas vidas e podemos fazer isso de maneira absolutamente adequada a esse espaço.

O Senador Demóstenes é talvez o Senador que mais bem tem usado a tribuna ao longo de tantos anos de vida pública. E, neste momento em que sua vida pública é questionada, acho que ele precisa vir à tribuna do Senado e, em respeito a esta Casa e aos colegas, posicionar-se sobre os novos fatos. Eu ficaria bastante confortável de ouvi-lo, porque penso que há, neste momento, uma apreensão muito grande no Senado sobre o que está acontecendo com um dos Senadores mais atuantes desta Casa.

É com satisfação que ouço o aparte do Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Concordo inteiramente com V. Ex^a, Senador Jorge. Eu não vou alongar-me no meu aparte, porque eu quero me inscrever. Peço, Sr. Presidente, para usar a tribuna e falar sobre este caso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, meu querido companheiro. V. Ex^a também é um Senador novato aqui, como eu, mas traz consigo uma vida absolutamente comprometida com a busca de justiça, com o combate ao malfeito, Senador Pedro Taques.

Eu tenho responsabilidades, porque fui prefeito e governador, e, quando já ocupamos algumas funções públicas, chegamos aqui com um fardo maior nas costas. Mas eu posso afirmar, olhando para V. Ex^a, que a sua responsabilidade talvez seja ainda maior do que a minha, por ter a sua vida inteira dedicada a procurar combater a ilegalidade, a injustiça, correndo risco de vida, como V. Ex^a sempre correu, e nunca tendo medo. Então, essa responsabilidade que nós assumimos quando chegamos aqui tem que estar nos conduzindo.

Ouçó, com satisfação, o aparte da Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Jorge Viana, eu o acompanhei pelo rádio, porque estava numa cerimônia muito importante de prefeitos de área de fronteira, discutindo questões da maior relevância para o País. Acompanhava a descrição da sua reunião em Rio Branco e vi que o senhor estava prestando contas do que havia feito no seu Estado em missão do seu mandato com a responsabilidade que tem. E agora aborda um tema extremamente delicado, complexo até para a corporação, para o Senado Federal. No início desta sessão, eu fiz referência ao que foi noticiado ontem no Fantástico envolvendo um Ministro do meu Partido. Eu não tenho compromisso com o erro. Eu penso que é dado ao denunciado o direito de defesa em toda a sua extensão. E o instrumento que nós temos, a Polícia Federal e os demais órgãos que fazem investigação, é uma responsabilidade republicana de aprofundar as investigações dentro de um quadro de Estado democrático de direito. Eu também, da mesma forma, assim como apresentei a denúncia que envolvia um Ministro do meu Partido, de novo digo: não tenho compromisso com o erro. Da mesma forma, também mencionei o caso que envolve o nosso colega Demóstenes Torres, que precisa prestar a esta Casa os esclarecimentos necessários por conta do agravamento dessas denúncias. Então, como nós temos essa responsabilidade e é o que a sociedade espera de nós esse compromisso com a ética, com a responsabilidade

e com a lisura no desempenho das nossas funções, seja no Poder Executivo, seja no Legislativo e até no Judiciário, que agora está escancarando suas portas através da ação do Conselho Nacional de Justiça, não podemos tergiversar nem tolerar alguma irregularidade, porque não temos, como eu disse, compromisso com o erro. Cumprimento-o pelo seu pronunciamento, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Concluo, Sr. Presidente, apenas reafirmando: penso que o Brasil está vivendo uma fase muito importante com transparência, com a busca de que os agentes públicos, as pessoas que ocupam funções públicas cumpram com o dever de esclarecer qualquer questionamento. Eu acho que isso é uma conquista que vem junto com a consolidação da democracia no nosso País. Nunca fui e não serei nunca conivente com os abusos, com aqueles que extrapolam as suas funções e, às vezes, cometem injustiças. Então, eu estou vindo aqui com tranquilidade.

Eu acho que o Senador Demóstenes conhece profundamente como devemos e como ele sempre achou adequado se posicionar diante de uma situação como essa. E é mais do que adequado – e eu faço aqui, com tranquilidade, essa solicitação ao colega Senador Demóstenes – que venha à tribuna e possa se posicionar sobre os novos fatos e, a partir daí, nós, seus colegas aqui, obviamente vamos adotar o caminho que nossas consciências nos apontarem. Eu, particularmente, ficarei muito satisfeito em ouvir o Senador Demóstenes sobre as novas acusações que foram feitas a ele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, já se encontra sobre a Mesa indicação do PTB para que eu fale pela Liderança do Partido. Queria, portanto, pedir a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE) – Senador Mozarildo Cavalcanti, haverá uma sessão agora, às 17 horas, antes, porém, a Presidência lhe concederá a palavra.

Convido o Senador Pedro Taques para fazer uso da tribuna.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna falar do caso Demóstenes Torres.

Nós não podemos tapar o sol com a peneira. O caso é grave. E esta Casa da Federação não terá moral para notificar, para convidar, para intimar qualquer cidadão a depor em suas comissões se nós não ouvirmos os esclarecimentos do Senador Demóstenes.

Senadora Ana Amélia, hoje, o Líder do PSDB subiu à tribuna e pediu que o Ministro citado no escândalo de ontem viesse a esta Casa.

Este caso do Senador Demóstenes – e eu disse isso a ele com o respeito do conhecimento que tenho do seu trabalho há mais de 16 anos, como eu disse naquela oportunidade em que aqui ele veio – é grave e merece esclarecimento.

Não se apresenta como razoável que um Senador da República possa trocar esse número de telefonemas com cidadãos voltados para a prática do crime. Não se afigura, ao menos a meu juízo, como razoável que um Senador da República possa se utilizar de telefones habilitados em Miami. Não se afigura, ao menos a meu juízo, que um Senador da República possa se valer de expedientes outros para conversar com cidadãos voltados à prática do crime.

Com todo o respeito que qualquer cidadão merece, com todo o respeito à dignidade da pessoa humana, nós temos que separar o campo jurídico do campo político. No espaço jurídico existe o princípio da presunção de inocência. Em sua contraposição, existe o princípio da ampla defesa e do contraditório. Agora, no espaço político, no campo político temos de agir politicamente; temos de agir como agiríamos com qualquer outro cidadão. E o Senado da República, neste momento grave, não pode se omitir, porque, se nos omitirmos, nós não teremos moral para intimarmos qualquer cidadão que, por acaso, num programa de domingo, apareça envolvido em escândalos.

Cada um de nós tem a responsabilidade republicana, sem prejudicar quem quer que seja, sem fazer juízo de valor antecipatório lá na esfera, no campo jurídico, no campo judicial. Mas aqui, no campo político, nós estamos aguardando esclarecimentos. Eu, pessoalmente, estou aguardando explicações. A República está aguardando respostas. A Nação brasileira se encontra aguardando essas respostas. E nós não podemos esperar até que o Sr. Procurador-Geral da República instaure ou não um inquérito judicial em desfavor do Senador Demóstenes Torres. Nós não podemos aguardar!

Então, convido os Senadores da República a tomar responsabilidade de suas ações. Eu, como Senador de primeiro mandato, exercendo o primeiro ano nesta Casa, vou tomar as minhas providências. Agora, não podemos nos omitir. Sem prejulgamentos, mas nós não podemos proteger os amigos e prejudicar os inimigos.

O Senador Demóstenes Torres está a dever esclarecimentos a esta Casa.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR – SE.)
– Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Lauro, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a honra de, hoje pela manhã, participar, como palestrante, do I Encontro das Cidades das Regiões Fronteiriças, na qualidade de Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

Antes de minha fala, tive oportunidade de ouvir um Deputado Federal e o representante do Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, que hoje está assumindo interinamente a Presidência da República.

E quero aqui fazer o registro da importância de que este assunto comece, vamos dizer assim, a ser analisado a partir dos Municípios, Senador Lauro, porque, infelizmente, o Brasil é uma Federação. Aliás, a nossa Constituição é até de vanguarda, quando considera os Municípios Entes Federados, mas, na prática, não são, na verdade, partícipes igualitários desta Federação, sendo, portanto, os últimos a serem atendidos. De modo geral, fica a impressão para o Brasil de que é nos Municípios que moram as mazelas, que é lá onde existem as grandes corrupções, com desvio de recursos públicos. Parece até que, por esse preconceito em relação aos Municípios mais pobres, infelizmente, a maioria deles está entre os 588 que estão localizados na faixa de fronteira, aí, imaginem, justamente na faixa de fronteira, com 10 países que fazem limite conosco, começando da Guiana Francesa, passando pelo Suriname, Guiana, até chegar à Argentina e ao Uruguai, são 10 países que fazem fronteira conosco. E o mais sério, Senador Lauro, é que o Brasil continua mais ou menos como estava em 1500 e, depois, na época do Império, em tudo, de frente para o mar e de costas para o interior, vamos dizer assim, do País. O Centro-Oeste vem avançando, o próprio Norte, um pouco, mas, na verdade, o Brasil é um País litorâneo. Se olharmos, o grosso dos investimentos é localizado numa faixa que não passa de 300 km a partir do litoral, da beira mar, o resto do País é negligenciado, e é por lá justamente que entram armas, drogas e saem de lá as nossas riquezas, sejam minerais, sejam as riquezas da nossa biodiversidade, através da biopirataria, o tráfico de pessoas, isto é, as nossas fronteiras estão escancaradas.

Tenho cansado de falar aqui, neste tema e, por isso, quero louvar a oportunidade de ter participado desse encontro das cidades fronteiriças promovido pela Frente Nacional dos Prefeitos, porque, realmente, é um tema que Governo Federal e Governos Estaduais deveriam dar prioridade.

Estava ainda agora mesmo falando com a Senadora Ana Amélia, que é a Vice-Presidente da Subcomissão, e nós vamos priorizar o resultado desses

encontros que começam, os assuntos, na parte da manhã: Tramitações específicas na faixa de fronteira no Congresso Nacional; na parte da tarde: Financiamento para o desenvolvimento econômico dos Municípios fronteiriços; Ações do Governo Federal e Sebrae na faixa fronteira; Experiências bem-sucedidas em Municípios fronteiriços; Agenda de prioridades das cidades das regiões fronteiriças; Produção de documentos e posição dos prefeitos.

É este documento, Senador Lauro, que quero justamente que sirva como a voz dos prefeitos dessa extensa faixa de fronteira, para que nós possamos, na Subcomissão permanente da Faixa de Fronteira e Amazônia, concluir o nosso trabalho, que, aliás, já está com dois anos, ouvindo autoridades federais, autoridades estaduais e municipais. E eu espero que nós possamos produzir um projeto que nós queremos intitular plano nacional de desenvolvimento e defesa das nossas fronteiras.

E não adianta pensar em defesa sem ter antes o desenvolvimento porque é querer que as pessoas que moram lá fiquem, digamos assim, entregues à própria sorte, sejam bastante brasileiras no sentido de passar fome, ter mais doenças e mesmo assim defenderem o Brasil e não serem vítimas inclusive do crime organizado naquelas áreas.

Quero pedir a V. Ex^a a transcrição do programa do encontro e da notícia publicada hoje pela Frente Nacional de Prefeitos, reiterando a minha satisfação de ter participado desse evento.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

ENCONTRO DAS CIDADES DAS REGIÕES FRONTEIRIÇAS

61ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos

Local**Centro de Eventos Brasil 21 - Salas: Porto Seguro 1 e 2 - 2º piso****9h30****Mesa 1- Mesa de abertura****10h45****Mesa 2- Tramitações específicas da faixa de fronteira no Congresso Nacional**

Moderador

Paulo Mac Donald, Prefeito de Foz do Iguaçu (PR) e Vice- presidente para Assuntos de Saúde da FNP.

Expositor I

Gilmar Luiz Pastorio, Assessor da Presidência da Câmara Federal – Deputado Marco Maia.

Expositor II

Afonso Hamm, Deputado Federal (RS)

Expositor III

Mozarildo Cavalcanti, Senador (RR)**12h****Almoço****13h20****Mesa 3- Financiamento para o desenvolvimento econômico dos municípios fronteiriços**

Moderador

Dudu Colombo, Prefeito de Bagé (RS) e Vice- presidente da FNP para Assuntos das Cidades das Regiões Fronteiriças

Expositor I

Vicente Trevas, Consultor da presidência da Caixa Econômica Federal

Expositor II

Esther Bermeguy de Albuquerque, Secretária Nacional de Planejamentos e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento

Expositor III

Moira Paz Estenssoro, Diretora-representante do CAF no Brasil

Expositor IV

Alberto Kleiman, Assessor Especial da SRI- Presidência da República**14h35****Mesa 4- Ações do Governo Federal e Sebrae na faixa de Fronteira**

Moderador

Wainer Viana Machado, Prefeito de Santana do Livramento (RS).

Expositor I

Adriana Melo Alves, Diretora do Departamento de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional

Expositor II

Augusto Stein, Consultor do Sebrae CDT- AL

Expositor III

Faisal Salih, Secretário Estadual de Turismo do Paraná

Expositor IV

Flávio Barbosa Nunes, Diretor-executivo da Reitoria IFSUL

Expositor V

Antônio César Gonçalves Borges, Reitor da UFPEL**16h****Coffee Break****16h20****Mesa 5 - Experiências bem sucedidas em municípios fronteiriços**

Moderador

José Cláudio Ferreira Martins, Prefeito de Jaguarão (RS)

Expositor I

Flávio Berté, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira (SC)

Expositor II

Roberto Steil, Coordenador do Projeto Giza

Expositor III

Márcio Amaral, Secretário Municipal de Alegrete (RS)

Expositor IV

Sandro Miguel da Silva Paula, Secretário de Meio Ambiente e Turismo, Cultura e Esporte do Município de Cáceres (MT)**17h40****Mesa 6 - Agenda de Prioridades das Cidades das Regiões Fronteiriças Produção do Documento de Posição dos Prefeitos das Cidades das Regiões Fronteiriças**

Moderador

Dudu Colombo, Prefeito de Bagé (RS) e Vice- presidente da FNP para Assuntos das Cidades das Regiões Fronteiriças

Moderador

Paulo Mac Donald, Prefeito de Foz do Iguaçu (PR) e Vice- presidente para Assuntos de Saúde da FNP**Segunda-feira | 26 DE MARÇO**

Prefeitos dos municípios da faixa fronteira preparam documento de posição

Em preparação a 61ª Reunião Geral da FNP, que acontece durante o I Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, diversas autoridades e representantes ligados às questões das Regiões de Fronteiras do Brasil se reuniram hoje (26), em Brasília para debater temas comuns, partilhar experiências positivas nos municípios e construir um documento que apresenta a posição dos prefeitos dessas regiões.

Promovido pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP) o encontro possibilita o debate de temas importantes, que visam promover o desenvolvimento das Cidades de fronteira, por exemplo, o debate dos aspectos legais específicos da faixa de fronteira, que tramitam no Congresso Nacional, o financiamento para o desenvolvimento econômico dos municípios fronteiriços, as ações do Governo Federal e do Sebrae Nacional nessas cidades, além de uma partilha de experiências bem sucedidas em municípios fronteiriços.

O vice-presidente para Assuntos das Cidades das Regiões Fronteiriças da FNP e prefeito de Bagé (RS), Dudu Colombo, abriu o encontro e ressaltou que os municípios da faixa de fronteira são estratégicos para o desenvolvimento do Brasil, pois, integram a população dos países vizinhos, possuem grandes potencialidades naturais, econômicas e culturais, mas, ainda carecem de infraestrutura e investimentos. “As características dessas cidades diferem muito das outras cidades brasileiras, nosso intuito é promover suas potencialidades a fim de que colaborem de forma mais efetiva para o crescimento do país”, explica.

Para a assessora de Cooperação e Relações Internacionais do Governo do Rio Grande do Sul, Norma Beatriz Espíndola, que participa do evento, o encontro possibilita a articulação política dos diferentes municípios. “Meu estado tem uma interface muito importante com o Uruguai e a Argentina, por exemplo, espero construir aqui uma rede de conhecimentos para promover ações comuns”, diz.

Já para o vice-presidente para Assuntos da Saúde da FNP e prefeito de Foz do Iguaçu (PR), Paulo Mac Donald, o trabalho a ser desenvolvido é continental, “não existe fronteira apenas de um lado, precisamos reunir esforços para construir objetivos comuns que promovam nossas cidades”, afirma.

Uma agenda de prioridades dessas cidades e um documento de posição serão desenvolvidos durante o encontro, o objetivo é que as ações e políticas públicas tomem por base esse documento.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR - SE) – Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Mário Couto, Alvaro Dias e Ciro Nogueira enviaram discursos à Mesa,

para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Por Pimentel, Dilma tira 5 da Comissão de Ética”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 15 de fevereiro de 2012.

A matéria destaca que decisão de instaurar procedimento para analisar denúncias contra o ministro Pimentel surpreende e contraria a presidente Dilma Rousseff, que antecipa a trocas na Comissão de Ética.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Por Pimentel, Dilma tira 5 da Comissão de Ética

Decisão de instaurar procedimento para analisar denúncias contra o ministro surpreende e contraria presidente, que antecipa trocas no órgão

O Estado de S.Paulo, 15/2/2012

A abertura de processo pela Comissão de Ética Pública da Presidência contra o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, deverá precipitar a troca de cinco dos sete integrantes do órgão no meio deste ano, quando terminam os mandatos. A postura da comissão contrariou novamente a presidente Dilma Rousseff, responsável pela decisão de trocar parte dos integrantes.

Três dos conselheiros poderiam ser reconduzidos, mas o Planalto está determinado a trocá-los. O presidente da comissão, José Paulo Sepúlveda Pertence, no entanto, não será atingido pelas mudanças. O mandato de Pertence só vencerá em dezembro do ano que vem, quando ele deixará a comissão porque já foi reconduzido.

A exemplo do que ocorreu no ano passado, quando a comissão abriu processo contra o ex-ministro Antonio Palocci, Dilma foi “surpreendida” com a abertura da sindicância contra Pimentel, outro ministro muito ligado a ela. A presidente entende que a comissão está “extrapolando” em suas funções ao tomar decisões contra seus ministros, na avaliação dela apenas com base em denúncias de jornais, sem uma apuração concreta.

Na segunda-feira, apesar de integrantes do governo tentarem saber a pauta da reunião, a comissão não repassou a informação, irritando auxiliares da presidente, principalmente quando viram o teor da decisão, já tarde da noite. O Planalto entende que Dilma precisava ser avisada de decisões tomadas pela comissão, antes que elas fossem repassadas à imprensa.

Essa queixa já havia sido feita à comissão em dezembro, quando o colegiado, em decisão inédita, recomendou à presidente que demitisse o ministro do Trabalho, Carlos Lupi. “Fui julgado sumariamente sem nenhuma prova”, disse ontem Lupi.

A postura de Pertence de não querer informar sobre decisões de abertura de processos de ministros e autoridades do governo à imprensa foi motivo de discussão entre os integrantes do grupo em reuniões anteriores. Na segunda-feira, primeiro Pertence negou, em entrevista, que qualquer procedimento tivesse aberto. Somente mais tarde confirmou a notícia à imprensa.

Apesar da decisão de investigar Pimentel, o fato de ele estar viajando para os Emirados Árabes ajuda a deixar o caso esfriar.

Troca. Hoje a comissão está com seis dos sete integrantes nomeados. Entre junho e julho deste ano, vence o mandato de Roberto Caldas, José Ernanne Pinheiro, Humberto Gomes de Barros, Marília Muricy Pinto e Fábio Coutinho.

Roberto Caldas e José Ernanne já foram reconduzidos uma vez e não podem mais permanecer no cargo.

Os demais poderiam ser conduzidos por mais três anos, mas a presidente Dilma poderá substituí-los por outros, como é o caso da Marília Muricy, que tem sido a mais criticada pelo governo.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “O PT na caixa de Pandora”, publicada pela revista *Veja* em sua edição de 1º de fevereiro de 2012.

A matéria destaca que o delator, Durval Barbosa, do esquema de corrupção que fulminou políticos do DEM revela que a operação foi feita com a ajuda do PT e seguindo a agenda eleitoral do partido.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

O PT na Caixa de Pandora

Veja - 30/01/2012

Delator do esquema de corrupção que fulminou políticos do DEM revela que a operação foi feita com a ajuda do PT e seguindo a agenda eleitoral do partido

Desde que se transformou na principal testemunha do escândalo de corrupção mais documentado da história, o delegado aposentado Durval Barbosa enfrenta os dissabores inerentes à figura de um delator: é odiado por uns, ameaçado de morte por outros e tratado com indiferença pela maioria. Indiferença que, em alguns casos, embute o receio de que o delegado avance no compromisso assinado com a Justiça de contar a verdade sobre tudo o que viu, ouviu e de que também participou em mais de uma década como operador de um esquema que desviou mais de 1 bilhão de reais dos cofres públicos. Durval já prestou mais de 200 depoimentos. Suas informações e as avassaladoras imagens que gravou em vídeo durante esse período provocaram a prisão, em 2010, do então governador de Brasília José Roberto Arruda, a renúncia do vice-governador e a cassação de vários parlamentares. Um tsunami que trouxe corruptos notórios, levou ao chão um dos principais partidos de oposição ao governo federal e, agora, ameaça produzir estragos também no PT.

Na semana passada, Durval Barbosa, ao longo de mais de quatro horas de entrevista a VEJA, revelou um lado ainda desconhecido da operação: o envolvimento do PT e de petistas importantes na preparação do bote que viria a influenciar decisivamente o resultado das eleições em 2010 em favor do partido. O delegado detalhou a participação do atual governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, como protagonista do caso que ficou conhecido como “mensalão do DEM” (partido ao qual Arruda e o vice Paulo Octávio eram filiados). Além disso, confirmou a participação na trama de petistas de proa, como José Antônio Dias Toffoli, ex-advogado-geral da União e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Informações preciosas que, segundo Durval, levaram assessores de Agnelo a tentar suborná-lo para manter tudo em segredo – estratégia que, além de afrontar as práticas republicanas, se mostrou desastrosa, porque a incursão foi gravada em vídeo por um aliado do homem que abriu a caixa de Pandora da política brasileira.

As novas revelações indicaram que figuras do PT agiram em sintonia com o delegado. Durval contou que, em junho de 2009, recebeu a visita de Agnelo Queiroz, então pré-candidato do PT ao governo do DF. Na ocasião, mostrou ao petista o famoso vídeo no qual Arruda embolsa 50 000 reais coletados de empresários que

tinham contratos com o governo local. Um daqueles flagrantes de propina em seu estado mais puro, cristalino, devastador. O pré-candidato não escondeu a extrema excitação ao ver as imagens. Vislumbrou a oportunidade que se apresentava.

- Você garante tirar o Arruda do páreo?
- Garanto!
- Então, eu vou ganhar a eleição.

O petista saiu da reunião com uma amostra do material e o compromisso de envolver a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Federal nas investigações. Em troca, prometeu ao delegado uma secretaria de estado no futuro governo. A conversa prosseguiu: “Esse aqui (Arruda) já está fora, mas você têm de se preocupar com o outro (o ex-governador Joaquim Roriz, na época pré-candidato ao governo do DF)”, disse Durval. Agnelo teria então revelado que o plano para eliminar os adversários era ainda mais abrangente: “Esse (Roriz) está aniquilado”. Cinco meses depois desse diálogo, com a ação da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República, o esquema de corrupção ruiu.

Paralelamente, já havia uma campanha pública pela aprovação do projeto de lei da Ficha Limpa, destinado a impedir a candidatura de políticos sobre os quais pesavam acusações de corrupção, improbidade administrativa e crimes descritos no Código Penal. Agnelo, de acordo com o delegado, já sabia que o PT defenderia uma emenda ao projeto que proibiria a candidatura de políticos que renunciassem ao mandato a fim de escapar da cassação. Essa emenda foi aprovada em plenário e sancionada pelo presidente da República. O objetivo era impedir a candidatura de Roriz ao governo do Distrito Federal – meta que foi alcançada. “A inelegibilidade pela renúncia foi incluída na Lei da Ficha Limpa de forma casuística com foco na eleição do Distrito Federal”, alertou na ocasião o ministro do STF Gilmar Mendes, ao julgar o caso. Roriz, corrupto notório, também renunciou à candidatura. Em 2010, Agnelo foi eleito.

Procurado por VEJA, o governador Agnelo, que já havia confirmado anteriormente a reunião com Durval Barbosa, voltou a repetir que se limitara a assistir aos vídeos. O delegado conta uma versão diferente. Para mostrar o arsenal que tinha em mãos, segundo ele, foram entregues a Agnelo dois CDs com áudios de funcionários do então vice-governador Paulo Octávio negociando benefícios a empresários em troca de propina. Durval ressaltou que as gravações serviriam de provas para que o Ministério Público Federal entrasse no caso. A chegada dos procuradores federais, no entanto, foi precedida pela participação especial de Dias Toffoli, o ex-advogado de campanhas petistas

que assumiu a AGU e, depois, uma cadeira no STF durante o governo Lula. Durval confirmou que pedira a uma de suas assessoras, Christiane Araújo, que entregasse os áudios a Dias Toffoli, com quem ela tinha uma relação de muita, muita proximidade. Christiane, que cumpriu a missão, mais tarde chegou a trabalhar na equipe de transição da presidente eleita Dilma Rousseff – graças à relação próxima que mantinha com o ministro Gilberto Carvalho, com quem trocava mensagens regulares. Em duas delas, em poder da polícia, Christiane pede e recebe promessa de apoio para indicar um dos homens da quadrilha a um cargo de confiança. Toffoli nega que tenha recebido as fitas enviadas pelo ex-delegado.

Os vídeos e áudios de Durval foram, sem dúvida, o maior motor do projeto eleitoral de Agnelo. Durval, porém, diz que nunca cobrou a conta – a indicação para alguma secretaria de estado. Mas revela ter recebido outro tipo de oferta. Na semana passada, em depoimento à Polícia Federal, ele discorreu sobre as tentativas de assessores do governador de comprar seu silêncio. Segundo o ex-secretário, o diretor da Polícia Civil do Distrito Federal, Onofre Moraes, ofereceu 150 000 reais ao jornalista Edson Sombra para que nenhum detalhe do envolvimento de petistas fosse divulgado. Sombra é amigo do peito de Durval e guardião de parte de seus arquivos de áudio e imagem. “O atual chefe da Polícia Civil de Brasília procurou um amigo meu e ofereceu 150 000 reais para que não houvesse nenhuma denúncia contra o governo dele. Está tudo gravado”, disse Barbosa, repetindo o depoimento aos policiais federais. Sombra confirmou ter gravado as propostas financeiras de Onofre, de quem se considerava amigo. “Isso não existe. Nunca aconteceu”, rebate o chefe de polícia.

Auxiliar direto dos ex-governadores Roriz e Arruda, com passagens em cargos de expressão no Distrito Federal, Durval Barbosa fez fortuna com a corrupção que agora denuncia. Diz-se vítima de esquemas que ajudou no passado. Esses grupos, de diferentes partidos, teriam até feito planos para matá-lo e forjado uma acusação de pedofilia contra ele, cujas vítimas teriam sido seus próprios filhos. O objetivo seria desqualificar seus depoimentos à polícia e, assim, desidratar o inquérito da Operação Caixa de Pandora em curso no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Durval vê em tudo isso o dedo da polícia do governador do Distrito Federal. É tanta sujeira que o melhor a fazer é escancarar ainda mais essa caixa de Pandora.

Eles ofereceram 150 000 reais em troca de silêncio

O delegado aposentado Durval Barbosa, que forneceu as imagens e as informações que levaram

os corruptos brasileiros à cadeia, hoje vive escondido e sob proteção policial. Na semana passada, ele concedeu uma entrevista exclusiva a VEJA, a primeira em que aborda detalhes do escândalo. Fez novas e surpreendentes revelações: além de confirmar que o tsunami que varreu o governo de José Roberto Arruda e feriu de morte o DEM foi produzido com a ajuda do PT, Durval conta que, recentemente, um assessor do governador Agnelo Queiroz tentou comprar o seu silêncio. Com medo de ser suspenso o acordo de delação premiada que fez com a Justiça, o delegado procurou a polícia e denunciou a tentativa de suborno – como é do seu estilo, devidamente registrada em vídeo.

O senhor mostrou ao governador Agnelo Queiroz a fita do então governador José Roberto Arruda recebendo o pacote de dinheiro antes mesmo de entregá-la à polícia?

Mostrei, no meu computador, em meu gabinete. Foi no primeiro semestre de 2009, um ano antes da campanha eleitoral.

Qual foi o motivo do encontro entre o senhor e Queiroz?

Eu não confiava nas autoridades que comandavam o Ministério Público do Distrito Federal. Decidi contar o que eu sabia, e queria que as denúncias fossem investigadas pela Procuradoria-Geral da República. Achei que ele podia ajudar.

E o que aconteceu?

Quando viu o material, o Agnelo pediu ajuda para tirar o Arruda da disputa eleitoral. Ele falou: “Você faz isso para mim? Você tira o Arruda do páreo?”.

O senhor concordou?

Eu falei: “Esse aqui (Arruda) já está fora, mas você tem de se preocupar com o outro (o ex-governador Joaquim Roriz, também pré-candidato ao governo do DF)”. Ele falou: “Não se preocupe que esse já está aniquilado”. Ele, ao que parece, já sabia que a Lei da Ficha Limpa, um ano antes de ser aprovada, impediria a candidatura do Roriz. Ele ficou tão entusiasmado que me ofereceu, caso tudo desse certo, uma secretaria de estado.

O Agnelo ficou com cópia do material?

Ele pegou uma cópia de outra fita. Ele pegou a cópia de uma fita do vice-governador Paulo Octávio mostrando que assessores dele estavam cobrando propina para facilitar negócios no governo. Aí ele falou: “Nossa, essa fita é horrível”. Eu falei: “Leva como exemplo para o procurador”.

Um amigo do senhor contou que o ministro Dias Toffoli também teve acesso a esse material antes da polícia e do Ministério Público. É verdade?

Sim. O ministro Dias Toffoli recebeu uma amostra quando ele ainda era advogado-geral da União. Mas isso é outro enredo.

Como assim?

Você se lembra da Christiane (Araújo, ex-assessora de Durval)? Foi ela que levou. Entreguei a ela antes de fazer a delação porque ela tinha um relacionamento muito próximo com ele. Eu queria saber como encaminhar as denúncias.

Ele ajudou?

Depois disso, a Procuradoria da República entrou no caso. É fato que o vice-governador Paulo Octávio renunciou por causa disso.

O senhor prestou depoimento à Polícia Federal na semana passada revelando que assessores de Agnelo Queiroz ofereceram dinheiro em troca do seu silêncio.

Foi isso mesmo. O atual chefe da Polícia Civil de Brasília procurou um amigo meu e ofereceu 150 000 reais para que não houvesse nenhuma denúncia contra o governo dele. Está tudo gravado.

O senhor recebeu ameaças de morte depois da delação?

Recebi três ameaças concretas e algumas mais veladas, que são objeto de apuração. A polícia já desarticulou uma armadilha para me matar.

Por que o senhor resolveu dar esta entrevista?

Não era desejo meu dar entrevista, mas os atropelos e as pressões contra mim têm sido muito grandes. Acuaram minha família, envolveram meus filhos em histórias escabrosas, tentam me transformar em um criminoso. Tudo para me desmoralizar e, com isso, minimizar as denúncias que fiz.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Comissão de Ética reage à intervenção de Dilma”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 16 de fevereiro de 2012.

A matéria destaca que a presidente Dilma Rousseff cogitou mudar 5 membros do colegiado após ameaça de investigação contra o ministro Pimentel.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Comissão de Ética reage à intervenção de Dilma

Presidente teria cogitado mudar 5 membros do colegiado após ameaça de investigação contra ministro Pimentel; 'Seria desonroso', diz conselheira

Tânia Monteiro / BRASÍLIA

Sob pressão do Planalto, integrantes da Comissão de Ética Pública da Presidência rechaçam a acusação de que o colegiado extrapolou ao abrir investigação contra o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel. Ontem, o Estado revelou que a presidente Dilma Rousseff, agastada com a comissão, pretende não renovar o mandato de três dos sete conselheiros. Para Marília Muricy, membro da comissão, uma intervenção no órgão "seria desonroso para Dilma".

Marília, que em um parecer, de dezembro, recomendou à presidente a demissão do ex-ministro do Trabalho Carlos Lupi, desagradoando ao governo, disse ontem que "não acredita" que a presidente esteja insatisfeita "com quem está exercendo corretamente a função pública".

A conselheira negou que a comissão tome decisões apenas com base na imprensa, mas ressaltou que o colegiado aponta os problemas que enxerga e oferece soluções à presidente, que as acata ou não, já que este é um órgão de assessoramento.

Na segunda-feira, mais uma vez, a Comissão de Ética contrariou Dilma, ao abrir investigação para apurar a conduta de Pimentel e os contratos assinados pela empresa de consultoria dele, em 2009 e 2010.

A próxima reunião da comissão está marcada para o dia 12 de março, quando será discutido o relatório do conselheiro Fábio Coutinho sobre a situação de Pimentel. O governo já vinha se

Base reage e apoia PEC que muda regras do colegiado

● A base aliada do governo na Câmara reagiu à notícia de que a presidente Dilma Rousseff cogita trocar cinco dos sete integrantes da Comissão de Ética e deverá apoiar a proposta de emenda à Constituição da oposição dando poderes ao Congresso para indicar os membros do colegiado. Com a adesão, o líder do DEM, ACM Neto (BA), não entrou em obstrução e permitiu a votação de acordos na sessão de ontem.

A proposta é que a comissão seja formada nos mesmos moldes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "A sociedade, o Legislativo e o Executivo indicam os integrantes. Eles serão sabatinados no Congresso, terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma vez", explicou o deputado ACM Neto.

"Sou favorável à proposta. Se a nova regra for aprovada pelo Congresso, a presidente vai se adaptar. Vamos aguardar os desdobramentos", afirmou o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). / EUGÊNIA LOPES

queixando da comissão desde que foi apresentada denúncia contra os ganhos considerados exorbitantes do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci.

Insatisfeita com a comissão, a presidente poderá reformulá-la quase que integralmente, no

meio do ano, quando cinco dos seus integrantes concluem seus mandatos. Dois deles não podem sequer ser reconduzidos.

Sem pressão. Marília disse que nunca sofreu nenhum tipo de pressão em seu trabalho na comissão. "Ninguém do governo nunca me fez nenhum pedido, a favor ou contra", declarou.

Sobre a possibilidade de não ser reconduzida ao cargo, em julho, por ser quem mais teria desagradado ao governo com seu relatório contra Lupi, ela desabafou: "Estou pronta para aceitar e respeitar qualquer decisão que a presidente tomar. Mas não acredito nisso porque não confere com o perfil da presidente, que é uma pessoa de luta e da democracia e que respeita as instituições. Seria até desonroso para ela".

Sobre as queixas do Planalto de que a comissão toma decisões com base em denúncias da imprensa, a conselheira foi taxativa: "Não somos pautados pela mídia. Mas é preciso que se entenda que a imprensa é a projeção das inquietações da sociedade e esta comissão deve ser os olhos da presidente, que serve para mostrar a ela que há inquietações em relação a tal problema e ajudá-la a resolver isso", comentou ela, ao justificar, por exemplo, a recomendação à demissão de Lupi.

"A presidente pode não aceitar nossas argumentações e decidir de forma contrária à recomendação da comissão. É um direito dela. Ela pode contrapor as razões porque a decisão da Comissão de Ética está suscetível de ser discutida."

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco /PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico). – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos traços culturais mais marcantes do povo brasileiro é a capacidade de adaptação à adversidade. Somos conhecidos como inventivos. Conseguimos improvisar em situações inesperadas, temos sempre aguçada a nossa criatividade e uma enorme capacidade de vencer os obstáculos e as dificuldades que aparecem.

Toda essa inventividade favorece o espírito empreendedor do cidadão brasileiro. Observamos que, nos negócios informais, surgem grandes idéias e soluções competentes para o mercado.

Sr. Presidente, todos conhecemos pequenos empreendedores informais que, buscando atingir novos mercados, tentam legalizar seus negócios. A legalização possibilita acesso a financiamentos e, por conseguinte, a geração de muitos empregos. Nessa hora, Sr^{as} e Srs. Senadores, a inventividade e o desejo de crescimento dos nossos empreendedores esbarram numa burocracia que emperra e dificulta qualquer anseio para legalizar os negócios informais.

A propósito, o jornal *Folha de S.Paulo*, do último dia 15 de fevereiro, publicou matéria baseada em estudo do Banco Mundial que classifica o Brasil como o país em que tem o processo mais lento entre os integrantes do grupo denominado Bric (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para se abrir uma empresa.

Transcrevo parcialmente o texto:

“O tempo que se leva para abrir uma empresa no Brasil encolheu 20% nos últimos cinco anos, mas segue entre os maiores do mundo, segundo dados do Banco Mundial.

Os atuais 119 dias de processo já foram 152 em 2007. Apesar da melhora, somente quatro países exigem hoje mais paciência dos futuros empresários: Guiné Equatorial (137 dias), Venezuela (141), República do Congo (160) e Suriname (694 dias).

A burocracia empurra o Brasil para o 179º lugar no ranking global com 183 países. E em último entre os emergentes chamados Brics, grupo que inclui ainda Índia (29 dias), Rússia (30), China (38) e África do Sul (19 dias).

O Banco Mundial considera a maior cidade de cada país; no Brasil, São Paulo”.

Sr. Presidente, na mesma matéria, o advogado e sócio do setor tributário do escritório Siqueira Castro, Dr. Jorge Zaninetti, afirma: “que para abrir uma empresa no Brasil, são necessários registros nas três instâncias (federal, estadual e municipal) e, muitas ve-

zes, é preciso aguardar a entrega de um documento para pedir o outro”.

Ao comprar os atuais passos necessários para abertura de uma empresa no Brasil, a matéria informa:

“Em número de procedimentos, segundo o Banco Mundial, o Brasil exige 13 menos que os 17 de cinco anos atrás para a abertura de uma empresa, como registro na Receita Federal e na Junta Comercial, inscrição na Previdência Social e obtenção do alvará municipal para funcionamento.

E, na maioria das cidades, todos os pedidos são feitos separadamente em cada órgão, o que contribui para deixar o processo mais lento e mais caro”.

Sr. Presidente, o advogado Dr. Zaninetti ainda afirma que: “no exterior, é comum que a inscrição da empresa seja feita em uma única instância, que integra os procedimentos. Na China, abrir um negócio custa um sétimo do preço do Brasil”

A matéria ainda afirma que, de acordo com o Banco Mundial: “abre-se uma empresa com apenas um procedimento legal no Canadá e na Nova Zelândia. Já a liberação sai em um dia na Nova Zelândia e em cinco no Canadá.”

Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal *Folha de S.Paulo* ainda informa ser mais difícil o registro no Brasil se a empresa interessada vier do exterior. O número de procedimentos exigidos sobe para 15, pois se acrescenta a regularização do executivo estrangeiro no País e o cadastro da empresa no Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, da Receita Federal.

O caderno Mercado da Folha afirma que:

“Para o estrangeiro se tornar responsável pela futura empresa no Brasil, precisa, primeiro, fornecer o endereço dessa companhia – que, por sua vez, depende do registro do executivo no país para ser aberta.

Assim, cria-se um “mercado” para resolver esse tipo de impasse, com brasileiros entrando como sócios em uma fase inicial para que um endereço seja informado e aceito. Depois que a empresa é aberta, altera-se o endereço.”

Segundo o advogado sócio do escritório Campos Mello, Dr. Martim Machado:

“muitas vezes esse ‘serviço’ é oferecido por escritórios de contabilidade. Não é ilegal, mas é cobrado. É difícil para o estrangeiro entender como todo esse processo é lento e

complicado no Brasil. Ele não chega a desistir, mas precisa rever e estender os prazos.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é impossível calcular o número de empreendedores que desistiu da abertura legal de empresas. Com isso, desaparecem, aos nossos olhos, incontáveis empregos, oportunidades econômicas, crescimento financeiro e até mesmo a qualidade de vida de nossos cidadãos.

Não consigo compactuar com uma burocracia paleolítica que emperramos nossos anseios de crescimento econômico.

Por isso, fica aqui o meu apelo para que tanto o Governo Federal como os Governos Estaduais e Municipais implementem processos menos burocráticos para abertura e encerramento de empresas.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR - SE) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a sessão de hoje, segunda-feira, 26 de março, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2012 (Proveniente da Medida Provisória nº 550, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2012, que *altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 550, de 2011).*

(Lido no Senado Federal no dia 19-3-2012)
Relator revisor: Senador Lindbergh Farias
(Sobrestando a pauta a partir de: 12-2-2012)
Prazo final prorrogado: 26-4-2012

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO **Nº 63, DE 2011** (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de*

adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

3

EMENDA DA CÂMARA AO **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2007**

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007 (nº 4.253/2008, naquela Casa), que *inscreve o nome de Anita Garibaldi – Ana Maria de Jesus Ribeiro, no Livro dos Heróis da Pátria.*

Parecer favorável, sob nº 1.468, de 2010, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Níura Demarchi.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2008 (nº 717/2003, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que *dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal.*

Pareceres sob nºs 1.486 e 1.487, de 2011, das Comissões

- de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CAE, que apresenta; e
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 3-CAE, apresentando, ainda, a Emenda nº 4-CMA.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO **Nº 198, DE 2007-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2007-Complementar, do Senador Renato Casagrande, que *acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 2001, estabelecendo prazo para a extinção de contribuição social.*

Parecer sob nº 2.016, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

6**REQUERIMENTO Nº 99, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 99, de 2012, do Senador Valdir Raupp, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2006, de sua autoria.*

7**REQUERIMENTO Nº 112, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 112, de 2012, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (pena de detenção aos usuários de drogas).*

8**REQUERIMENTO Nº 113, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 113, de 2012, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (altera o Código de Processo Penal).*

9**REQUERIMENTO Nº 120, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 120, de 2012, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (competências da ANS).*

10**REQUERIMENTO Nº 124, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 2012, do Senador Romero

Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (distribuição de energia elétrica).*

11**REQUERIMENTO Nº 144, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 144, de 2012, do Senador Clésio Andrade, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre a gratuidade do transporte coletivo no Estatuto do Idoso).*

12**REQUERIMENTO Nº 148, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 148, de 2012, do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

13**REQUERIMENTO Nº 152, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 152, de 2012, do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 731, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (multas previstas na lei de crime ambiental).*

O SR. PRESIDENTE (Lauro Antonio. PR - SE) –
Muito obrigado. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 58 minutos.

REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Artigos 13 e 43, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
71/2012-M	Mário Couto	13	20 a 22.03	Atividade Parlamentar
72/2012-M	Luiz Henrique	43, I	17.03 a 05.04	Prorrogação licença saúde
73/2012-M	Lobão Filho	43, II	20 a 22.03	Licença Particular
74/2012-M	Kátia Abreu	13	28.03 a 01.04	Atividade Parlamentar
75/2012-M	Eduardo Lopes	13	21.03	Atividade Parlamentar
77/2012-M	Wellington Dias	43, I	06 a 08.03	Licença Saúde
78/2012-M	Ricardo Ferraço	13	22.03	Atividade Parlamentar
79/2012-M	Kátia Abreu	13	22.03	Atividade Parlamentar
80/2012-M	Francisco Dornelles	13	22.03	Atividade Parlamentar

RETIRADA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

(Artigo 256 do Regimento Interno)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
64/2012-M	Ana Amélia	13	20.03	Retirado pelo Requerimento nº 76, de 2012-M.

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney

26/03/2012

segunda-feira

12h Recebe o Deputado Sarney Filho, Senhora Sylvia Earle, Ambientalista e pesquisadora da National Geographic, Roberto Klabin, Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, Guilherme Dutra, da Conservation Internacional e Roberto Vámos, do Fórum Mundial de Sustentabilidade.
Sala de Audiências

17h Sessão solene conjunta do Congresso Nacional destinada a comemorar os 90 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil - PCdoB.
Plenário do Senado

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
PR - Lauro Antonio** (S)

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,6)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,7,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,14)	1.
PTB	
VAGO ^(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

**. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

Prazo final: 25/05/2012

MEMBROS

Gilson Dipp

VAGO ⁽²⁾

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECp, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1.
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2.
Senador Sérgio Souza (PMDB)	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador Demóstenes Torres (DEM) ⁽³⁾	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello ⁽²⁾
PR	
Senador Blairo Maggi ⁽⁴⁾	1. Senador Vicentinho Alves ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

**. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)

2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).

3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 010/12-GLDEM).

4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,27,28)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PR (20)	
Antonio Russo (27,28,29)	1. Blairo Maggi
João Ribeiro (7)	2. Alfredo Nascimento (22)
PSD PSOL (25)	
Kátia Abreu (PSD) (24,26)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- **** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
- 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
- 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
- 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
- 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).
- 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
- 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(2,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
 8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(15,16,17)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹¹⁾
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello
PR ⁽¹³⁾	
Vicentinho Alves	1. Antonio Russo ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
 3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
 2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
 3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o Of. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Lauro Antonio (PR)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁹⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁹⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(9,12)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽¹⁰⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(35,36)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,4,17,21,27)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁸⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁹⁾	8. Lauro Antonio (PR) ^(31,32,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹¹⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PR ⁽³⁰⁾	
Magno Malta	1. João Ribeiro ^(20,22,37,38)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO ⁽³⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
31. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
32. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
35. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
36. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
37. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
38. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,27)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22)
Lauro Antonio (PR) ^(29,30,31)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(7,13,28)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) ^(32,34)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽²³⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PR ⁽²⁴⁾	
Magno Malta ^(12,26)	1. Antonio Russo ^(39,40)
João Ribeiro ⁽²⁶⁾	2. Vicentinho Alves

PSD PSOL (38)

Kátia Abreu (PSD) (35,37)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
38. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Ivonete Dantas (PMDB) ^(32,34)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,25)	6. Lauro Antonio (PR) ^(9,30,31,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
PTB	
Gim Argello ^(1,27)	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PR ⁽²⁶⁾	
Vicentinho Alves	1. Blairo Maggi
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁵⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,36)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
25. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
26. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,9,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ⁽¹¹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,13)	1. Kátia Abreu (PSD)
PTB	
VAGO ⁽⁸⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 8. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 9. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 10. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
 11. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 13. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
 2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁸⁾
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,9)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
VAGO ⁽⁷⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
 2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 8. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(5,7,10,13)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,14)
PTB	
VAGO ⁽¹¹⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
 10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 11. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 13. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(11,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,26,33)
Lauro Antonio (PR) ^(2,13,28,29,30)	2. VAGO ⁽³⁹⁾
Ivonete Dantas (PMDB) ^(31,34)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,32)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(7,9,17,36)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,23)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM) ^(19,37)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽¹⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PR ⁽²²⁾	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).

35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).

37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).

38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽⁹⁾	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Garibaldi Alves (PMDB) ⁽⁶⁾
Paulo Davim (PV)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
 7. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
 8. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
 9. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Lauro Antonio (PR) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PR ⁽¹²⁾	
Blairo Maggi	1. João Ribeiro ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
 2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
 3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
 4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
 9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
 10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
 11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
 12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Clésio Andrade (PMDB) ^(12,23,24)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Lauro Antonio (PR) ^(16,17,18)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,13,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PR ⁽¹⁴⁾	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
PSOL	
⁽²⁰⁾	1. ⁽²⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Cyro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
 2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
 6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
 12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
 18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
 19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
 20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).
 21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
 23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
 24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽³⁾

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).

2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.

3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.

4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.

*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Notas:

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(1,22,23,28)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁴⁾
Lauro Antonio (PR) ^(22,23,24,25)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. Ivonete Dantas (PMDB) ^(26,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PR ⁽²⁰⁾	
Vicentinho Alves	1. Magno Malta
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁶⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
24. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: terças-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(6,7)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Lauro Antonio (PR) ^(4,5)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,6)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,7)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

6. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11,23,24)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ivonete Dantas (PMDB) ^(29,30)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(26,27,28)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,22)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(7,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PR ⁽²¹⁾	
Alfredo Nascimento ^(25,34,35)	1. Blairo Maggi ⁽²⁵⁾
PSD PSOL ⁽³¹⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³³⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽³²⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
25. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR ⁽¹⁷⁾	
Alfredo Nascimento ^(4,18)	1. João Ribeiro ⁽¹⁸⁾
PSD PSOL ⁽²²⁾	
⁽⁶⁾	1. Sérgio Petecão (PSD) ^(20,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
21. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
22. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
Ivonete Dantas (RN) ⁽⁹⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽²⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
Lauro Antonio (SE) ^(8,14)
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
VAGO ^(4,11)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾
PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 21/03/2012

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Lauro Antonio (SE) ^(11,20)
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁸⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,15)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ^(1,19,21)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)
PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 21/03/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS
PMDB
PT
Humberto Costa (PE) ⁽⁸⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽⁶⁾
DEM
PR
Vicentinho Alves (TO) ⁽⁵⁾
PP
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽⁴⁾
PSB
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁹⁾
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹⁰⁾
PSD
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPB n° 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.n° 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. n° 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV n° 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.n°006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR n° 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁴⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁸⁾
DEM
PR
Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁾
PP
PDT
PSB
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁵⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁶⁾
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁷⁾
PSD
Kátia Abreu (TO) ⁽²⁾
PV

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago ¹⁰	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
vago ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
vago ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1. Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão: 14-12-2011
- Instalação da Comissão: 8-2-2012
- Prazo final da Comissão: 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Wellington Dias (PT/PI)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Ivonete Dantas (PMDB/RN) ²	1.
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{3 e 4}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

